



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA ROSETE FERREIRA DO AMARAL

PRONATEC/MEDIOTEC: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL
DOS EGRESSOS DO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ
PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO - CEPAJOB

FORTALEZA - CEARÁ
2023

MARIA ROSETE FERREIRA DO AMARAL

PRONATEC/MEDIOTEC: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL
DOS EGRESSOS DO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ
PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO - CEPJOB

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade

FORTALEZA - CEARÁ

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Amaral, Maria Rosete Ferreira do.

Pronatec/Mediotec: análise dos impactos na vida profissional dos egressos do Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso - CEPAJOB [recurso eletrônico] / Maria Rosete Ferreira do Amaral. - 2022.

117 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof.^a Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

1. Políticas Públicas. 2. Egressos. 3. Educação Profissional. 4. PRONATEC. 5. MEDIOTEC.
. I. Título.


MARIA ROSETE FERREIRA DO AMARAL

PRONATEC/MEDIOTEC: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL
DOS EGRESSOS DO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ
PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO - CEPAJOB

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 16/12/2022.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE
Data: 21/12/2022 22:25:17-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^ª. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará-UECE



Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo
Universidade Estadual do Ceará-UECE

Documento assinado digitalmente
 MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE
Data: 27/12/2022 20:07:19-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^ª. Dra. Maria Cleide da Silva Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE

Dedico este trabalho a Deus; sem ele eu não teria capacidade para desenvolvê-lo.

Este é dedicado também a minha família: ao meu pai, aos meus filhos e netos minha razão de viver e, também, à minha mãe, esposo e neto Yan *in memoriam*.

Esta dedicatória se estende àqueles a quem esta pesquisa possa ajudar.

AGRADECIMENTOS

Este agradecimento é direcionado a algumas pessoas extraordinárias, como:

À minha Família, meu pai Raimundo de Oliveira Ferreira, Meus filhos Kleber Ferreira do Amaral; Saulo Ferreira do Amaral, Monica Ferreira do Amaral e Caroline Ferreira do Amaral, aos netos Kaio, Breno, Mércia, Manuela, Saulo Filho, Brenda Leticia, Roger, Lucas, Kaique, e aos meus irmãos e irmãs, bem como os sobrinhos.

Quero agradecer (*in memoriam*) a minha mãe Maria da Silva Ferreira, ao meu Esposo Waldemar de Aguiar do Amaral e meu neto Ian que em vida muito contribuíram com a minha caminhada.

À minha orientadora, Professora Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, por ter aceitado acompanhar-me neste projeto, pois todo esforço foi essencial para a minha motivação e persistência à medida que as dificuldades foram surgindo ao longo do percurso.

As professoras da banca avaliadora Prof^a. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo, da Universidade Estadual do Ceará-UECE e a Prof^a. Dra. Maria Cleide da Silva Ribeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE com suas contribuições avaliativas, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

A Profa. Ms. Hanuzia Pereira Ferreira, com sua experiência e objetividade foi incansável nas orientações na escolha do caminho a ser percorrido.

Aos amigos Elice Nobre, Agnaldo Figueira, Celia Coutinho, Silvana Santos, Rildo Nascimento e Caroline Monteiro Goulart, pois cada um provou ser de extrema importância neste processo de minha formação e indispensável nesta conquista alcançada, a vocês o meu eterno agradecimento.

Agradeço aos colegas de trabalho, pois foram muitos os momentos de incentivos, apoio e fortalecimento nesta caminhada árdua.

Agradeço aos colegas de curso, em especial, ao meu grupo de estudo Marlene Cunha, Adilamar Coutinho, Elizabete Belo e Cidinéia Marques pela força, determinação, companheirismo e motivação nos momentos cruciais desta formação.

“Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Paulo Freire).

RESUMO

A pretensão do estudo dissertativo é investigar os impactos da formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no desenvolvimento profissional e na empregabilidade dos egressos do Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso (CEPAJOB). Esta discorre sobre o ensino médio técnico e a educação profissional com menção aos primeiros ensaios no Brasil perpassando pelas legislações pertinentes, pondera-se sobre a constituição histórico-política da educação profissional e do programa no Estado do Amapá com foco na oferta ocorrida no citado centro. O estudo delimita-se no aporte bibliográfico documental e em autores como Yin (2016), Deslandes (2007), Gil (2008), Lüdke e André (2013), Silva (2020), etc, bem como no percurso metodológico apresentando o Estado da Questão através de estudos das bases e plataformas que evidenciam as condições atuais do fenômeno estudado, com destaque para Santos (2020), Pereira e Oliveira (2019), Laurentino e Alloufa (2019), Costa (2019), Rosa (2019), Bispo (2018), Lima *et al* (2018), Domingues (2016), Leal (2014). A pesquisa de campo é de abordagem qualitativa e quantitativa e optou-se por fazer o estudo de caso tendo como campo de pesquisa o CEPAJOB para obter através de entrevista realizada no período de 28 de setembro de 2021 a 24 de abril de 2022, o relato de 10 egressos das turmas do Curso Técnico de Informática para Internet e do Curso Técnico de Redes de Computadores e suas percepções sobre o Programa de 2017 e 2018. Como resultado apresentamos o perfil socioeconômico dos jovens sendo que atualmente, 70% dos respondentes encontram-se desempenhando suas atividades laborais como autônomo, na área de informática, no ramo de vendas, telemarketing, hospital, supermercado e em outros setores, percebe-se que todos egressos acreditam na formação técnica como um estímulo à busca por novos horizontes, novas perspectivas de vida, sendo o PRONATEC/MEDIOTEC um caminho para quem soube aproveitar essa oportunidade ofertada pelo CEPAJOB. Ressaltamos que foi determinante para a inserção no mercado laboral a formação técnica, que o mundo do trabalho tem exigências e critérios seletivos, portanto a formação é um dos itens indispensáveis para a admissão. Nos depoimentos advindos das vozes dos egressos é possível perceber que as coisas foram fazendo sentido em suas vidas após conclusão dos cursos. Alguns atualmente são profissionais formados pelo

programa atuando no mundo do trabalho como mão de obra qualificada, mas que financeiramente estão atendendo as exigências do capital com salário ínfimo. Contudo, afirmamos a hipótese de que o PRONATEC/MEDIOTEC é uma política pública para educação profissional com abrangência no atendimento à formação técnica e de qualificação profissional em todo o território nacional, pelos estudos a assertiva é que essa política atingiu seus objetivos quanto a formação de mão de obra qualificada, a inserção dos jovens e reinserção dos trabalhadores no mundo do trabalho com valor social para os mesmos. Esperamos que este estudo possa contribuir para mais debates voltados para pautas afirmativas sobre a trajetórias de programas da educação profissional ofertados aos jovens e trabalhadores.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Egressos. Educação Profissional. PRONATEC. MEDIOTEC.

ABSTRACT

The intention of the dissertation study is to investigate the impacts of the formation of the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) on the professional development and employability of graduates of the Professional Education Center of Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso (CEPAJOB). It discusses technical secondary education and professional education, mentioning the first trials in Brazil, passing through the relevant legislation, pondering the historical-political constitution of professional education and the program in the State of Amapá, focusing on the offer that took place in the aforementioned center. . The study is delimited in the documentary bibliographic contribution and in authors such as Yin (2016), Deslandes (2007), Gil (2008), Lüdke and André (2013), Silva (2020), etc., as well as in the methodological route presenting the State da Questão through studies of the bases and platforms that show the current conditions of the studied phenomenon, with emphasis on Santos (2020), Pereira and Oliveira (2019), Laurentino and Alloufa (2019), Costa (2019), Rosa (2019), Bispo (2018), Lima et al (2018), Domingues (2016), Leal (2014). The field research has a qualitative and quantitative approach and it was decided to carry out the case study with CEPAJOB as the research field to obtain, through an interview carried out from September 28, 2021 to April 24, 2022, the report of 10 graduates from the classes of the Technical Course on Computers for the Internet and the Technical Course on Computer Networks and their perceptions about the 2017 and 2018 Program. performing their work activities as self-employed, in the IT area, in the field of sales, telemarketing, hospital, supermarket and in other sectors, it is clear that all graduates believe in technical training as a stimulus to the search for new horizons, new perspectives in life , with PRONATEC/MEDIOTEC being a path for those who knew how to take advantage of this opportunity offered by CEPAJOB. We emphasize that technical training was decisive for entering the labor market, that the world of work has demands and selective criteria, therefore training is one of the indispensable items for admission. In the testimonies from the voices of the graduates, it is possible to perceive that things started to make sense in their lives after completing the courses. Some are currently professionals formed by the program working in the world of work as qualified labor, but who are financially meeting the requirements of capital with a meager salary. However, we affirm the hypothesis that PRONATEC/MEDIOTEC is a

public policy for professional education that covers technical training and professional qualification throughout the national territory. skilled labor, the inclusion of young people and the reintegration of workers into the world of work with social value for them. We hope that this study can contribute to more debates focused on affirmative guidelines on the trajectories of professional education programs offered to young people and workers.

Keywords: Public Policies. Graduates. Professional Education. PRONATEC. MEDIOTECH.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Produções selecionados na Plataforma da Scientific Electronic Library Online (SCIELO).....	30
Quadro 2 -	Produções selecionadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	31
Quadro 3 -	Produções selecionadas no Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e no Portal de Periódico da Universidade Estadual do Ceará (UECE).....	33
Quadro 4 -	Produções selecionadas da plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).....	34
Quadro 5 -	Oferta de vagas em cursos técnicos subsequentes de 2010-2016.....	70
Quadro 6 -	Ofertas de vagas em cursos técnicos concomitantes - MEDIOTECH/2017.....	71
Quadro 7 -	Oferta de vagas de cursos técnicos - MEDIOTECH 2018.....	72
Quadro 8 -	Quanto ao tempo de duração do curso foi suficiente.....	85
Quadro 9 -	Quanto aos Componentes Curriculares.....	86
Quadro 10 -	Quanto à indicação do curso para outras pessoas.....	88
Quadro 11 -	Quanto a atuação dos professores.....	90
Quadro 12 -	Sugestões, críticas e questionamentos.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Quantitativo de participantes por cursos.....	74
Gráfico 2 -	Município onde reside.....	75
Gráfico 3 -	Idade do participante.....	76
Gráfico 4 -	Escolaridade.....	77
Gráfico 5 -	Sexo.....	77
Gráfico 6 -	Raça ou cor.....	78
Gráfico 7 -	Tipo de moradia.....	78
Gráfico 8 -	Empregabilidade.....	79
Gráfico 9 -	Tempo decorrido desde a formação até o primeiro emprego.....	80
Gráfico 10 -	Forma de acesso e regime de trabalho.....	81
Gráfico 11 -	Renda mensal.....	81
Gráfico 12 -	Características profissionais.....	82
Gráfico 13 -	Relações e condições de trabalho.....	83
Gráfico 14 -	Condições Salariais.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Específico
AP	Amapá
APROFAP	Associação dos Professores de Língua Francesa do Amapá
BIS	Batalhão de Infantaria e Selva
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior
CCFA	Centro de Cultura Franco Amapaense
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPAJOB	Centro de Educação Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso
CEPS	Centro de Educação Profissional de Santana
CF	Constituição Federal
CIFPA	Centro Integrado de Formação Profissional em Pesca e Aquicultura
CIOSP	Centro Integrado de Operações em Segurança Pública
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CLT	Consolidações das Leis trabalhistas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
E.P.	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
E.M.	Ensino Médio
E.M.I.	Ensino Médio Integrado
E. E.	Escola Estadual
E.Q.	Estado da Questão
E.C.	Estudo de Caso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAB	Gabinete
GEA	Governo do Estado do Amapá
GETEC	Gerenciamento Tecnológico
GFM	Ginásio Feminino de Macapá

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEEA	Instituto de Educação do Estado do Amapá
IETA	Instituto de Educação do Território do Amapá
IFCE	Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará
IFP	Instituto Federal de Pernambuco
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA	Instituto de Porto Alegre
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEDIOTEC	Médio Técnico
PEE	Plano Estadual de Educação
PPC	Plano Pedagógico de Curso
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PNE	Plano Nacional de Educação
PRODEB	Programa de Equalização de Oportunidade da Educação Básica
PROMED	Programa de Melhoria do Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SCIELO	Scientific Electronic Library On Line
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEEC	Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUS	Sistema Único de Saúde
T.I.	Tecnologia da Informação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFRGN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
2.1	Abordagem quali-quantitativa.....	21
2.2	Estudo de caso.....	23
2.3	Técnicas e instrumentos da coleta de dados e sujeitos da investigação.....	24
3	Estado da Questão.....	28
4	CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	37
4.1	Os Primeiros Ensaios da Educação Profissional.....	38
4.2	Educação Profissional: Legislação Aplicada.....	41
5	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) E O ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO BRASIL..	48
5.1	Constituição histórico-política do Estado do Amapá.....	54
5.2	Educação profissional e o Pronatec/Mediotec no Estado do Amapá...	58
5.3	Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso – CEPAJOB.....	69
6	ANÁLISE DOS DADOS.....	74
6.1	Perfil Socioeconômico.....	74
6.2	Empregabilidade e oportunidade de acesso ao mundo do trabalho....	79
6.3	Os impactos do programa na vida de Egresso: ... Chegou a minha vez!!!.....	84
7	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS.....	101
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS.....	107
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	112
	ANEXO A – ORIENTAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE PESQUISA...	113

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a história da educação brasileira promove a compreensão da concretização do direito a educação no âmbito governamental com garantia do acesso a todos cidadãos, o que se efetiva por meio das políticas públicas voltadas a educação. O contexto de tais políticas tem origem entre outras questões na configuração que o Estado vem adotando em relação ao combate às desigualdades sociais oriundas, principalmente, da segregação educacional presente em nosso país. Essa trajetória envolve as legislações e o surgimento das políticas públicas educacionais que perpassam desde o império até os dias atuais.

As políticas públicas educacionais consistem em programas e ações governamentais para a garantia dos direitos constitucionais, principalmente, referente a educação, pois é um dever moral de aprimoramento social e de acesso aos bens culturais e econômicos que deve ser oferecida pelo Estado.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é uma política pública que foi criado e sancionado pela Lei nº 12.513, em 26.10.2011, no governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Trata-se de um programa direcionado pelo Ministério da Educação (MEC) objetivando expandir, interiorizar e democratizar a demanda de cursos de educação profissional, seja técnica de nível médio, presencial ou a distância, e de cursos e programas de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional.

O Programa prevê ainda o atendimento prioritário de estudantes de Ensino Médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais e de pessoas com baixo poder aquisitivo, estudantes com ensino médio completo, dentre outros beneficiários, através de uma série de subprogramas como:

- *PRONATEC Jovem Aprendiz* que tem como público alvo pessoas de 14 a 18 anos em vulnerabilidade social visando ampliar a oportunidade de acesso a educação e a qualificação técnica profissional, como forma de combater a exclusão social;
- *PRONATEC Catadores* que promove qualificação profissional articulada a elevação da escolaridade dos catadores de materiais recicláveis cadastrados e em processo de inscrição no CadÚnico¹ e;

¹ O Cadastro Único é instrumento do governo federal para que as pessoas possam ter acesso a vários programas sociais, garantindo assim o auxílio socioeconômico a quem

- *PRONATEC Mulheres Mil busca incentivar as mulheres em estado de vulnerabilidade social, em especial nas regiões do norte e do nordeste.*

O Ensino Médio Técnico, por sua vez, ficou conhecido como Mediotec, foi integrado como uma ação do Pronatec pela lei supracitada e visa o fortalecimento e ampliação da educação profissional técnica de nível médio articulada com as redes públicas de educação e com o setor produtivo, de modo que os alunos cursem o ensino técnico no contra turno do ensino regular, ou seja, estimulando os jovens a buscarem a carreira técnica com foco na qualificação profissional como potencializadora das chances de inserção no trabalho e consequente geração de renda.

O MedioTec teve abrangência nacional e o Amapá foi um dos Estados contemplados pelo programa. Uma das instituições no Amapá a ofertar vagas foi o Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá *Professora Josinete de Oliveira Barroso – CEPAJOB*, que iniciou suas atividades com Cursos FIC e Cursos Técnicos na forma subsequente, destinados aos alunos que concluíram o nível Médio básico e retornaram para alcançar a formação técnica, bem como matrículas para turmas na forma concomitante implantada em 2017.

No período de 2017 a 2018, o CEPAJOB² trabalhou 4 (quatro) eixos tecnológicos, foram eles: Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócio. A oferta fora composta por 20 cursos técnicos organizados em 37 turmas, sendo 11 turmas na unidade ofertante³ (CEPAJOB) e 26 turmas nas escolas remotas⁴.

Diversos autores tem o PRONATEC como objeto de estudo. Pereira e Oliveira (2019) afirmam ser o programa um dos maiores já oferecidos pelo Ministério da Educação referente a qualificação profissional e inserção de egressos no mundo do trabalho. O pesquisador Santos (2020) analisa o PRONATEC considerando a complexidade voltada para a implementação de uma política com foco na realidade

tem direito. O governo federal por meio do CadÚnico, tem o registro de quem são e como vivem as famílias de baixa renda do país.

² Silva (2020, p. 65) afirma que a criação do centro ocorreu pelo Decreto nº 987/2000, 16.03. 2000 e autorizado o funcionamento na esfera administrativa estadual através da Portaria nº 0668/2001-SEED, de 30 de julho de 2001.

³ Unidade Ofertante – Local de realização da oferta, ou seja, da sede da unidade ofertante ou de alguma unidade de ensino remota.

⁴ Escola Remota – Instituição da rede pública de ensino que disponibilizam a infraestrutura e logística para a oferta dos cursos tanto na capital como nos demais municípios do estado.

do público alvo e afirma que o Programa fez diferença na condução do processo de formação dos alunos matriculados nos cursos ofertados pelas instituições públicas. O estudo de Laurentino e Alloufa (2019), por conseguinte, ressalta a importância das percepções dos egressos sobre as ofertas de cursos técnicos.

O estudo de Leal (2014) avalia a inserção dos alunos egressos de Cursos do PRONATEC oferecidos no mercado de trabalho e destaca a relevância do Programa, ao afirmar que ele foi tomando uma amplitude cada vez maior, tornando-se uma política pública com abrangência nacional. O estudo de Silva (2020), por sua vez, ressalta os avanços na educação profissional especificamente no Estado do Amapá durante o período de 2015-2018, apresentando o contexto histórico sobre o surgimento da educação profissional no referido estado com referência ao CEPAJOB.

A ausência dessas análises deixa sem resposta diversos questionamentos, que buscaremos responder, como: quantos dos egressos que concluíram os Cursos Técnicos de Informática para Internet e Rede de Computadores no CEPAJOB pelo Pronatec/ Mediotec estão trabalhando na área de formação? O que os jovens pensam sobre o curso realizado? Quais os resultados alcançados na vida profissional que podem ser atribuídos a formação técnica recebida?

O presente estudo visa investigar os impactos da formação técnica do Pronatec/Mediotec no que tange ao desenvolvimento profissional e a empregabilidade dos egressos de cursos do Pronatec/Mediotec do CEPAJOB, especificamente egressos do *Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação*, especificamente a Turma do *Curso Técnico de Informática para Internet* ofertado em 2017 e concluída em 2018 e a Turma do *Curso Técnico de Redes de Computadores*, ofertada em 2018 e concluída em 2019.

Tem-se como objetivos específicos: Identificar se o Pronatec/Mediotec, como Política Pública, atende a seu papel social voltado para inserção dos beneficiários no mundo do trabalho; fazer o levantamento do perfil socioeconômico dos egressos da turma de técnicos de Informática para internet e de Redes de Computadores ofertado pelo Pronatec/Mediotec no CEPAJOB; e analisar as avaliações que os ex-alunos do CEPAJOB fazem sobre a qualidade da formação recebida pelo Pronatec/Mediotec

Sendo de suma importância a justificativa da temática da pesquisa em questão, declaramos que a escolha do tema se deu pelo fato da pesquisadora estar vivenciando experiência como funcionária na área profissional e dá-se conta de que nem sempre se efetiva o que prevê a Portaria nº 817/2015-SETEC/MEC, que estabelece a relevante necessidade de realização de pesquisa e avaliação de egressos pela Secretaria Estadual de Educação, no período compreendido entre 6 a 12 meses após a conclusão dos cursos ofertados.

Assim, o interesse é fazer uma análise da mediação que a escola promove entre a formação profissional e a inserção da juventude no mundo do trabalho, promover reflexões sobre a formação dos egressos do Pronatec/Mediotec ofertados pelo CEPAJOB e por ser cada vez mais emergencial o ingente empenho de estudiosos sobre o avanço das políticas do ensino profissional (EP), em particular no Estado do Amapá, um estado que apresenta deficiências não apenas na educação profissional, mas também em relação ao desempenho educacional no nível Médio.

A abordagem foi mista. O aporte bibliográfico foi constituído tomando por base em autores como Lüdke e André (2013), Yin (2016), Deslandes (2007), Gil (2008), Nogueira (2012), Caires e Oliveira (2016), Santos (2020), Silva (2020), bem como nas legislações que envolvem o tema, como: Constituição de 1824, Constituição Federal de 1988, Lei nº 4.024/1961- LDB, Lei nº 5.692/1971-LDB, Lei nº 9.394/1996 LDB, Lei nº 12.513/2011, Portaria nº 817/2015, entre outros marcos legais. Dentre estes, ressalta-se a contribuição de Silva (2020), que em seus estudos sobre os avanços na educação profissional no Estado do Amapá faz referência ao Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá *Professora Josinete Oliveira Barroso* – CEPAJOB como pioneiro na área profissionalizante na rede pública estadual.

Isto posto, no que tange a organização do texto, inicialmente - para alcançar os objetivos desta investigação - procuramos apresentar o histórico do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Ensino Médio Técnico (MEDIOTEC) no Brasil. Logo após, uma breve explanação sobre os relatos de experiências vivenciadas na pesquisa de campo para identificar o perfil socioeconômico dos egressos e analisar as avaliações que estes fazem sobre a qualidade dos cursos, as perspectivas sobre sua inserção laboral e em relação ao seu desempenho profissional. Por fim, buscamos confirmar a hipótese de

que o PRONATEC é uma política pública que atende as demandas da educação no quesito formação e qualificação técnica com valor social para os jovens e trabalhadores.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Pensar em metodologia requer a escolha de um caminho que articule teorias diversas, além de considerar o conhecimento empírico do pesquisador sobre o fenômeno estudado, envolve também o rigor no trato das informações advindas dos estudiosos e suas teorias por considerar que estes já vivenciaram e experimentaram teoricamente a investigação do fenômeno com foco em resultados que podem ser aceitos ou contestados. Desse panorama resulta que,

A definição da metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo (DESLANDES, 2007, p. 46)

Cientificamente, toda pesquisa tem como exigência a dedicação, o cuidado do pesquisador na seleção das etapas que envolve o esboço metodológico. Por essa razão a escolha da metodologia deve ocorrer com base em fontes especializadas. Assim, utilizamo-nos dos estudos de Silva e Menezes (2005, p. 25), ambos definem que a pesquisa,

Do ponto de vista da [...]natureza, pode ser:

▪ **Pesquisa Básica:** objetiva gerar conhecimentos [...] para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

▪ **Pesquisa Aplicada:** [...] gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. (grifo nosso)

Neste estudo a opção pela pesquisa básica ocorre com o imperativo de contribuir na geração de novos conhecimentos sobre o fenômeno sem a necessidade de aprofundar os estudos em resolução do problema específico.

2.1 Abordagem qualitativa

Em relação a abordagem utilizada na pesquisa para análise dos dados foi adotada a pesquisa qualitativa, por considerar a proximidade com o sujeito e nos permitir compreender o fenômeno em estudo sob uma perspectiva específica, capaz de demonstrar as características, o estado e o comportamento das variáveis do fenômeno em relação a subjetividade com a devida atenção ao rigor científico no

alcance dos objetivos propostos. Tal abordagem é dotada de explícita complexidade, requer dedicação e conhecimentos prévios do pesquisador devido, sobretudo, lidar diretamente com subjetividades inerentes ao sujeito da investigação. Sobre a importância desse último aspecto André (2013) complementa-nos ao afirmar que:

Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão da realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações. (ANDRÉ, 2013, p.97)

Como afirma Minayo (2001, “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares.” Ainda segundo a autora, isso ocorre porque envolve “o universo de significados, [...], crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.21-22)

Fica claro que a abordagem qualitativa se justifica neste estudo porque na ação de análise da realidade vivenciada e o fato investigado o pesquisador não tem o interesse de traduzir os resultados alcançados exclusivamente em números, provocando a sistematização e interpretação dos dados de forma a identificar, nas falas dos egressos, as perspectivas, elucidações e caminho percorrido durante e após os cursos que realizaram.

Yin (2016), por sua vez, assegura que a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador

[...] estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; representar as opiniões e perspectivas das pessoas [...] de um estudo; abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano e esforça-se por usar múltiplas fontes de evidências em vez de se basear em uma única fonte (YIN, 2016, p.7).

O detalhamento das informações neste sentido é fator importante, pois as descrições minuciosas dos aspectos físicos, ambientais, emocionais e sociais que envolvem os sujeitos investigados devem proporcionar ao pesquisador conhecimentos aprofundados do objeto de estudo.

Utilizamo-nos ainda do método descritivo para dissertarmos sobre as características, opiniões e perspectivas dos egressos, bem como sobre a temática da oferta do curso do PRONATEC pelo CEPAJOB. Para Gil (2008),

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sobre este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008, p.28)

Por sua vez, levando-se em consideração a dissipação geográfica dos beneficiários das diversas formações do PRONATEC, optou-se por fazer um Estudo de Caso (E.C).

2.2 Estudo de caso

Sabe-se que os estudos de caso devem envolver uma dinâmica de investigação direta com os sujeitos da pesquisa, pois permeiam questões profundas a serem exploradas e descritas baseando-se nas manifestações de comportamentos advindos do fenômeno. Conforme afirma Yin (2001):

[...] os estudos de caso representam a estratégia preferida que se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômeno contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p.19)

Porém, o pesquisador deve estar atento para não se envolver emocionalmente, mantendo-se imparcial, o que assegura nesse momento as questões que envolvem a ética, a descrição, a confiabilidade, o respeito pelas emoções e sentimentos dos sujeitos que podem surgir, principalmente, quando é adotada a entrevista como técnica de coletar dados. Neste caso, Thesing e Costas (2017, p.1.843) fazem referência a preocupação que o pesquisador deve ter com “o rigor metodológico, mas não atrelado as questões de atribuições de nomes para os tipos de pesquisas desenvolvidas”, porém o rigor “está relacionado a forma de organização do caminho investigativo”. André (2013) enfatiza que a organização é importante,

[...] porque revela a preocupação com o rigor científico do trabalho, ou seja, se foram ou não tomados as devidas cautelas na escolha dos sujeitos, dos procedimentos de coletas e análise de dados, na elaboração e validação dos instrumentos, no tratamento dos dados. Revela ainda a ética do pesquisador, que ao expor seus pontos de vista dá oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores (ANDRÉ, 2013, p.96)

Assim, as especificidades do tema são trazidas pelos embates na relação pesquisador /sujeito ou pesquisador/ objeto de pesquisa, pois como afirma Lüdke e

André (2013, p.20) “quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso”. Sendo útil também como uma estratégia prática para análise de acontecimentos contemporâneos, conforme afirma Yin (2001):

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências (documentos, artefatos, entrevistas e observações) [...] que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 27).

Como especialista Yin (2004), assegura ainda que:

O Estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivo [...] são alguns dos exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisas. Cada estratégia representa vantagens e desvantagens próprias, dependendo basicamente de três condições: a) o tipo da questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos (YIN, 2004, p. 19).

Em síntese, não há conhecimento sem a busca da compreensão da relação do processo histórico com a contemporaneidade dos fatos. Neste processo a seleção do lócus, campo da pesquisa da presente investigação foi o CEPJOB, instituição mantida pelo Governo do Estado do Amapá, pertencente à rede de ensino da Secretaria de Estado da Educação que atende à demanda de educação profissional técnica e de qualificação profissional de jovens e trabalhadores.

2.3 Técnicas e instrumentos da coleta de dados e sujeitos da investigação

Quanto à técnica de coleta de dados optamos pela pesquisa de campo, que tem como intuito trazer uma abordagem do perfil socioeconômico dos egressos, as avaliações que fazem sobre a qualidade dos cursos ofertados, além de identificar as perspectivas sobre sua inserção no mercado de trabalho e influência no desempenho profissional dos atuantes na área de formação.

Conforme Gonsalves (2001),

A pesquisa de campo [...] pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto.

Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir [...] informações a serem documentadas[...]. (GONSALVES, 2001, p.67)

Sobre coletar dados, Silva e Menezes (2008) entendem que envolve entre outros instrumentos: a entrevista e o roteiro, assim:

Entrevista: é a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. A entrevista pode ser:

- **padronizada ou estruturada:** roteiro previamente estabelecido;
- **despadronizada ou não-estruturada:** não existe rigidez de roteiro. Pode-se explorar mais amplamente algumas questões. (SILVA; MENEZES, 2008, p.33-34)

Optou-se pela entrevista estruturada. A seleção dos sujeitos teve por base a categorização “egressos” dos cursos técnicos ofertados no CEPAJOB. A escolha destes deu-se em decorrência da maior disponibilidade das informações pessoais encontradas na instituição. A seleção foi direcionada a 01 (uma) turma do Curso Técnico Redes de Computadores e 01 (uma) turma do Curso Técnico Informática para Internet do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação de 2018 e 2019.

A pesquisa envolveu, portanto, concluintes dos cursos técnicos do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, todos do turno da noite, convidados a participarem de entrevista estruturada, efetivada de presencial ou virtual, nesse último caso com o uso da ferramenta Google Meet, gravadas e com a duração média de 40 minutos.

Sobre a captação de participantes, a priori foi elaborado um cronograma para contato com egressos, a relação nominal foi cedida pela secretaria do centro e através da lista do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) selecionei os contatos dos alunos considerando a ordem alfabética, primeiramente com os alunos que concluíram o Curso Técnico em Informática para Internet e depois com os egressos do Curso Técnico em Redes de Computadores, descartando os alunos que não concluíram os cursos quer seja por abandono, cancelamento ou reprovação.

O segundo passo foi a criação de um ambiente no WhatsApp para inserção dos egressos afim de explicar os objetivos e esclarecer a dinâmica da pesquisa com os respondentes selecionados. Ao iniciar o contato com os egressos, percebi a dificuldade que se apresentava para realizar a investigação por estar no

período pandêmico de Covid-19, de reclusão, de isolamento social, no qual foi suspenso o contato presencial devido as normas de vigilância sanitária.

Desta forma, a condução foi redimensionada para a forma virtual através do Google meet e via telefone, contudo houve necessidade de uma busca ativa, presencial, com alguns egressos que não responderam via telefone e se fez preciso a ida até as residências destes.

Quanto ao número final de respondentes, ressalto que previamente, em 2021, havia sido criado um grupo no aplicativo WhatsApp com o intuito de manter os potenciais respondentes em um canal de comunicação comum, o que envolvera 60 egressos. Mesmo com a criação do citado grupo, em decorrência dessas situações elencadas e após inúmeros telefonemas sem retorno a pesquisa foi realizada somente com 10 egressos, sendo 2 do curso Técnico de informática para internet que iniciaram em 2017 e 08 do curso Técnico de Redes de Computadores que iniciaram em 2018.

Os sujeitos responderam um roteiro com perguntas referentes aos indicadores de qualidade sobre os dados pessoais, a infraestrutura do centro, ao desenvolvimento do curso e a formação adquirida pelo programa. Estes resultados serviram para compor a dualidade dos dados coletados direcionando para a entrevista no ambiente virtual, escolha baseada na intenção de traçar o perfil dos egressos e de fazer os sujeitos sentirem-se à vontade e seguros para emitirem suas opiniões sobre a formação recebida pelo programa.

Na etapa de análise da entrevista optou-se por extrair os dados das questões qualitativas e quantitativas pela facilidade na interpretação e argumentação a ser realizada através de diversas técnicas de decodificação das informações obtidas nos roteiros e nas entrevistas gravadas no ambiente virtual Google meet, os resultados foram expostos neste estudo nas tabelas, quadros e gráficos, entre outros.

Justificamos a entrevista no ambiente virtual, considerando o período pandêmico e a não exposição dos envolvidos devendo-se seguir os procedimentos e protocolos de biossegurança tanto para a pesquisadora quanto os sujeitos envolvidos na pesquisa, levando-se em consideração os aspectos éticos a serem observados durante a pesquisa de campo.

A entrevista em ambiente virtual foi realizada tomando como parâmetro as orientações da Resolução nº 466/2012 que aprova as diretrizes e normas

regulamentadoras de pesquisa por envolver seres humanos, conforme as orientações contidas no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Neste sentido, também foi exposto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pontuando os objetivos, garantindo o sigilo da fonte pesquisada e os possíveis riscos. A seguir, foi exposta parte desta experiência como forma de explicar o caminho metodológico percorrido em busca de teóricos que fundamentassem a escrita científica dissertativa.

3 ESTADO DA QUESTÃO

Um passo importante ao realizarmos o levantamento bibliográfico de dados nas plataformas foi identificar, por meio do Estado da Questão (EQ), as demais produções científicas com objeto de pesquisa similar ao nosso. Lopes, Nóbrega- Therrien e Almeida (2018, p. 66-67) afirmam que “o estudo do Estado da Questão (EQ) é considerado um método que evidencia as condições atuais na literatura científica sobre o objeto de investigação”, dentre suas características é pertinente discorrer que esse método intenta caracterizar o objeto, além de evidenciar as categorias centrais da abordagem teórica metodológica do estudo proposto, pois explicita o caminho percorrido durante a pesquisa.

Ainda sobre a finalidade do E.Q Nóbrega-Therrien e Therrien (2010, p. 34) esclarecem:

A finalidade do EQ é a de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Sua finalidade também é a de contribuir para o rigor científico realizado pelo estudante/pesquisador, de modo a evitar vieses na construção das categoriais teóricas e empíricas que vão ser trabalhadas por ele na revisão de literatura.

Reconhecida a importância desse tipo de levantamento, a priori o passo realizado foi a busca das pesquisas existentes nas bases de dados, utilizando-nos dos descritores previamente elegidos, sendo eles: Pronatec, Mediotec, Egressos, Educação Profissional e Políticas Públicas.

A pesquisa para construção do E.Q centrou-se em cinco Bases de Dados, foram elas:

- Plataforma ***Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)*** através da biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras que promove o acesso à base de dados das publicações de estudos científicos e periódicos;
- **Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, um dos principais portais de acesso e divulgação dos periódicos e artigos de conhecimento científico do Brasil;
- **Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos (PPEC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**, *que objetiva* garantir e apoiar a qualificação e a visibilidade das publicações periódicas científicas vinculadas aos institutos, faculdades, centros, núcleos de pesquisa e órgãos complementares da UNICAMP;

- **Portal de Periódicos da Universidade Estadual do Ceará (UECE)**, que visa o acesso à pesquisa científica e a qualificação dos periódicos da UECE e;
- **Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, que tem por objetivo integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país. Tomando por base o foco do fenômeno realizou-se o levantamento das produções científicas e identificamos um cenário nas diversas fontes de pesquisas já citadas.

Para a compreensão do caminho percorrido foi necessário 1º - definir as estratégias; 2º - planejar as ações; 3º - preparar o ambiente para as coletas; 4º - analisar todos os estudos encontrados e finalmente extrair desses estudos pontos importantes relacionados com o fenômeno, conforme representado na figura 1.

Figura 1 - Caminho percorrido



Fonte: Elaborado pela autora/2022

Parte-se da ideia de que o conhecimento do fenômeno só ocorre quando o pesquisador consegue se apropriar de estudos científicos já existentes sobre o tema que investiga. A busca na base **Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)**, conforme quadro 1, foi feita utilizando os descritores: conceitos de educação, egressos, políticas públicas, educação profissional, Pronatec e Mediotec com aspas e sem aspas. Encontrou-se no filtro sem aspas o total de 1.806 artigos para conceitos de educação; 701 artigos com o descritor egressos; 11.317 direcionados para políticas públicas e 4.492 para educação profissional. Na filtragem com aspas

no item “conceito de educação” identificou-se somente 41 artigos. O termo “egressos” permaneceu com o quantitativo inalterado; por sua vez, “políticas públicas” reduziu para 10.622 e “educação profissional” para 340 estudos.

Para apurar a filtragem selecionamos as opções: Brasil, todos os periódicos, Língua Portuguesa, anos de 2018 a 2020. Neste momento os descritores sem aspas contabilizaram 256 para conceitos de educação; 112 para egressos; 1.217 para políticas públicas e 577 direcionados para educação profissional.

Como os artigos que interessam são os direcionados para abordagem nos descritores políticas públicas e educação profissional, foi utilizado “educação profissional” (com aspas) computando-se ao final o total de 45 artigos encontrados, e destes apenas 02, detalhado no quadro 1, contemplaram os descritores escolhidos.

Quadro 1 – Produções selecionados na Plataforma da Scientific Electronic Library Online (SCIELO)

Título	Autor	Ano	Tipo	Instituição
Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): um estudo de caso no município de Picuí-PB	LAURENTINO, Thiago da Silva e ALLOUFA, Jomária da Mata de Lima	2019	Artigo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRGN
As Políticas Públicas e o Direito a Educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus Plano Nacional de Educação	LIMA, Marcelo e PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar	2017	Artigo	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Fonte: Base de dados da SCIELO/2021 – levantamento realizado pela autora (2022)

O artigo “Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): um estudo de caso no município de Picuí-PB”, teve por propósito avaliar a implementação do PRONATEC no IFPB, no Campus Picuí-PB, considerando as fragilidades e potencialidades nos subprocessos de implementação do Programa.

Neste estudo de Laurentino e Alloufa (2019, p. 801). é possível verificar os fatores que justificam a criação da lei que instituiu o Programa, sendo: “a expansão da educação profissional, o cenário de crescimento econômico, a demanda de mão de obra, [...] além do número de jovens e adultos com baixo grau de escolarização”.

Na busca avançada o estudo de Lima e Pacheco (2017) “As Políticas Públicas e o Direito a Educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus Plano Nacional de Educação”, ressalta a necessidade de tencionar questões que perpassam o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014 a 2024 e Pronatec promovendo uma análise da origem do Programa revelando seu caráter privatista e afirmando o propósito do Programa que precisam ser implementados para a destinação da oferta de novos cursos.

O estudo acima dialoga com esta pesquisa ao afirmar que o Programa é responsável pela “elevação de matrícula na educação profissional” como política pública nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que elevou o percentual de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio durante o período de 2008 a 2013. Ressaltamos que o referido estudo foi realizado em 2015.

Lima e Pacheco (2017, p. 494) trouxeram ainda contribuições para a compreensão de que o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, “surgiu como possibilidade de estruturação do direito a educação, trazendo a luz à complexidade do modelo federativo da educação brasileira”.

A busca seguinte ocorreu no portal de periódicos da CAPES com os descritores: conceitos de educação, egressos, políticas públicas, educação profissional, Pronatec e Mediotec, somente com o descritor “Pronatec” inserido com aspas, porém não obtivemos resultados e ao inserir sem aspas obtivemos 318 resultados. Sendo filtrado com nova pesquisa encontramos 38 trabalhos direcionados para o referido descritor, sendo que ao fazermos a leitura minuciosa dos trabalhos foram selecionados 03 estudos, abaixo descritos.

Quadro 2 –Produções selecionadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Título	Autor	Ano	Tipo	Instituição
A inserção dos egressos dos cursos técnicos do PRONATEC no mercado de trabalho	PEREIRA, André Luís Gonçalves; OLIVEIRA, Ramon de	2019	Artigo	Instituto Federal de Pernambuco - IFP
PRONATEC: Para que e para quem?	LIMA, Marcelo et al	2018	Artigo	Universidade Federal do Espírito Santo
Avaliação da inserção de egressos de cursos do PRONATEC no mercado de trabalho de Porto Alegre	LEAL, Paulo Ricardo Araújo.	2014	Dissertação	Centro Universitário Metodista – IPA

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES/2021 - levantamento realizado pela autora (2022)

Ao filtrar as temáticas com descritor “Pronatec”, identificou-se que o estudo de Pereira e Oliveira (2019), denominado “A inserção dos egressos dos cursos técnicos do PRONATEC no mercado de trabalho”, é um artigo que envolve o jovem e a problemática do desemprego e a inserção no mercado laboral. Os autores afirmam que o Pronatec se estabeleceu como um dos maiores Programas de qualificação profissional desenvolvido pelo Governo Federal. Por outro lado, ressaltam que é expressivo o quantitativo de trabalhos voltados direta ou indiretamente ao debate visando atender a emergência da produção flexível e a exigência de um novo perfil técnico e comportamental dos trabalhadores.

Na visão dos autores, o acesso ao mundo do trabalho se configura de forma diferente para os diversos grupos sociais, apresentando novos parâmetros de investigação na relação de contribuição ou adversidade entre a escola e o mundo do trabalho.

Um estudo interessante denominado de “Avaliação da inserção de egressos de cursos do Pronatec no mercado de trabalho” é uma dissertação que tem o objetivo de avaliar a inserção no mercado de trabalho dos alunos egressos de cursos do Pronatec. *A priori*, o autor procedeu com análise do perfil social dos beneficiários que realizaram o curso e transcorreu com entrevistas para avaliação da efetiva empregabilidade daqueles que concluíram o curso, o que nos permitiu compreender a empregabilidade assegurada pelo Programa aos cursistas. Em suas conclusões, afirma Leal (2014, p. 77) que o “Programa tornou-se uma política pública com abrangência nacional em atendimento a uma parte da população que procurava qualificação”. Em suas considerações, o autor identificou um alto índice de cursistas do sexo feminino que buscam qualificação visando ganhar seu sustento e de sua família e conclui que essa política tem atingido seus objetivos em relação a inserção e reinserção dos egressos do Programa no mercado de trabalho.

Por sua vez, no artigo PRONATEC: Para que e para quem? Lima *et al* (2018, p. 183) visam evidenciar as ações e resultados deste Programa no intuito de “elucidar se os interesses foram atendidos por esta política da educação profissional”. Os autores apresentam uma abordagem quantitativa dos dados que foram apurados em múltiplos documentos. No aspecto qualitativo o direcionamento do estudo foi no campo da verificação dos aspectos singulares em relação à execução dos cursos de formação profissional em nível regional e local. Ao final

ressaltam que o programa promove a hegemonia de uma formação profissional mercantilizada para a empregabilidade e não para o emprego.

Foi possível identificar que os estudos acima se complementam em relação à concepção da necessidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e elucidam se os interesses foram atendidos em relação a esse objetivo. Fica visível a compreensão dos autores em relação a necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender novas demandas de profissionais, contudo, mantém-se a ausência de garantia de emprego para todos os egressos, uma vez que estão sujeitos às regras de um mercado de trabalho cada vez mais inconstante.

Quanto às Teses e Dissertações identificadas nas no Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e no Portal de Periódico da Universidade Estadual do Ceará (UECE), foram usados os seguintes descritores: egressos, políticas públicas, educação profissional, Pronatec e Mediotec. Após a devida análise, encontramos 2(dois) estudos de interesse, conforme detalhado no quadro 3.

Quadro 3 – Produções selecionadas no Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e no Portal de Periódico da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Título	Autor	Ano	Tipo	Instituição
Política do PRONATEC nas Vozes dos Egressos: “Agora é Minha Vez”	SANTOS, Maria Helena dos.	2020	Tese	Universidade Estadual de Campinas
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): a experiência do Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará - IFCE.	COSTA, Jucélia Ferreira da Silva	2019	Dissertação	Universidade Estadual do Ceará – Centro de Estudos Sociais Aplicados

Fonte: Portal de Periódicos da UNICAMP e UECE /2021 - Levantamento realizado pela autora (2022)

O primeiro estudo, intitulado “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): a experiência do Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará – IFCE”, Costa (2019) teve como objetivo compreender a política pública de educação profissional à luz do programa no Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará; apresentar as dificuldades dos gestores do programa e teve a intenção de averiguar a influência das políticas públicas na conduta das ações do governo.

A pesquisa contempla aspectos do contexto histórico do Pronatec, identifica como entrave no atraso do repasse de recursos financeiros por parte do

Governo Federal, o que, segundo a autora, influenciou na evasão dos estudantes. Outro ponto de destaque foi o envolvimento dos profissionais do IFCE nas ações do programa. Em suas conclusões, a autora afirma que o Programa incentivou o retorno da população aos estudos e destaca que a sua implementação foi favorecida pela atuação ativa dos agentes em relação a articulação com os parceiros demandantes para a oferta dos cursos no IFCE.

No portal da UNICAMP, entramos pelo Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão – Simpex, usando acesso pelo Portal da UNICAMP FINDER com o descritor “Pronatec”, e identificamos 08 estudos, porém todos anteriores ao ano de 2014. Ao Utilizarmos o descritor “egresso” com aspas obtivemos 22 artigos, todos são estudos que têm o foco na educação superior, os quais foram descartados devido a Educação Superior não ser foco deste estudo.

Em nova busca, identificamos o estudo denominado de “Política do PRONATEC nas Vozes dos Egressos: Agora é Minha Vez. Tese escrita por Santos (2020) que objetivou analisar as vozes dos egressos do PRONATEC. A autora analisa o quão complexa foi o momento de sua implementação e ressalta que é nas vozes dos alunos egressos que se pode injetar um novo olhar sobre a importância do programa.

No portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, utilizando os descritores: Educação Profissional, Pronatec e Egresso (sem aspas) foram identificados 180 artigos, sendo, por fim, selecionados 03 estudos, conforme detalhado no quadro 4.

Quadro 4 – Produções selecionadas da plataforma da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Autor	Ano	Tipo	Instituição
Percepção de Egressos do Programa Pronatec (Formação Inicial e Continuada) em Bagé de 2012 a 2016	ROSA, Andreia Quadros	2019	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas
A influência das regras na formulação de políticas públicas – O caso do PRONATEC	BISPO, Fabiana Carvalho da Silva	2018	Tese de Doutorado	Universidade de Brasília (UNB)
PRONATEC: Um estudo com egressos no litoral do Paraná	DOMINGUES, Maria do Amparo Cardoso	2016	Dissertação	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fonte: Base de dados da BDTD/2022 – Levantamento realizado pela autora (2022)

Na filtragem do descritor “Egresso” chamou a atenção o estudo de Rosa (2019), denominado de Percepção de Egressos do Programa PRONATEC (Formação Inicial e Continuada) em Bagé de 2012 a 2016. Rosa (2019) realizou um estudo sobre as recentes políticas públicas de Educação Profissional e o Pronatec. Em suas considerações afirma que

Nas últimas décadas o campo das políticas públicas teve um crescimento significativo, cujo ressurgimento também é resultado das mudanças vivenciadas pela sociedade, sejam elas históricas, políticas ou econômicas que desafiaram a esfera institucional, exigindo dos governos novas formas de compreender, formular e analisar as próprias políticas. (ROSA, 2019, p.63)

Entendemos que este momento é necessário para repensar as políticas públicas e despertar uma necessidade de autorregulação, de apropriação do contexto para impulsioná-la para além da relação custo – benefício sendo necessário uma perspectiva mais ampliada que envolva muitos atores na decisão a ser construída na relação estado e sociedade.

No estudo de Rosa (2019) foi possível vislumbrar uma aproximação com a hipótese formulada em nosso estudo, na qual reconhece o Pronatec/Mediotec como uma política pública criada para atender as demandas da educação profissional no quesito formação e qualificação técnica com valor social para os jovens e os trabalhadores.

Por outro lado, no estudo intitulado “A influência das regras na formulação de políticas públicas – O caso do PRONATEC”, Bispo (2018) aborda os aspectos históricos do ensino brasileiro, ao mesmo tempo traz à tona reflexões em torno da educação profissional no Brasil, revela o descaso das políticas públicas com a preparação do trabalhador direcionando-o para o atendimento dos interesses do racionalismo dos modos de produção. Em suas conclusões, Bispo (2018, p. 16) ressalta que “o Estado vem sendo a cada dia questionado por parte dos atores, profissionais da educação, quanto ao desempenho de suas funções e na efetividade de suas ações”.

Por fim, o trabalho de Domingues (2016) intitulado “PRONATEC: Um estudo com egressos no litoral do Paraná”, o autor busca compreender e delinear as características dos egressos do Pronatec, bem como demonstrar as causas e consequências advindas do processo de intervenção do Programa na vida dos egressos relacionados ao tema trabalho. Nesse estudo, a autora busca analisar a

relação das categorias que definiram o referido estudo, sendo: trabalho, qualificação e empregabilidade, para uma análise mais compreensiva em relação a finalidade do Pronatec.

Domingues (2016) aborda o tema da garantia de transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho pelas políticas públicas de EPT. Em sua compreensão, para que o jovem possa ser inserido na estatística de empregabilidade, os programas têm se preocupado com a qualificação da mão de obra sem se atentar ao monitoramento e acompanhamento do jovem em sua formação integral para posterior ascensão no mundo do trabalho, o que leva o egresso a ser inserido de forma precoce e em condições precárias na vida profissional. O entendimento da autora é que uma política pública educacional tenha força para mudar concepções e paradoxos já estabelecidos quanto ao cenário de inclusão das classes menos favorecidas em relação a empregabilidade.

Finalmente, os estudos supracitados foram selecionados por terem relação com a nossa pesquisa e proposta de ressaltar as falas dos egressos em relação à viabilidade do Programa como política pública direcionada a educação técnica de nível médio, por meio do E.Q, vislumbra-se que todo percurso feito nas bases e plataformas de trabalhos científicos possibilitaram, enquanto pesquisadora, uma compreensão do conceito literal do que seja navegar pelos estudos que antecederam a pesquisa. Ao mesmo tempo, permitiram a aquisição de fundamentos para compreender o fenômeno e oportunizou também novos aprendizados ao desenvolver algumas características, como: ser seletiva, rigorosa, fidedigna, e atentar para o rigor durante a análise dos estudos.

O tópico seguinte apresentará uma abordagem também essencial ao aprofundamento teórico fruto do levantamento documental e bibliográfico, trata-se da descrição do Contexto Histórico do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil, bem como do Programa PRONATEC e o Ensino Médio Técnico no Brasil e no Amapá.

4 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Alguns pontos marcantes do contexto histórico do Ensino Médio Técnico e da Educação Profissional no Brasil são abordados nesta seção e ainda faremos menção aos aspectos importantes da assistência prestada aos indivíduos privados do acesso ao ensino e à profissionalização.

A construção desse cenário aborda a trajetória da educação profissional e inicia com enfoque advindo da implantação das fábricas no Brasil tendo como consequência para o setor educacional a atribuição de criar os colégios de fábricas, além disso, traz o conhecimento das legislações que consolidam a política pública direcionada para tal ensino.

Após longo período da história da educação brasileira, houve vários debates e a criação progressiva de leis que resultaram na construção de um caminho de ampliação da oferta de educação profissional. Com a inserção na LDB nº 9,394/1996 dos direcionamentos para a formação de jovem e trabalhadores visualizou-se novos incentivos advindos de programas e projetos com o intuito de preparar a população para o acesso ao mundo do trabalho. Nesse sentido, Lima (2018) ressalta que

Muitos programas, planos e projetos relativos à educação básica e à qualificação profissional têm sido objeto dos governos no Brasil desde antes da ditadura civil-militar: PIPMOI, PIPMO, PREMEM, PROMED, PROEP, PLANFOR, PNQ, PROJOVEM, PROEJ, PROEMI e PRONATEC, dentre outros. Em geral essas políticas derivam da iniciativa da União que, atendendo a determinadas demandas da sociedade, estabelece linhas de ação que, [...] por meio de uma ação direta das redes públicas (federal, estadual e ou municipal), realizam determinado atendimento escolar (LIMA *et al*, 2018, p. 184).

Ao longo da trajetória da EP no Brasil vários estudiosos se debruçaram para trazer à tona um estudo coeso e de profundos debates sobre as legislações e os contextos históricos da educação, entre eles podemos citar os seguintes autores: Moura (2007); Melo (2012); Gomes e Magalhães (2016); Cabral (2019), além de documentos que ressaltam a história da educação, como veremos adiante.

4.1 Os Primeiros Ensaio da Educação Profissional

O contexto da E.P. tem início com o período Colonial, quando D. João VI assina o Alvará nº 01, de 01.04.1808, no qual assegurava o livre estabelecimento das fábricas e manufaturas no Estado do Brasil, tendo em vista “promover e adiantar a riqueza nacional” com as atividades direcionadas para manufaturas e indústrias no intuito de multiplicar e melhorar os gêneros e os produtos da “agricultura e das artes” e ainda “aumentar a população dando o que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistências à [...] vassallos” (BRASIL, 1808, p. 01).

Em 1809, como consequência, houve a criação do Colégio das Fábricas, também chamado de *Casa do Antigo Guindaste*, regulamentado em 31 de outubro de 1811 por D. João VI, momento que deixa transparecer que com o objetivo de auxiliar na educação de artistas e aprendizes portugueses que passaram a frequentar os colégios como exigência para empregabilidade nas fabricas ou manufaturas, visando assegurar a sustentabilidade destes no Brasil.

Com base nos estudos de Cabral (2019), o primeiro colégio foi direcionado para o aprendizado das artes mecânicas sendo convocados alguns mestres que, com o auxílio do Estado, tinham o objetivo de formarem trabalhadores capacitados para a instalação de atividades manufatureiras, bem como para a construção de máquinas a serem enviadas às provinciais.

Nesse período foram criadas várias instituições com o objetivo de oferecer a iniciação de ofícios e sua inspeção era direcionada pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Brasil, D. Fernando José de Portugal, que tinha por responsabilidade nomear os oficiais necessários para a contabilidade e expedição dos negócios do colégio. Assegura Cabral (2019, s/p.) que essas instituições tinham suas estruturas bastante diversificadas, composta por:

[...] diretor; recebedor; escriturário; mestre da oficina de tecidos do largo de sedas e algodão; mestre da oficina de galões e fitas; mestre da oficina de estampania de chitas e cartas de jogar; mestre de carpinteiro e marceneiro; mestre dos bordadores; apontador; porteiro; professor de desenho, arquitetura civil e professor de música. (CABRAL, 2019)

O Colégio das Fábricas do Rio de Janeiro apresentava uma grande estrutura com 10 unidades, 72 artífices em ocupações diversas e uma dinâmica complexa quanto aos atendimentos das demandas, tudo isso direcionou o ensino

numa composição de oficinas que incluíam as “casas de fazenda, urdir, estamparias e tintas; oficinas de torneiro, sentieiro, carpinteiro e marceneiro, ferreiro e serralheiro; aulas de desenho, primeiras letras e música, além de oficinas nos armazém de madeira” (CABRAL, 2019, s/p.).

Segundo esta autora o Colégio das Fábricas enfrentou vários obstáculos para sua permanência, isso se deu devido à grande dependência financeira do Brasil com a Inglaterra, ocorrido com o Tratado de Paz e Aliança. A situação piorou com o Tratado do Comércio e Navegação firmados com a Inglaterra em 1810 que permitiu a entrada de produtos ingleses no mercado interno. Outro obstáculo foi confirmado quando do surgimento do ideário econômico liberal que visualizava no comércio de produtos da agricultura o melhor caminho para o desenvolvimento de um país manufatureiro.

Nesse momento, a decadência foi consolidada e, em 1812, o Tribunal da Junta do Comércio aconselhou D. João VI a não permanecer com os colégios de fábricas enquanto as obras não fossem concluídas.

A partir desse momento não houve avanço no ensino secundário, uma vez que,

[...] A preocupação central daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais. Esta situação ocorreu porque o Brasil herdou de Portugal as dívidas contraídas com a Inglaterra. Esta dependência econômica criou a necessidade de formação de quadros técnicos administrativos novos, que atendessem às exigências do mercado europeu (MELO, 2012, p. 23).

Neste sentido, segundo a autora, a educação contínua sendo ofertada de forma separada e para poucos. Como consequência da saída dos jesuítas as aulas foram ministradas através do método Lancaster, ou seja, ensino mútuo no qual um aluno (denominado de curião) ensinava dez alunos (decúria).

Em 1824, sanciona-se a primeira Constituição Política do Império do Brasil que determina, no Artigo 179, inciso XXXII, a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (NOGUEIRA, 2012, p.87), com oferta do ensino primário, ginásial, liceus, academias, bem como universidade com conhecimentos de gramática, ciências e de belas artes.

Após dois anos de sua publicação, ocorre a defesa de um projeto no qual o Estado seria o responsável pela educação. Esse projeto foi defendido por Januário da Cunha Barbosa com a finalidade de ampliar a quantidade de escolas em todos os

níveis de ensino e para atender todas as demandas e necessidades da sociedade. Segundo Melo (2012, p.31) um ano depois, como consequência da implantação do projeto, surge a Carta Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a “criação de escolas de primeiras letras em todo território nacional com a oferta de um currículo que concedesse as meninas o direito de estudar”, este foi o único documento geral que o Estado instituiu para a educação que se estendeu até 1946.

Nesse período, o ensino secundário ficou condicionado as aulas avulsas e particulares, sendo ministrado com base no latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio. Vale ressaltar, que no Período Imperial não se investiu na educação para atender as necessidades do novo mercado de trabalho. Melo (2012, p.32) afirmam que o “Império não estabeleceu como prioridade a educação. Preferiu investir na busca de soluções imediatas para os problemas políticos e econômicos”, situação que muito favoreceu o domínio da Inglaterra que investiu em produtos industrializados, maquinários e instrumentos, enquanto que o Brasil ainda investia na educação voltada para atender o ideário econômico manufatureiro.

Importa ressaltar que foi criado em 1837, no Rio de Janeiro, o Colégio D. Pedro II, que deveria ser referência na oferta do ensino secundário. Este tem seu objetivo alcançado somente na instauração da Proclamação da República, no período Republicano, sob o comando de Marechal Teodoro da Fonseca (1889-1891) e do Marechal Floriano Peixoto (1891 a 1894). Nesse período inicia-se um novo modelo de governo para o Brasil chamado de *República da Espada*. Segundo Moura (2007),

Em 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha [...] criou as Escolas de Aprendizagem Artífices e instalou dezenove delas em 1910 nas várias unidades da Federação que eram destinadas “aos pobres e humildes”. Estes Liceus eram semelhantes aos Liceus de Artes e Ofícios e voltados para o ensino industrial, sendo custeados pelo Estado Brasileiro. Neste mesmo ano, foi organizado o ensino agrícola para capacitar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. (MOURA, 2007, p.6)

O estudo de Moura (2007) mostra um contexto histórico do Brasil até 1930, indica um período caracterizado como o princípio da Educação Profissional marcado pela oferta do ensino envolvendo aulas práticas. Porém, era uma educação ofertada à preparação de trabalhadores para atender ao processo de industrialização e modernização do sistema de produção do país, inicialmente chamado de aperfeiçoamento profissional, ao mesmo tempo, era visto como forma de assistencialismo às classes menos favorecidas.

Moura (2007, p. 07) afirma ainda a “criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da E.P. no país”. E ressalta que “as décadas de 30 e 40 no século XX, foram marcadas por novas transformações política e econômica da sociedade brasileira com consequências profundas na educação”, pois a proposta organizava a educação em “duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual)”, para distinguir os que pensavam e os que executavam as atividades.

Esta nova proposta foi um divisor dos encaminhamentos entre as categoriais na área da educação. Torna-se necessário compreender como ocorre a criação de leis, resoluções e pareceres voltados para a E.P. as novas legislações aplicadas para este nível de ensino alavancaram o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para formação da mão de obra no país, conforme veremos a seguir.

4.2 Educação Profissional: Legislação Aplicada

A valorização da educação profissional no Brasil teve início com o Presidente Getúlio Dorneles Vargas (1930 – 1945) que para alavancar o setor de desenvolvimento do país investiu recursos em políticas públicas educacionais voltadas para a profissionalização das classes trabalhadoras.

A reforma educacional teve início em 1931, com o primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, sua sucessão se deu por Washington Pires que foi substituído por Gustavo Capanema, este permaneceu durante o período de 1934 a 1945, dando nome a referida reforma educacional que proporcionou grandes mudanças com o auxílio de intelectuais, como representantes da cultura, literatura e da música nacional. Durante sua gestão as escolas de aprendizes ganharam nova denominação chamados de “Liceus Profissionais”⁵.

Ressalta-se que no governo Vargas a preocupação maior era com o ensino secundário, sendo criadas três leis orgânicas de ensino para oferta do 2º grau com formação técnica e aos diplomados era ofertado o aperfeiçoamento

⁵ CANDIDO, JUCÁ E SILVA. A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. 2019.

profissional nas áreas do comércio, agricultura e indústria, momento em que houve a separação entre ensino propedêutico e o ensino profissional pelas referidas leis.

Com o advento da era industrial, a primeira legislação do ensino secundário foi criada na necessidade de concepção da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que foi reformulada pelo Decreto de Lei nº 8.680/1942 para estabelecer o ensino de 2º grau e no Art. 6º a oferta do ensino industrial a ser ministrado em dois ciclos, a saber:

§ 1º - O primeiro ciclo do ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino industrial básico.
2. Ensino de mestria.
3. Ensino artesanal.
4. Aprendizagem

§ 2º - O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino técnico.
2. Ensino pedagógico.

A segunda Lei Orgânica de Ensino foi direcionada ao Ensino Comercial, Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, direcionada para o desenvolvimento das habilidades e competências nas atividades do comércio. Essa lei assegurava no capítulo I, Art. 1º, as seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.

A referida lei estabeleceu três categorias para a formação na área do comércio com cursos de formação, de continuação e de aperfeiçoamento. O Curso de Formação ficou estabelecido com a oferta em dois ciclos: o primeiro em curso comercial básico de quatro anos e o segundo ciclo com formação técnica de três anos, conforme definido em lei:

Art. 4º O primeiro ciclo do ensino comercial compreenderá um só curso de formação: o curso comercial básico.

Parágrafo único. O curso comercial básico, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial.

Art. 5º O segundo ciclo do ensino comercial compreenderá cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos: Curso de Comércio e Propaganda; Curso de Secretariado.

Em seguida surge a terceira lei, denominada de Lei Orgânica para o Ensino Agrícola por instituição do Decreto nº 9.613, de 20 .09.1946, com a finalidade de atender aos interesses dos que trabalhavam nos serviços e misteres da vida rural para promover a preparação técnica e formação humana; atender os interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas proporcionando mão de obra suficiente e adequada, além de atender aos interesses da nação com a mobilização da economia e da cultura, determinada no art. 2º. Assegura ainda no art. 3º o direcionamento do ensino para a preparação profissional do trabalhador agrícola.

Esse período foi caracterizado pela sociedade moderna e pelo advento da industrialização de base advinda do surgimento da Companhia Nacional de Siderúrgica, Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce, o que justifica o intenso investimento no ensino industrial nesse período, liderado pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas.

É possível perceber que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/1961-LDB, há garantia de maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário. Na lei, o capítulo III, nos arts. 47-51 o ensino técnico de grau médio assegurava a formação nos cursos técnicos industrial, agrícola, comercial, sendo sua oferta dividida em dois ciclos: Colegial de 3 anos e Ginásial de 4 anos. Logo após, há reformulação desta lei, momento que o ensino secundário passou a ser denominado de Ensino de 2º grau.

Em seguida, tem-se o período do governo militar, em 1964, que para consumir o golpe militar, o governo planejou com muita prudência um simpósio de reforma da educação. O processo foi concluído com a criação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692/1971-LDB que instituiu a profissionalização nacional, compulsória no ensino de 2º Grau e, através da elaboração do documento básico de orientação, foi sendo direcionado ao ensino médio o objetivo da preparação técnica mediante as habilitações profissionais da mão de obra para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país e atender o “o milagre brasileiro”.

Nota-se que para a oferta do ensino no Brasil, mesmo ocorrendo sobre regimes autoritários, como ocorreu com os cursos de Ensino Secundário, foi necessário a reforma Capanema, momento de total relevância a educação no país. Logo após, há a reformulação e o ensino secundário passou a ser denominado de

Ensino de 2º grau sendo sua oferta dividida em dois ciclos: Ginásial de 4 anos e o Colegial de 3 anos.

Na LDB nº 9.394 instituída em 20 de dezembro de 1996, passa-se a denominar de Ensino Médio o nível de ensino direcionado aos jovens a partir dos 15 anos de idade. Nesta versão, o art. 35 determina as finalidades direcionadas à oferta do ensino médio, especificamente no que diz respeito ao inciso II quando direciona “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996, p. 24) .

É possível perceber que na lei a diretriz do currículo do ensino médio, prevista no art. 36, no § 2º determina “o ensino médio, atendida a formação geral do educando poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” e no § 4º assegura a “preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com as instituições especializadas em educação profissional”.

Nesta versão da LDB é assegurada obrigatoriedade de seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, conforme afirmam Gomes e Magalhães (2016).

A LDB 9.394/1996 foi, [...], um grande avanço na legislação educacional e podemos observar que ela se apresenta de forma flexível e abrangente quando expressa no seu artigo 22º que a educação básica possui como uma das suas premissas fornecer os meios necessários para o educando progredir no trabalho e nos estudos posteriores. [...] a lei faz a sua primeira referência a educação voltada para o trabalho que é um importante requisito para o exercício da cidadania. Na Seção IV que se refere ao Ensino Médio, a lei [...] prevê a continuidade da preparação para o trabalho na medida em que determina que, dentre tantas finalidades deste ensino, a preparação para o trabalho e cidadania do educando é um dos objetivos a serem alcançados. (MAGALHÃES, 2016, p.155)

Os autores frisam que neste dispositivo assegura-se uma educação direcionada à preparação do educando para o trabalho, e que devia garantir a progressão nos estudos para os alunos matriculados no ensino médio.

Após oito anos surge o Decreto nº 5.154/2004 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394/1996. A primeira alteração ocorre na estruturação dos cursos e programas para a E.P. tendo em vista a oferta de FIC;

EPTNM e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação (EPTGPG).

Ressalta-se que este decreto em seu art. 2º, Inciso I, a lei assegura a necessidade de observar como premissa a “organização, por áreas profissionais, considerando a estrutura sócio-ocupacional e tecnológica”, além disso assegura no Inciso II, a “articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia” (BRASIL, 2004, p.01). Neste sentido, Caires e Oliveira (2016) afirmam:

[...] essa retomada da oferta da Educação Profissional integrada ao ensino médio se constitui como um avanço para a educação brasileira, na perspectiva de ensejar uma possibilidade de “[...] travessia em direção ao Ensino Médio politécnico e à superação da dualidade de classes” [...] Por outro, em uma conjuntura mais ampla, as três formas de articulação entre a EPTNM e o Ensino Médio, Integrada, concomitante e subsequente[...]. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.139)

Em 2005, o Ministério da Educação define as estratégias direcionadas para organizar o ensino profissional e “[...] superar um dos maiores problemas para a continuidade do crescimento econômico experimentado pelo Brasil nos últimos anos, que é a falta de mão de obra qualificada” (SANTOS; RODRIGUES, 2012, p. 12)

O Governo Federal, preocupado em reduzir as desigualdades e a carência de profissionais qualificados para ocupar postos de trabalhos ociosos, estabeleceu então como proposta:

[...] a criação de 5 Escolas Técnicas Federais e de 4 Escolas Agrotécnicas Federais; na implantação de 33 novas Unidades de Ensino Descentralizadas, contemplando 23 Unidades da Federação com a instalação de pelo menos uma Instituição Federal de Educação Tecnológica. Em conjunto, as novas unidades terão área de abrangência que englobará, aproximadamente, 1.500 municípios brasileiros (BRASIL, 2021, p.7).

Nesta primeira versão do Plano de Expansão da Rede Federal, destaca-se entre outros, o Estado do Amapá que à época sinalizava apenas 1% da população com acesso ao curso de formação profissional de nível técnico. Porém, já tramitava no Ministério da Educação dois Projetos de Leis, sendo: a criação de uma Instituição Federal de Educação Tecnológica e de uma Escola Técnica Federal do Amapá, “direcionando as propostas pedagógicas para as áreas da Agropecuária,

Indústria e Meio Ambiente, prestando ainda suporte na área de Informática “(BRASIL, 2021, p. 7).

Na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2007, é possível identificar que o Ministério da Educação estabelece como meta:

“[...] entregar à população mais 150 novas unidades, com o intuito de, até o final de 2010, perfazer um total de 354 unidades, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional” (BRASIL, 2009,p. 6).

Com a inclusão da segunda fase confirma-se que as metas traçadas no início foram alcançadas com 214 novas unidades de ensino, que somadas às 140 Escolas Técnicas pré-existentes contabilizaram 354 unidades anunciadas pelo governo Lula da Silva, no período de 2005 a 2007 (Fase I) e de 2007 a 2010 (Fase II).

Segundo Tavares (2012), nesse momento ocorre a pressão das autoridades regionais sobre as autoridades da esfera federal em busca de aumentar o número de unidades possíveis para seus estados ou região forçando, desta forma, o MEC a incrementar o projeto inicial com a inserção de mais algumas escolas técnicas, o que causou transtornos em relação aos números previstos na expansão e os prazos estabelecidos para a conclusão e finalização da ação anunciada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Apesar da pressão ocorrida, há um avanço no Plano de Expansão da Rede e devido necessidade de repensar uma nova fase para a E.P. surge neste momento a Lei nº 11.741/2008 que altera a Lei nº 9.394/1996 quanto ao ensino médio que passa a vigorar com a seguinte oferta: Ensino Médio Regular (com formação básica), Ensino Médio Integrado (com o curso técnico ofertado conjuntamente), Ensino Médio Subsequente (com curso técnico somente após conclusão do E.M. e Ensino Médio Concomitante (em que há oferta do ensino médio regular e no contra turno a formação técnica).

Ressaltamos que na seção IV da referida lei há um acréscimo direcionado à educação profissional técnica de nível médio, conforme afirmam Bicalho e Macedo (2020):

De maneira mais específica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996) destaca em seu Art. 39 que “a educação profissional e tecnológica no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades da educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da Tecnologia “. Isto é possível, a partir da nova redação dada à LDB com a aprovação da Lei Nº 11.741/2008 que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (BICALHO; MACEDO, 2020, p.375).

Após esse momento, inicia-se a terceira fase da expansão da rede federal de ensino, fase que marca o fim do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 01.01.2003 a 01.01.2011 e início do Governo Dilma Vana Rousseff, no período de 01.01.2011 a 01.08.2016, com a projeção da expansão de 208 unidades de ensino, no período de 2011 a 2014, bem como projetos e programas de incentivo ao processo de formação profissional e cursos técnicos de nível médio.

Segundo Waldow (2014, p. 13) é no governo de Dilma Rousseff que ocorre uma das grandes frentes de investimento na educação com o surgimento do Pronatec, com a intenção de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

5 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) E O ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO BRASIL

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), proposto pelo MEC, direcionado à Educação Profissional, nível médio técnico e formação Inicial e Continuada e/ou Qualificação Profissional, criado no dia 26 de outubro de 2011, sancionado pela Lei nº 12.513/2011, com "[...] a finalidade de ampliar a oferta de matrícula na educação profissional e tecnológica, através de [...] programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira" (BRASIL, 2011, p. 1).

Diante da magnitude e complexidade de um programa realizado por inúmeras instituições do setor público e privado por mais de 05 anos em escala nacional, envolvendo bilhões de reais e milhões de matrículas, esse artigo, nos seus limites, já pressupõe alcançar apenas aspectos centrais do programa que julgamos mais relevantes (LIMA et al 2018, p. 186).

O PRONATEC oferece Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional e Cursos Técnicos concomitante ao ensino médio básico, com os seguintes objetivos:

Art. 1º. Parágrafo único. I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011, p. 1).

Segundo as informações contidas nas diretrizes curriculares da educação profissional as políticas públicas devem ser voltadas para formação profissional, o PRONATEC é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de jovens, trabalhadores com a elevação de sua escolaridade.

No portal do MEC é possível perceber que na lei 12.513/2011 como o programa foi estruturado, sendo o mesmo composto pelas seguintes iniciativas: expansão da Rede Federal na EPT, a bolsa-formação, a Rede e-tec Brasil, o Acordo

de Gratuidade com o Sistema S, e o Brasil Profissionalizado, entre estes o Bolsa Formação merece ser destacado por contribuir na elevação das matrículas nos cursos técnicos e de qualificação profissional de forma gratuita. Quanto a sua finalidade e objetivos, o programa cumprirá:

[...] em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições[...] e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitados nos termos desta lei, conforme o art. 3º (BRASIL, 2011, p. 1).

Nesse sentido, o programa visa um processo de gestão centralizada na esfera federal e descentralizada na sua implementação, com parcerias privadas que imprimem movimento de conservação as Políticas voltadas a EPT.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, em detrimento dos avanços tecnológicos, provocam mudanças no cenário da EPT que se consolidou no Brasil com as reformas educacionais. Tem-se assim a criação de políticas públicas educacionais direcionadas para o jovem trabalhador como início da ampliação da rede de atendimento ao nível técnico para fins de capacitação da mão de obra, em virtude da diversidade e exigência de profissionais capacitados nas atividades laborais.

A educação profissional técnica tornou-se a alternativa principal para os jovens e adultos que desejam uma profissionalização rápida [...]. Esta rapidez muitas vezes se dá pela necessidade de se garantir a sobrevivência precocemente e/ou melhoria das condições e qualidade de vida, tornando-se um facilitador da inserção nesse mercado de trabalho tão competitivo. Além disso, [...]os últimos governos do Brasil desenvolveram uma série de programas e políticas para estimular a educação profissional de nível médio, como o PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao ensino Técnico e Emprego)[...] visando aumentar a profissionalização de jovens e adultos que seriam responsáveis pela operacionalização das principais atividades econômicas do país (GOMES; MAGALHÃES, 2016, p. 154)

Ressalta-se como resultado do primeiro ano de desenvolvimento do programa, o que contém na Nota Técnica nº 278/2014, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação - SETEC/MEC, publicada no portal do MEC, na qual apresenta um balanço sobre o Pronatec e as perspectivas para o período de 2012 a 2015.

Nesta nota a SETEC (2014, p. 4) frisa que o resultado da meta em relação à expansão da rede foi alcançado de forma parcial, evidencia o resultado como um avanço e visualiza que as metas estabelecidas foram cumpridas, ao

afirmar que tudo foi trabalhado e projetado com o objetivo de avaliar os cenários existentes, delineando os desafios direcionados para a EPT.

Em nível local, a Lei nº 1.907 de 24 de junho de 2015, dispõe sobre o Plano Estadual de Educação- PEE/AP para o decênio de 2015-2025 e ao determinar as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do Estado do Amapá estabeleceu na meta 8, na estratégia 8.1 a articulação entre as esferas para captação de recursos financeiros visando a construção de novos centros profissionalizantes, meta a ser alcançada até o ano de 2025.

Em relação à Bolsa formação, essa iniciativa consiste na oferta gratuita da formação técnica e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional à população, utilizando-se das estruturas já existentes na rede estadual de educação para oferecer assistência estudantil ao aluno matriculado no programa como pecuniária para alimentação e transporte.

A bolsa-formação destina-se prioritariamente aos estudantes do nível médio público, assegurando também da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de trabalhadores, aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda e aos concluintes do ensino médio estudantes das escolas públicas ou de instituições privadas na condição de bolsista.

Com o prosseguimento do programa a SETEC (2014, p.7-8) identificou a necessidade de aumentar o quantitativo de matrículas e participação percentual dos cursos técnicos sobre o total da oferta, sendo que existia capacidade para o aumento no número de matrículas a serem realizadas no período de 2012 a 2015. Ressalta-se ainda, que houve abertura para novos cursos técnicos; ampliação da oferta para o ensino médio integrado à educação profissional; articulação do ensino profissional à EJA. Contudo, a nota supracitada frisa como preocupação existente de intensificar as ações quanto a inserção e reinserção profissional no mundo do trabalho de jovens e trabalhadores.

A Portaria nº 817, publicada em 13 de agosto de 2015 que estabelece as normas de execução da Bolsa Formação do Pronatec, assegura que:

Art. 3º Os cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação serão organizados nas seguintes modalidades: I - Bolsa-Formação Estudante: a) cursos técnicos na forma concomitante, para estudantes em idade própria; b) cursos técnicos na forma concomitante ou integrada, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA; c) cursos técnicos na forma subsequente, para estudantes que concluíram o ensino médio; e d) cursos

de formação de professores em nível médio, na modalidade normal. II - Bolsa-Formação Trabalhador: a) cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional - doravante denominados cursos FIC.

Cabe ressaltar, que o curso técnico concomitante é ofertado ao aluno matriculado no ensino médio em outro estabelecimento de ensino para cursar o técnico, na qual a formação é feita de forma separada, ou seja, em uma instituição cursam as disciplinas do médio básico e em outra a formação técnica, no entanto, nesta modalidade os estudantes precisam ter concluído o primeiro ano deste nível.

No tocante a bolsa trabalhador, os cursos FIC's e/ou qualificação profissional tem sua oferta direcionada aos trabalhadores e aos beneficiários de programa federal de transferência de renda, conforme prevê no §2º do item X, do art. 4º da Lei nº 12.513/2011.

O Plano Nacional de Educação (PNE), 2014 -2024,instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas para a permanência, ampliação de vagas e expansão de rede EPT. Neste sentido, o plano estabelece estratégias à ampliação da oferta de cursos para a educação profissional, embora haja interesse da população por vagas nos cursos técnicos, ainda é baixa a oferta neste ensino.

Demo, Silva e Minayo (2021 p.56-57) fazem alusão ao PNE em seus estudos e afirmam “embora sempre exista enorme esforço para evitar a crítica, porque se considera o Plano um trunfo superlativo e um norte indispensável da política educacional [...] sua falha mais central é postular que vamos mudar a educação dentro do velho sistema de ensino, que nunca é questionado”.

Em relação a EPT e o PNE, Lima e Pacheco (2017, p. 497) em seus estudos estabelecem um comparativo do avanço na modalidade da educação profissionalizante em relação à oferta de vagas durante o período de 2008 a 2013 e identificaram que em 2015 houve um crescimento no número de matrícula de alunos na Educação Técnica de Nível Médio. Em seus estudos os autores fazem uma análise da elevação da escolaridade com as metas do PNE (2014-2024) ressaltando que nesta modalidade tanto a meta 11 quanto as suas estratégias evidenciam que a formação para trabalho é uma preocupação constante, porém ressalta que a elevação da escolaridade também permite ao egresso sua inserção social.

O Censo Escolar de 2015, ressalta o período de 2008 a 2014 quando no Brasil a educação básica marca um crescimento de 89,2% no número de matrículas na educação profissional que era de 942.917 e em 2014 este número foi elevado

para 1.784.403 matrículas (BRASIL, 2015, p. 9). As matrículas quase que dobraram na EPT, porém triplica a matrícula e atender 50 % (cinquenta por cento) da demanda, ainda não significa o atendimento integral de alunos na modalidade, muito menos a garantia do direito e o acesso à educação.

Considerando que o ensino médio tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na etapa anterior torna-se primordial garantir o prosseguimento de estudo nesse nível de ensino como forma de preparação básica para o acesso ao mundo laboral e a cidadania.

Contudo, o que se percebe é que o quantitativo de matrículas no fundamental em 2014 foi de 12.760.184 alunos e desses apenas 8.300.189 ingressaram no nível médio básico, caracterizando uma demanda reprimida em relação à entrada neste nível, ou seja, no citado ano uma parcela significativa de 40%(quarenta por cento) do fundamental não adentrou no médio, ainda que triplique a matrícula na educação profissional, esse percentual de estudante não poderá ingressar nesta modalidade.

A iniciativa de oferta da profissionalização no Médio Básico por meio do programa denominado Ensino Médio Técnico visa atrair um público que por razões diversas abandona os estudos ao concluir o Fundamental, mas que muitas vezes tem como razão de inserir-se no mercado de trabalho, em geral é feito de forma desqualificada. Vejamos então a proposta do MEDIOTEC em meio a tal conjuntura.

Podemos identificar no discurso da Secretária da SETEC, que o MEDIOTEC é considerado uma ação do Pronatec que “visa estimular os jovens brasileiros a buscar a carreira técnica como opção profissional” (GUIA DO MEDIOTEC,2017, apresentação).

O MEDIOTEC como uma ação do Pronatec que visa atender as demandas de cursos para o nível médio técnico surge em 2016 com o fortalecimento das políticas para E.P visando promover a ampliação da oferta de vagas em cursos técnicos concomitantes ao médio regular para aluno das redes públicas articulando-as ao setor produtivo, seu objetivo é:

a convergência das ações de fomento e execução, de produção pedagógica e de assistência técnica, para a oferta da educação profissional técnica de nível médio articulada de forma concomitante com as redes de educação e com o setor produtivo (SETEC/MEC, 2017, p. 14).

Para ex-Secretária da SETEC, Eline Nascimento, o “MEDIOTEC viabiliza a inserção de jovens que estão cursando o ensino médio a fazerem a formação

técnica associando a formação a oportunidades mais reais de empregabilidade e renda” (GUIA DO MEDIOTECH, apresentação, 2017).

O MEDIOTECH como catalizador da contrarreforma do E.M com efeitos na E.P retoma princípios de reformas anteriores que influenciaram a educação na década de 90 saindo do formato de educação politécnica para entrar em cena a perspectiva de oferta concomitante, ou seja, ensino médio regular com formação técnica atendendo as demandas do mundo do trabalho. Para Santos (2012), o MedioTec:

Retoma, por sua vez, a dualidade propugnada pelo Decreto 2.208/97, ao possibilitar que o jovem curse em instituições distintas as disciplinas do ensino médio regular, propedêutico, e em outra, profissionalizante, as disciplinas técnicas. (SANTOS, 2012, p.12)

O MedioTec permaneceu de 2016 a 2019 contribuindo com a formação técnica e qualificação profissional no intuito oportunizar os jovens e trabalhadores a serem inseridos e reinseridos no mundo laboral, ao mesmo tempo em que se torna um programa do governo Dilma Rousseff. Para Santos (2012):

[...] o MedioTec apresenta-se enquanto uma das estratégias para acelerar o procedimento de alterações previsto na reforma do ensino médio ao construir sua concepção, distanciando-se da proposta integrada, vez que fomenta a formação concomitante, retomando assim explicitamente a intensificação da dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica”. (SANTOS, 2012, p.12)

Desconstruir o cenário que o ensino médio apresentou desde a década de 90 até a implantação do MedioTec foi o maior objetivo do programa, pois forçou a oferta de uma educação especificamente dirigida aos jovens e trabalhadores como forma de diminuir os índices de evasão na educação profissional. O MedioTec promoveu o ensino técnico, ao mesmo tempo, que prestou assistência financeira aos cursistas do programa e assegurou o pagamento de bolsa aos docentes como forma de assegurar e garantir a permanência e conclusão dos cursos técnicos.

No Estado do Amapá o PRONATEC foi instituído por meio da Portaria nº 1.070/2012 com a assinatura do Termo de Adesão, entre o MEC e a Secretaria do Estado da Educação do Amapá (SEED), o programa foi implantado ficando a secretaria denominada pelo programa como demandante e ofertante dos cursos ofertados pelo programa em toda rede estadual de ensino direcionando prioritariamente aos centros profissionalizantes do Amapá como veremos a seguir.

5.1 Constituição histórico-política do Estado do Amapá

A busca pela autonomia territorial do Amapá⁶ inicia-se com fins de proteger e ocupar as áreas brasileiras fronteiriças desabitadas, processo que tem seu início por ocasião da Proclamação da República em 1889. Conforme afirma Silva (2020):

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, dava-se continuidade aos movimentos de manifestações por redivisão política do país, considerando princípios geopolíticos, inclusive com a criação de territórios. [...] iniciara-se a proteção das áreas fronteiriças do país, por meio de territórios federais. (SILVA, 2020, p.37)

Porém, Silva (2020) ressalta, [...] territórios federais somente começou a fazer parte da organização político-administrativa brasileira, em 25 de fevereiro de 1901, [...] em 03 de novembro de 1926, tem início o processo de proteção das áreas fronteiriças do Amapá, nesta época o Amapá pertencia ao Estado do Pará.

A colonização da vila do Amapá foi considerada uma estratégia para proteger as terras brasileiras, outras denominações foram atribuídas à vila, como: Aricari, Montenegro (em homenagem ao Governador Paraense Augusto Montenegro), Veiga Cabral e, posteriormente, Amapá.

Segundo Lobato (2009),

Novos territórios federais foram criados em 1943, dentro da perspectiva de ocupação e valorização das áreas pouco povoadas[...] dirigindo nossa atenção para o espaço amazônico e mais especificamente para o amapaense, objetivamos evidenciar a diversidade de experiências na efetivação do processo de modernização draconiana do pós-30. (LOBATO, 2009, p.50)

Em setembro de 1943, o Amapá foi desmembrado do Estado do Pará, tornando-se Território Federal com o Decreto nº 5.812/1943 expedido pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas que assegura os limites do Território do Amapá, tendo: a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a Nordeste e Leste o Oceano Atlântico; a Sudoeste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do Rio Jarí; a Sudoeste e Oeste, o

⁶ No livro Amapá: vivendo nossa história, os autores Soares e Rodrigues (2008, p.68) informam que a palavra Amapá é de origem indígena e vem da nação Nuaruaque, que habitava na região norte do Brasil naquela época.

rio Jarí, da sua foz até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque, conforme Decreto nº 5.812/1943.

Quando o Amapá foi elevado à categoria de território em 13 de setembro de 1943, seu desenvolvimento foi o extrativismo da borracha, madeira, a descoberta de jazidas de manganês, no atual município de Serra do Navio e atividades garimpeiras de extração de ouro na região do Amapari, Lourenço, Cassiporé e outros (OLIVEIRA *et al*, 2009, p.224).

Após sete meses, foi expedido o Decreto Lei em 31 de maio de 1944, pelo mesmo presidente, retificando os limites e a divisão administrativa do Território do Amapá e outros territórios. O decreto lei fazia alusão à divisão do território em 03 (três) municípios sendo denominados de: Amapá, Macapá e Mazagão, conforme Decreto nº 6.550/1944.

Nessa época, o governador era o General Janary Gentil Nunes que ao assumir o governo do território do Amapá conduziu a política educacional de forma idêntica a Vargas, em relação ao autoritarismo como forma de promover um estado forte, com possibilidade de conduzir as energias econômicas, sociais e culturais da região, com a ideologia nacionalista e autoritária, fazendo transparecer ser uma obra regeneradora. Segundo Lobato (2009),

Destarte, em meados, do século XX, a pequena camada letrada que compunha o governo janarista, contemplava a sociedade amapaense com um olhar que reconhecia, sobretudo, a falta de algo – há aqui uma aproximação da noção de *nadificação* de Sartre. Fazer esta sociedade suprir está carência significava realizar uma obra modernizadora. Neste sentido, era preciso mudar o homem contra todo determinismo racial e ambiental, a classe dirigente reconhecia na educação a principal força capaz de criar um novo homem. [...] A realidade não se amoldou as exigências do projeto modernizador [...]. No que tinha de mais ambicioso este projeto fracassou. Mas legou o bastante para retinir dentro e fora dos círculos acadêmicos: na história e na memória. (LOBATO, 2009, p.52-53)

Enquanto isso, a educação ofertada no Território Federal do Amapá assegurava à população um ensino precário, segundo Silva (2020),

[...] desde o século XVIII estudos já referiram a existência de ações mobilizadoras de ensino para os amapaenses que já estavam residindo na região. Nessas, ensinava-se somente até o terceiro ano do primário, a partir de um currículo ultrapassado, com alunos aprendendo somente. (SILVA, 2020, p.38)

No dia 05 de outubro de 1988, foi Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, o Território Federal do Amapá foi transformado em Estado, momento assegurado no Art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias da referida legislação, no governo do Presidente José Ribamar Sarney, assegura o citado documento:

Art.14. Os Territórios Federais de Roraima e Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

1º A instalação dos Estados dar-se-á com posse dos governadores eleitos em 1990.

2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitando o disposto na Constituição e neste Ato.

3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminha à apreciação do Senado Federal os nomes dos governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o poder executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos governadores eleito. (BRASIL, 1988, p. 72)

O Governador Interino do Amapá, Jorge Nova da Costa, iniciou suas funções no Poder Executivo em julho de 1985 permaneceu até abril de 1990 quando foi exonerado. Com a posse do Presidente Fernando Afonso Collor de Melo assume o governo transitório, Gilton Pinto Garcia, no período de maio a dezembro de 1990, quando deixa o Governo do Estado do Amapá nas mãos do primeiro governador eleito pelo povo, Comandante Anníbal Barcellos (MORAES; MORAES, 2000, p. 29-33).

Em 1992, Anníbal Barcellos criou os municípios de Porto Grande, Serra do Navio, Cutias, Itaubal e Pracuúba.

O governador Barcellos continuou organizando a parte administrativa, construindo prédios, expandiu a rede estadual de ensino, reformou e ampliou o hospital geral de Macapá, desenvolveu a agropecuária, melhorou o sistema de transporte e muitos outros (MORAIS, 2009, p.103).

O comandante Anníbal Barcellos ficou no poder durante o período de 1991 e em dezembro de 1994 deixa o governo e assume o poder o socialista João Alberto Capiberibe que teve o primeiro mandato ficando de 1994 a 1998 e o segundo de 1998 até abril de 2002.

Capiberibe adotou como programa de governo, o 'Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA' que é uma forma de governar gerando renda e promovendo melhor qualidade de vida a população da região, sem destruir a natureza (MORAIS, 2009, p. 105).

Em 05 de abril de 2002 Maria Dalva de Souza Figueiredo assume o governo até janeiro de 2003.

Maria Dalva de Souza Figueiredo, entrou na história do Amapá, como a primeira mulher a governar o referido Estado. Dalva criou o programa "Orçamento Participativo" e deu continuidade às obras que estavam em andamento (MORAIS, 2009, p. 107)

Logo após o governo foi conduzido por Antônio Waldez da Silva Góes por dois mandatos de 2003 até 2010. Nesse interim assumiu Pedro Paulo Dias no período de 04/2010 a 01/ 2011.

Waldez Góes assumiu [...] em 1º de janeiro de 2003 e se reelegeu em 2006. [...] adotou como programa de governo o “Desenvolvimento com Justiça Social”. [...] continuou investindo em infraestrutura para a administração, construiu escolas, reformou o Pronto Socorro, Hospital Geral de Macapá, Maternidade, Ciosp e etc... (MORAIS, 2009, p. 108).

O governo de Camilo Capiberibe ocorreu de janeiro de 2011 até janeiro de 2015, retomando o mandato Waldez Góes assume o governo permanecendo até o ano de 2022.

Quanto aos aspectos físicos geográficos, a região norte, onde se localiza o Amapá, possui as seguintes características: o clima predominante é o equatorial, apresentando temperaturas elevadas e altos índices pluviométricos e de umidade; sua vegetação é abundante, composta pela floresta Amazônica também conhecida como Amazônia legal e, é responsável pelas características climáticas, hidrográficas e vegetais da região.

O Estado do Amapá é parte da região norte do Brasil junto com os seguintes estados: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Estado tem como capital a cidade de Macapá com uma população estimada em 861.773 habitantes (IBGE, 2020), atualmente, o Estado possui 16 municípios, sendo: Mazagão, Santana, Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca do Amaparí, Cutias, Ferreira Gomes, Porto Grande, Pracuúba, Itaubal, Laranjal do Jari, Tartarugalzinho, Vitória do Jarí e Serra do Navio.

A economia é baseada principalmente na preservação ambiental com destaque no cenário nacional por ser o Estado do país mais bem preservado ambientalmente, desenvolvendo, principalmente, “o setor primário com criação de gado bovino, bubalino, suíno, avicultura, pesca artesanal e[...] o açaí, que é produto gera renda e vem sendo exportado para outros estados e países” (MORAIS e MORAIS, 2005, p 23-24).

O Município de Macapá, capital do Estado do Amapá, situado na Região Norte do País, em 2019 sua população estimada era de 503.327 habitantes, sendo 51º município mais populoso do Brasil e o quinto da região Norte, localiza-se na região Sudeste do Estado, estendendo-se da margem esquerda do Rio Amazonas

(entre os rios Pedreiras, Matapí e litoral atlântico) até a nascente do Rio Maruanum, é cortado pela linha do Equador e sua altitude é de 16.48m.

No tocante a economia do Município de Macapá é direcionada, principalmente, para o Turismo, Comércio e a Prestação de Serviços. A profissionalização da população para atender a demanda por recursos humanos gerada pelo desenvolvimento destes e dos demais setores da economia local compõe a pauta das políticas para a educação do Estado, sobretudo por meio da criação de instituições públicas responsáveis por ofertar a EP ao longo da história e a instituição ou adesão a programas tais como o PRONATEC/MEDIOTEC. Sobre este tema falaremos no tópico a seguir.

5.2 Educação profissional e o Pronatec/Mediotec no Estado do Amapá

O cenário de implantação da E.P e criação dos centros de ensino profissionalizantes no Amapá teve início na década de 40, época que o Território Federal foi marcado pelo surgimento de diferentes estabelecimentos de ensino.

A primeira escola criada pelo Decreto nº 14/1944 foi a *Escola Barão do Rio Branco*, em 26 de junho de 1944 para atender a educação conduzida para a leitura, escrita e matemática, porém em 13.09.1946 surge o ensino profissionalizante e a escola foi denominado Grupo Escolar de Macapá para formação de turmas de cursos profissionalizantes ofertados a população amapaense.

Segundo Silva (2020, p. 58), o Grupo Escolar de Macapá atendia a Educação Infantil, alfabetização inferior e superior turmas de 1ª a 4ª Séries do antigo primário direcionando o ensino com um currículo básico da leitura, escrita e matemática. Por muito tempo, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco contribuiu cedendo espaço físico para o funcionamento das turmas de cursos profissionalizantes ofertadas pelas seguintes escolas: Curso Normal Regional de Macapá; Ginásio Amapaense e a Escola Técnica de Comércio do Amapá.

O *Ginásio Amapaense* foi criado em 1947 pelo Decreto nº 49, em 25 de janeiro do mesmo ano, foi pioneiro no Território Federal do Amapá, à época, quanto oferta do ensino secundário voltado para as ciências naturais, mas iniciou suas atividades em caráter provisório no Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 27 de março do referido ano, com duas turmas para ambos os gêneros: masculino e feminino, em regime de externato misto.

Neste cenário é possível identificar uma característica do ensino profissionalizante da época, que era, além de assegurar a empregabilidade almejada pelos concluintes, ocupar cargos pública vagos, pois muitos ao concluírem a formação com êxito eram convidados a ingressarem no serviço público territorial, devido a carência de pessoas com escolaridade para atender a funcionalidade do serviço público.

Lobato (2009) afirma em seus estudos o início das atividades do Ginásio Amapaense no período do Território Federal do Amapá, que tem relação com a instalação do ensino Secundário no Amapá, ressalta:

O ensino secundário foi instalado no Amapá em 1947 [...] com a criação do então Ginásio Amapaense. O Curso Ginásial foi colocado em funcionamento em um prédio específico. Foram utilizadas as salas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, no turno da noite. O Ginásio Amapaense iniciou suas atividades abrindo duas turmas em regime de externato misto: uma da primeira e outra da segunda série ginásial (nesta apenas um aluno vindo de Belém se matriculou). Os alunos não pagavam nada e muitos foram convidados a compor os quadros do serviço público territorial – que tinha carência de servidores com razoável escolaridade. (LOBATO, 2009, p.180)

O Ginásio Amapaense não possuía prédio próprio por isso foram instaladas as turmas para funcionamento no noturno, nas dependências do primeiro Grupo Escolar Barão do Rio Branco, o que perdurara até 13 de junho de 1952, momento em que passou a funcionar em suas instalações próprias, situada na Avenida Iracema Carvão Nunes nº 419, bairro central, endereço em que funciona até atualmente. Este foi considerado um dos maiores colégios do Amapá, na década de 50, contemplado com a Reforma Capanema que regulamentava todo o ensino secundário no Brasil e, conseqüentemente, no Amapá. O referido estabelecimento atualmente funciona com a oferta do Ensino Médio Integrado (E.M.I.) para jovens e adolescentes.

Em 25 de janeiro de 1952 foi denominado Colégio Amapaense assegurado pelo Decreto governamental nº 125/1952 começou suas atividades oferecendo o 2º ciclo denominado “Curso Colegial”, o que corresponde hoje ao ensino médio. atualmente funciona com a oferta do E.M.I. para jovens e adolescentes.

A Escola Técnica de Comércio do Amapá, foi criada em 12 de setembro de 1949, como uma instituição particular pelos Contadores da Associação Comercial Agrícola e Industrial do Amapá, somente iniciou suas atividades em 25 de março

de 1950 para o funcionamento das aulas de mecanografia e datilografia na Escola Industrial do Amapá com o propósito de formar Técnicos em Contabilidade, sua autorização de funcionamento só foi expedida em 12 de dezembro de 1952 pela Portaria nº 1.084 do Ministério de Estado da Educação e Saúde, tendo como órgão mantenedor a própria associação.

Vale ressaltar, com Lei nº 4.024/1961 (1º LBD) foi denominado de Colégio Comercial do Amapá e após quatro anos passou a funcionar no prédio do palácio do governo na Praça Veiga Cabral. De 1964 a 1969 foi remanejado para o prédio da Prelazia de Macapá. Ainda nesse período, em 1966, integrou-se a rede territorial de ensino, através da assinatura de um convênio entre a referida Associação e o Governo do Amapá mudando-se para o prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco até 1971. Com a Portaria nº 0630/82 – SEEC em 28 de dezembro de 1982 em homenagem ao idealizador passou a chamar-se Escola Estadual Gabriel de Almeida Café (PORTA-RETRATO-AP, BLOG, 2012).

A Escola Estadual Gabriel de Almeida Café funcionou como remota no ano de 2014 com a oferta dos cursos do CEPAJOB no eixo tecnológico de Gestão e Negócio com cursos: Auxiliar Administrativo, Almoхарife, Operador de Supermercado, Caixa de Banco, Operador de Caixa, Auxiliar de Recursos Humanos e Auxiliar de Arquivo.

Lobato (2009) assegura que:

A Escola de Comércio do Amapá, devido suas dificuldades não possuía um quadro de professores permanentes e efetivos. Os professores desta escola eram aqueles mesmo que ministravam aulas no ensino médio das escolas públicas de Macapá. (LOBATO, 2009, p.201)

Frisando, os professores acima citados marcaram o ensino profissionalizante e como reconhecimento, ao longo da história, foram sendo homenageados com a indicação de seus nomes para as escolas públicas por terem deixado um legado na História da Educação Profissional no Amapá.

A *Escola Doméstica de Macapá*, surge em agosto de 1951 e funcionou até 1964 com o objetivo de educar as jovens, meninas e órfãs em vulnerabilidade social para aprender a cozer os uniformes de estudantes amapaenses com aulas de corte-costura, mas também de tricô, bordados, crochês, culinária, assegurando ainda a formação feminina religiosa, toda formação foi conduzida pela Congregação do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capitânia e Generosa ofertando o magistério direcionando as disciplinas referentes as prendas domésticas.

A escola funcionava, tanto internato para meninas órfãs quanto externato para quem pretendia fazer o curso doméstico. Desta forma, a instituição foi considerada um estabelecimento de ensino moderno, pois primava pela divisão sexual do trabalho direcionando as mulheres a condução do lar, bem como cabia a reprodução e educação dos filhos, enquanto aos homens cabia a manutenção do lar e da família.

Oliveira (2017) faz referência ao ano de 1964 quando a escola foi extinta e reinaugurada com a denominação de Ginásio Feminino de Macapá (GFM) voltada para jovens e meninas com regime somente de externato. Com base nos estudos de Oliveira (2017) afirma-se que,

Embora voltada ainda para o público feminino passou a atender como externato. Em fins de 1978, ganhou a nomenclatura de Escola Estadual Irmã Santina Rioli (EEISR), em homenagem a uma das irmãs de caridade pioneira no Amapá, e está em pleno funcionamento até os dias atuais, atendendo alunos de ambos os sexos do Ensino Básico. A Escola Doméstica ministrou um tipo de educação que conciliava o ensino formal, o ensino profissionalizante e o ensino confessional. (OLIVEIRA, 2017, p.5)

É possível perceber que toda a educação ofertada durante a trajetória da Escola Doméstica até sua transformação para a oferta de ensino básico foi conduzida no modelo de formação para o público feminino formando gerações de mulheres em atendimento as exigências do momento, ou seja, formação moral e religiosa, além das prendas domésticas, de conservação para o matrimônio e papel de condutora do lar.

Embora naquela época a escola tenha direcionado seus esforços para formar a sociedade feminina amapaense, hoje funciona com a denominação de Escola Estadual Irmã Santina Rioli direcionada a atender o contexto da diversidade de gêneros em que sociedade se encontra imersa.

Conforme Silva (2020, p. 45), a *Escola Profissional Masculina* foi criada com a denominação de Escola Profissional Getúlio Vargas através do Decreto nº 101-A/1949 com ensino direcionado para o Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Elementos da Trigonometria, Eletricidade, Topografia, Física, Telegrafia e Motores. Em 1954, com o Decreto nº 36.493 passou a chamar de Escola Industrial do Amapá com a oferta de formação em Artes Industriais no período de 1950 a 1964.

Em 1965 o Decreto nº 02 efetivou a mudança de nome da instituição para Ginásio de Macapá, passando a ofertar além das Artes industriais outros cursos

técnicos, tais como: Técnicas Agrícolas; Técnicas Comerciais e curso de Administração para o Lar durante o período de 1965 a 1972 direcionado para o público exclusivamente masculino. Com o advento da Lei nº 5.692/1971 ocorre uma nova organização do ensino no qual passou a admitir alunos de ambos os gêneros.

Afirma Silva, em 14 de setembro de 1976 com a Portaria nº 310/1976 ocorre a implantação do 2º grau para atender ao que assegura a LDB com relação a implementação da habilitação básica no curso de mecânica. Com as portarias nº 199 e 200 de 1979- SEC /AP passou a ser denominado de Escola Integrada de Macapá, atualmente no governo de Waldez Góes é denominada de Antônio Cordeiro Pontes com a oferta de educação do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Segundo Silva (2020, p. 55), outra oferta de profissionalização foi instituída em 1949 no Amapá, agora com foco na formação inicial de profissionais da educação, os chamados professores leigos, através do *Curso Normal Regional de Macapá*. Porém este curso, segundo Carvalho (2012, p.53) iniciou de forma precária, sendo suspensa suas atividades por falta de condições, retornando no ano de 1950 com uma turma do curso de regentes do ensino primário do Amapá.

Ocorre que em 25 de janeiro de 1954 com sede própria volta a funcionar como *Escola Normal Regional de Macapá* e acrescenta-se em sua oferta mais dois cursos sendo: o ginásial e a formação do grupo do magistério do 2º ciclo com duração de 04 anos. Em 1964 o General Luiz Mendes da Silva como primeira medida enquanto governador transformou a Escola Normal Regional de Macapá em *Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA)*, sendo considerado na época o único estabelecimento de ensino voltado para formação docente de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau e pré-escolar.

Na estrutura do IETA também se encontravam outras três instituições de ensino: O Jardim de Infância O Pequeno Príncipe, a Escola Modelo Guanabara e a Escola Princesa Isabel. Em dezembro de 1993, sob a nova denominação IEEA (Instituto de Educação do Estado do Amapá), com um corpo técnico que procurava adotar nova visão educativa e moderna. Sem interferência política e com a participação da população, das famílias e dos alunos na construção do currículo (SILVA,2020, p. 55).

Carvalho (2012, p. 120) ressalta que em 1978 o Jardim de Infância, O Pequeno Príncipe e Escola de Primeiro Grau Modelo Guanabara são transformadas em escolas de aplicação do IETA, e assegura:

Embora não tenha o efeito concreto esperado pela área de Estágio do IETA, uma antiga inspiração é formalizada em documento oficial: em 23 de janeiro de 1978 é publicada a portaria 065/78-SEC (Secretaria de Educação e Cultura do Governo do TFA) transformando as escolas Modelo Guanabara e Jardim de Infância O Pequeno Príncipe (situadas no entorno do prédio do IETA) em escolas de aplicação. (CARVALHO, 2012, p.120)

Ressaltamos que a Escola Modelo Guanabara e o Jardim de Infância O Pequeno Príncipe são referência em educação no Estado do Amapá.

O *Centro Interescolar de Macapá* foi criado pelo Decreto Governamental nº 004– GAB, em 07 de março de 1979, assinado pelo Capitão Arthur de Azevedo Henning para a oferta do ensino de 2º grau voltado para os cursos profissionalizantes nas áreas de habilitação básica em Agropecuária, Saúde e Construção Civil, cursos estes assegurados pelo advento da LDB nº 5.692, em 11 de agosto de 1971 funcionando em concomitância com o Colégio Amapaense direcionando o ensino nas disciplinas básicas e para o Centro Interescolar ficou incumbido de ofertar as disciplinas profissionalizantes.

Cabe frisar, no ano de 1980 em homenagem a professora que teve destaque em sua atuação na educação na época, passa a ser cognominado como Centro Interescolar Graziela Reis de Souza, através da Portaria nº 276/1980-SEC

Silva (2020, p.62) assegura que de 1981 a 1984 o centro junto com à Escola Polivalente Tiradentes ofertou o Curso de Habilitação Básica em Saúde, parceria que durou até o ano de 1986 quando voltou a trabalhar somente com o Colégio Amapaense.

Com a Portaria nº 1.345/1986-SEC o centro foi transformado em Escola de 2º Grau Professora Graziela Reis de Souza, com grande atuação formação de profissionais nos Cursos de Técnica e Eletrotécnica com currículo pleno e, também com o Curso de Técnico em Enfermagem assegurando o estágio supervisionado na rede hospitalar do governo local. Logo depois ofertou também Curso Técnico de Nutrição e Dietética, Saneamento e Técnico em Patologia Clínica.

No ano de 2000 em atendimento as diretrizes da LDB nº 9.394/1996 passa pela reforma em sua estrutura física, que durou em torno de seis anos e após esse período foi transformado em Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza pelo Decreto nº 1.708-GEA de 06 de junho de 2006 para atender a demanda de novos cursos. Nesse momento, a instituição inicia a oferta de novos cursos nas áreas da saúde e do meio ambiente, com ações compartilhadas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2007 houve a necessidade da reforma do centro e voltou

a funcionar em dezembro de 2008 com a realização do processo seletivo para novos cursos técnicos, como: Técnico em Higiene Dental, Patologia Clínica e Meio Ambiente.

O Centro ainda oferta cursos de Técnico em meio ambiente; Técnico em Análise Clínica, Técnico em Enfermagem (com turmas específicas para os indígenas); Cuidados de Idosos e Técnico Dependentes Químicos; Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Agente Comunitário de Saúde, entre outros, na forma concomitante e subsequente.

Em 2012 começou a trabalhar com o Pronatec, logo após iniciou a oferta do MEDIOTEC. Atualmente oferta cursos na forma subsequente no eixo tecnológico de ambiente e saúde, bem como na forma concomitante no referido eixo através do Programa Novos Caminhos que é uma ação do PRONATEC com a oferta Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde e de Qualificação Profissional.

O *Centro de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterand* surgiu como resultado de um Acordo de Cooperação entre a França e o Brasil, assinado em 1996, o que possibilitou a oferta do ensino da língua francesa em terras amapaenses, a inauguração do centro ocorreu sete anos depois, no ano de 2003.

O centro é uma instituição da rede estadual de ensino, tem como mantenedora a Secretaria de Estado da Educação do Amapá que visa atender a LDB nº 9.394/96 na oferta da formação inicial e continuada e ou de qualificação profissional para o público: adolescentes, jovens, adultos, trabalhadores de várias instituições com turmas exclusivas na formação inicial visando atender as necessidades de cada demanda, tais como: bombeiros militares, 34º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) do Exército Brasileiro,, Comerciantes e outros.

O centro em 2022 tem o objetivo de ofertar qualificação profissional no eixo tecnológico de desenvolvimento educacional e social nos cursos Francês Básico, Francês Intermediário, para o público de adolescente e de maturidade.

Considerando a relação do Amapá com a Guiana Francesa percebe-se a premissa de uma escola de língua Francesa no município de Oiapoque, ponderando que o município faz fronteira com a Guiana Francesa. Neste município de Oiapoque a população estimada é de 28.534 pessoas, em 2021 (IBGE, 2021).

Vale ressaltar, a importância que tem a Associação dos Professores de Língua Francesa do Amapá (APROFAP) que sempre realiza cursos e palestras para estudantes e professores de Francês no Estado.

O *Centro de Educação Profissional de Música Walquíria Lima* iniciou suas atividades como Conservatório Amapaense de Música (CAM). Criado no Governo de Janary Gentil Nunes, em 25 de janeiro de 1952, no Território Federal do Amapá o Conservatório funcionou na Escola Normal de Macapá. Depois, por quatro vezes mudou de endereço até conseguir sua sede própria, na Rua: Eliezer Levy nº 063, bairro Central, de Macapá-Amapá.

Segundo Silva (2020, p.69) em 28 de março de 1983 por meio da Portaria nº 0139/83, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEEC) alteração da denominação de Conservatório Amapaense de Música para Escola de Música Walquíria Lima em homenagem alusiva à primeira professora de Solfejo da escola, falecida em 1979.

Após seis décadas o Centro de Ensino Profissionalizante Walquíria Lima torna-se referência no Estado na formação de músicos amapaenses. Com a inauguração do novo prédio em 5 de julho de 2018 pelo governo do Amapá, a expectativa é torná-lo centro de referência nacional na formação de músicos.

O Centro de Educação Profissional de Música Walquíria Lima, hoje com capacidade para atender 2 mil alunos, oferta atualmente três cursos técnicos no eixo tecnológico: Produção Cultural e Designer, tais como: Canto, Regência e Instrumento Musical, sendo o último com 10 linhas de formação: Trompete, Clarinete, Piano, Flauta Doce, Violino, Saxofone, Violão Popular, Violoncelo e Violão. Todos os cursos são destinados exclusivamente aos estudantes do E.M. com idade mínima de 15 anos. Atualmente vem ofertando cursos técnicos na forma subsequente e de Qualificação profissional assegurado com recursos do tesouro estadual.

O *Centro de Educação Profissional em Artes Cândido Portinari* foi projetado pelo artista plástico R. Peixe em 1963, sendo assinado pelo Governador Substituto Gentil Almeida Campos o Decreto nº 021/73-GAB de criação da Escola de Artes Cândido Portinari em 20 de junho de 1973, tendo como finalidade contribuir com projeção na formação de diversos artistas no cenário cultural.

A escola, a priori, funcionou em vários prédios cedidos, sendo que em 1983 ganhou prédio próprio, localizado na Rua: Cândido Mendes, em detrimento da necessidade de revitalização passou a funcionar na Av: Cônego Domingos Maltez, nº 1776, bairro do Trem. Em 2008 por meio da Lei Estadual nº 1.189 de 22 de fevereiro de 2008 foi transformado em Centro de Educação Profissional em Artes

Cândido Portinari com a finalidade de contribuir para a difusão e aprimoramento das artes visuais, conforme assegura Silva (2020, p. 68) em seus estudos sobre E.P. no Estado do Amapá.

Silva (2020, p. 68) assegura que após 11 anos, ou seja, em 2019 o centro avança na oferta de Cursos Técnicos em Artes Visuais com a formação em: Comunicação Visual, Fotografia, Teatro, Design de Móveis e Artesanato-Médio Técnico. O centro oferece cursos Técnicos Concomitantes, Subsequente e de Qualificação Profissional pelo PRONATEC/NOVOS CAMINHOS com início em 2021/2022.

Na Qualificação Profissional ofertada pelo programa Novos Caminhos, temos: Assistente de Costura, Iluminador Cênico, Editor de Vídeo, Editor de Projeto Visual Gráfico, Fotógrafo e Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet com o quantitativo total de 180 vagas.

O *Centro Cultural Franco Amapaense (CCFA)* nasce no governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe, como resultado de um acordo firmado com o embaixador da França, assinado em 28 de maio de 1996 em Paris para a criação e instalação de um Centro Cultural nas terras amapaenses.

Essa instituição só foi oficializada como Centro de Educação no governo de Antônio Waldez Góes da Silva, através do Decreto nº 2.991 em 01 de julho de 2008. No entanto, sua inauguração ocorreu em 13 de agosto de 2009, com o objetivo de desenvolver atividades de profissionalização e a difusão da cultura francesa no Estado do Amapá. O Centro iniciou suas atividades com a realização de cursos e projetos culturais oferecidos gratuitamente à população amapaense, ofertando aulas de: Francês, Português instrumental, Artesanato, Teatro, Artes e Técnicas Vocais.

Ao longo dos anos, a instituição foi modificando seu foco de interesse, e em 2019, o centro passou a ofertar cursos de qualificação profissional, oficinas, conforme interesse da comunidade, no Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer com o Curso de Recreador, no Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Designer no qual foi ofertado o Curso de Estampador de Tecidos; no Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social foram ofertados o Francês Básico e Contador de História.

Nos anos de 2020 e 2021, devido a pandemia, ocorreu a oferta do ensino híbrido para os alunos dos cursos, nos três turnos, no eixo de Desenvolvimento

Educacional e Social, Eixo de Produção Cultural e Designer e eixo Informática e Comunicação.

Em 2022, o Centro vem oportunizando a oferta de 166 vagas nos cursos de qualificação profissional em Francês Básico e Francês Intermediário com os recursos do tesouro estadual, atualmente encontra-se funcionando na Avenida General Gurjão, nº 32, no bairro Central, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O *Centro de Educação Profissional de Santana Professora Maria Salomé Gomes Sares* (CEPS Maria Salomé Gomes Sares), localizado no Município de Santana, no Distrito Industrial, na Rodovia AP-010, tem por missão contribuir com o Estado do Amapá por meio da E.P.com a oferta de formação técnica e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional nas diversas áreas de conhecimentos.

Sua clientela envolve uma diversidade de pessoas com interesse na formação Técnica desde o ano de 2012 vem formando profissionais nas seguintes áreas: Edificações, Eletroeletrônica, Segurança do trabalho, Recursos Humanos, Imagem Pessoal, Massoterapia, Portos, Manutenção e Suporte em Informática, bem como de qualificação profissional, como: Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Gesseiro, Vendedor e outros, com oferta de cursos concomitante e subsequente.

O Centro no segundo semestre do ano letivo de 2021 iniciou a oferta de Cursos Técnicos em Imagem pessoal, Recursos Humanos, além do Curso de Portos ofertados tanto no Centro Maria Salomé como em escolas remotas nos Municípios de Laranjal do Jari, Macapá e Santana. Todos os referidos cursos estão em execução pelo PRONATEC através da ação Novos Caminhos.

O centro no primeiro semestre do ano de 2022 está assumindo a responsabilidade de coordenar, em parceria com a Justiça do Estado do Amapá, a oferta de qualificação profissional para os egressos do Sistema Prisional Semiabertos e seus familiares com formação específica nos cursos de: Gesseiro, Pintor de Obras Imobiliárias e de Vendedor. A formação vem ocorrendo na Escola Remota Barão do Rio Branco, em Macapá, no Estado do Amapá, com o objetivo de promover a ressocialização e inserção laboral dos cursistas no mundo do trabalho, bem como resgatar a valorização e autoestima com possibilidade de voltar a exercer sua cidadania. Com este ato o referido centro oportuniza aos egressos o direito à

educação de forma a se qualificarem por meio da formação profissional com possibilidade de empregabilidade e reinserção social.

O *Centro Integrado de Formação Profissional em Pesca e Aquicultura (CIFPA)* foi criado em 28 de outubro de 2009, no Estado do Amapá, está localizado no Município de Santana, Distrito Industrial, na Rodovia AP-010 com o objetivo de promover a implementação de técnicas e tecnologias voltadas para o setor pesqueiro do estado, bem como promover a inserção de mão de obra técnica que busque auxiliar na elaboração de projetos na área pesqueira contribuindo com o acesso das comunidades e colônias de pescadores(as) ao mundo do trabalho, bem como afirma Silva (2020, p. 81) de “garantir o acesso [...] à informação ambiental e sobre grandes empreendimentos, reconhecer e valorizar a pesca artesanal como contribuição para o avanço regional do Amapá”.

O centro iniciou suas atividades com cursos subsequente de técnico em pesca e em formação inicial e continuada. Em 2012 faz adesão ao Programa PRONATEC, mas só começou a oferta no ano de 2013 com 22 cursos de Formação Inicial e Continuada distribuídos em diversos eixos tecnológicos e 03 cursos técnicos na forma concomitante.

Em 2014 ofertou 09 cursos FIC's em 5 eixos tecnológicos, sendo: 5 cursos no eixo de Recursos Naturais; 1 curso no eixo de Gestão e Negócios; 1 curso no eixo de Segurança; 1 curso no eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, além de 01 curso no eixo Ambiente e Saúde.

No segundo semestre de 2016 houve um destaque na oferta de um curso direcionado para uma pactuação exclusiva no Programa Pronatec - Mulheres Mil com qualificação profissional duas turmas para o gênero feminino. Houve também uma formação através do Pronatec Bolsa Verde com pactuação de formação com duas turmas exclusivas. Além disso, o centro ofertou mais 11 turmas em diversos cursos de qualificação profissional, sendo todos executados em 2017.

O referido centro vem ofertando atualmente formação subsequente e concomitante, no eixo tecnológico de Recursos Naturais por meio do Curso de Recursos Pesqueiros ofertando 30 vagas pelo Programa Novos Caminhos, na Escola Remota Dom Pedro I no município de Mazagão, Estado do Amapá. No Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design a oferta de Qualificação Profissional em Artesão de Biojóias executado com recurso estadual. Além dos centros mencionados, ressalta-se o Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá

Professora Josinete de Oliveira Barroso que buscou desenvolver E.P. no Estado do Amapá e foi contemplado como ofertante dos Cursos Técnicos Subsequentes e de Qualificação Profissional. Assim o CEPAJOB, considerado na época uma referência na oferta da E.P., foi inserido no programa para a oferta de formação técnica à sociedade amapaense, como veremos a seguir.

5.3 Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso - CEPAJOB

O Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso – CEPAJOB⁷ iniciou suas atividades educacionais em 16 de março de 2000. Nos estudos de Silva (2020, p.64-65) sobre os avanços na E.P. no Estado do Amapá, o autor faz alusão ao processo inicial no momento em que “foi autorizado o seu funcionamento na esfera administrativa estadual, ocorrido por meio da Portaria nº 0668-SEED, em 30.07. 2001”.

O centro tem em sua estrutura física uma área construída com 1.968 m², com os seguintes ambientes: Bloco A – Área administrativa: Recepção, Diretoria, Coordenação de FICs, Coordenação Pedagógica, Sala do Atendimento Educacional Específico – A.E.E; Secretaria Escolar, Sala de Professores, Biblioteca, Banheiros Feminino e Masculino, Almoxarifado e o Gerenciamento Tecnológico – GETEC.

O Bloco B possui uma estrutura dividida em Auditório com cabine, sete salas de aula, Biblioteca, Sala do AEE, laboratório de Idiomas, Banheiros Feminino e Masculino. No Bloco C - 1º Piso, lado direito há Laboratório de Panificação, Laboratório de Cozinha, Refeitório e Cozinha. No Bloco D – 1º Piso, lado esquerdo tem Laboratório de Informática, Laboratório de Internet, Laboratório de Manutenção, Laboratório de Redes de Computadores, Banheiros Feminino e Masculino. No Bloco E tem Quadra poliesportiva com arquibancada, vestiário masculino e feminino, Banheiros Feminino e Masculino, além do laboratório móvel.

Com o objetivo de formar profissionais de excelência para o mundo laboral, o centro inicia sua oferta com Cursos FIC ou Qualificação Profissional, bem como com os Cursos Técnicos Subsequentes para alunos que finalizaram o E.M. e

⁷ CEPAJOB está localizado na Avenida Maria Quitéria nº 0316, Bairro Santa Rita, CEP: 68.908-290, na Zona Sul, município de Macapá, Estado do Amapá.

retornaram para alcançar a formação técnica nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação, bem como Hospitalidade e Lazer.

Segundo Moraes (2010, p. 95) em 16 de março de 2000 inicia o curso pós médio sendo autorizado a funcionar e implantar o Curso Técnico em Informática e o Curso Técnico de Turismo. Em 2004 foi implantado o Curso Técnico em Hotelaria, em 2007 dois novos cursos iniciaram a oferta com formação Técnico em Informática para Internet e de Técnico em Ecoturismo e Gestão do Lazer.

Ainda segundo Moraes (2010, p.101) em 2008 com o Parecer da CNE/CEB nº 11/2008 a instituição inicia a oferta dos cursos técnicos subsequentes em Agenciamento de Viagem; Técnico em Cozinha; Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Lazer; Técnico em Eventos; Técnico em Redes de Computadores; Técnico em Informática para Internet e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

No período de 2010 a 2016, os cursos do tipo subsequente ocorreram em dois eixos tecnológicos, sendo: Informação e Comunicação com formação em Informática, Redes de Computadores, Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática; No eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer com formação Técnica em Eventos, Agenciamento de Viagem, Cozinha, Turismo e de Lazer, conforme quadro 5 que apresenta o quantitativo de vagas anuais por curso:

Quadro 5 – Oferta de vagas em cursos técnicos subsequentes de 2010-2016

Nº	EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS	Quantitativo de Vagas Anual por Curso						TOTAL DE VAGAS POR CURSO
			2010/2011	2011	2012	2013/2014	2014/2015	2015/2016	
01	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eventos	47	17	36	-	-	43	143
		Agenciamento de Viagem	46	23	44	-	-	-	113
		Cozinha	40	17	44	63	106	122	392
		Guia de Turismo	51	22	91	56	26	-	246
		Lazer	-	15	-	-	-	-	15
02	Informação e Comunicação	Redes de Computadores	223	50	110	103	100	74	660
		Manutenção e Suporte em Informática	161	61	153	93	94	111	673
		Informática para Internet	104	27	139	52	60	150	532
		Informática	-	-	-	135	104	232	471
TOTAL DE VAGAS POR ANO			672	232	617	502	490	732	3.245

Fonte: CEPAJOB- 2022 Elaborado pela autora/2022

Em análise é possível identificar o crescimento na oferta de vagas no eixo de Informação e Comunicação totalizando 2.336 vagas ofertadas no período acima especificado. Realmente o ano de maior oferta de vagas neste eixo tecnológico foi o ano de 2015 a 2016 com a oferta de 567 vagas distribuídas entre os citados cursos.

No CEPAJOB a ação MEDIOTECH surge como uma oportunidade para os estudantes do E.M. terem um futuro diferente com a aquisição de conhecimentos e de formação técnica com probabilidade ascender o mundo do trabalho e ao trabalhador a qualificação profissional. O CEPAJOB ofertou formação de Técnica em Nível Médio com o PRONATEC/MEDIOTECH, conforme os tipos e quantitativos apresentados no quadro 6.

Quadro 6 - Ofertas de vagas em cursos técnicos concomitantes - MEDIOTECH/2017

Nº	EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS	INSTITUIÇÃO /LOCAL DE OFERTA	VAGAS
01	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	CEPAJOB- MACAPÁ	30
		Técnico em Informática p/ Internet	CEPAJOB - MACAPÁ	30
		Técnico em Redes de Computadores	CEPAJOB - MACAPÁ	60
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	CEPAJOB - MACAPÁ	30
			E.E ESTER VIRGULINO – MACAPÁ	30
02	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Guia de Turismo	E.E. D. PEDRO I – MAZAGÃO	60
			E.E. JOAQUIM NABUCO OIAPOQUE	30
03	Gestão e Negócio	Técnico em Administração	E.E. GABRIEL DE ALMEIDA CAFÉ- MACAPÁ	30
		Técnico em Comércio	E.E MARIA CARMELITA – MACAPÁ	30
		Técnico em Finanças	E.E. GABRIEL DE ALMEIDA CAFÉ- MACAPÁ	30
		Técnico em Recursos Humanos	E.E. MARIA MIRIAM – MACAPÁ	30
		Técnico em Marketing	E.E MARIA CARMELITA – MACAPÁ	30
04	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Produção de Materiais Didáticos e Bilingue em Libras	E.E. JESUS DE NAZARÉ MACAPÁ	30
		Técnico em Tradução e Interpretação de Libras		30

Fonte: CEPAJOB, 2021. Levantamento realizado pela autora (2022)

Conforme quadro acima, no primeiro eixo tecnológico de Informação e Comunicação foram disponibilizadas 180 vagas no município de Macapá, em 2017. No segundo eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer foram disponibilizadas, em 2017, o total de 90 vagas no Curso Técnico de Guia de Turismo descentralizando-se sua oferta nas escolas remotas sendo disponibilizadas 60 vagas no Município de Mazagão e 30 vagas no Município de Oiapoque. No terceiro eixo tecnológico Gestão e Negócios o Centro ofertou 150 vagas distribuídas em cinco cursos técnicos descentralizando sua oferta em cinco Escolas Remotas, no Município de Macapá. O quarto eixo Desenvolvimento Educacional e Social foram 60 vagas para dois cursos técnicos ofertadas na Escola Remota, no Município de Macapá.

Quadro 7 - Oferta de vagas de cursos técnicos - MEDIOTEC 2018

Nº	EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS	INSTITUIÇÃO /LOCAL DE OFERTA	VAGAS
01	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	E.E ANTONIO DE LIMA NETO - MACAPÁ	30
			E.E. ESTHER VIRGULINO – MACAPÁ	30
			E.E RAIMUNDA DOS PASSOS – MACAPÁ	30
		Técnico em Redes de Computadores	E.E. LOURIMAR SIMÕES – CUTIAS	30
			E.E. ESTHER VIRGULINO - MACAPÁ	30
			CEPAJOB – MACAPÁ	30
			E.E. MINEKO HAYASHIDA – L. DO JARÍ	60
		Técnico em Informática	E.E. JOAQUIM NABUCO OIAPOQUE	30
E.E ELIAS TRAJANO – PORTO GRANDE	30			
02	Gestão e Negócio	Técnico em Administração	CEPAJOB – MACAPÁ	30
			ESCOLA.GABRIEL DE ALMEIDA CAFÉ	30
		Técnico em Comércio	E.E. D. PEDRO I – MAZAGÃO	30
			CEPAJOB - MACAPÁ	30
		Técnico em Recursos Humanos	CEPAJOB - MACAPÁ	30
			E.E IRACITAVARES– FERREIRA GOMES	30
			E.E. GABRIEL DE A. CAFÉ - MACAPÁ	30
Técnico em Marketing	E.E. GABRIEL DE A. CAFÉ- MACAPÁ	30		
03	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	CEPAJOB - MACAPÁ	60
			E.E. JESUS DE NAZARÉ - MACAPÁ	30

Fonte: CEPAJOB, 2021 - Levantamento realizado pela autora (2022)

Na análise do quadro acima, no primeiro eixo tecnológico de Informação e Comunicação foram ofertadas 300 vagas distribuídas em três cursos com dez turmas, sendo uma turma no CEPAJOB e nove turmas em Escolas Remotas distribuídas em cinco municípios, sendo: Macapá, Cutias, Porto Grande, Oiapoque e Laranjal do Jarí.

O segundo eixo Gestão e Negócios, o CEPAJOB ofertou 210 vagas distribuídas em quatro cursos técnicos, com sete turmas sendo duas na própria instituição e descentralizou cinco turmas para 02 Escolas Remotas, nos Municípios de Macapá e Mazagão.

O terceiro eixo de Desenvolvimento Educacional e Social foi ofertado 01 curso técnico com 90 vagas distribuídas em três turmas sendo uma na própria instituição e duas turmas na Escola Remota, no município de Macapá.

Dessa forma, assegura-se a importância da pesquisa ter sido realizada na própria instituição, exclusivamente nos cursos da ação MedioTec, oferta realizada no turno da noite, no eixo de Informação e Comunicação no intuito de buscar informações da caminhada dos egressos concluintes de Informática para Internet de 2017 e Técnico em Redes de Computadores de 2018.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) do centro assegura-se que:

O CEPAJOB foi gradativamente agregando novas aspirações e novos desafios, [...] o que pressupõe a legislação referente a Educação Profissional e que passa por atualizações constantes. [...] são descritas [...] as diretrizes que servem [...] para um fazer pedagógico do centro (PPP, 2018, p. 06).

O que se percebe é que o centro além de agregar novos desafios em manter a formação profissionalizante conduzido sua oferta com base nas diretrizes que fundamentam o fazer pedagógico nesse segmento.

Atualmente, o CEPAJOB segue em funcionamento, o eixo tecnológico ofertado é o de Gestão e Negócio disponibilizando 120 vagas distribuídas em dois cursos técnicos subsequentes com oferta na própria instituição, no Município de Macapá. Os cursos em funcionamento são Técnico em Serviços Jurídicos com 60 vagas e Técnico em Recursos Humanos com 60 vagas ofertadas.

Cabe frisar, com a ação MEDIOTECH o centro vem superando um grande desafio em relação ao índice de evasão nos cursos ofertados, entretanto o centro não implantou um Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Egressos do centro para confirmar que alcançou seus objetivos.

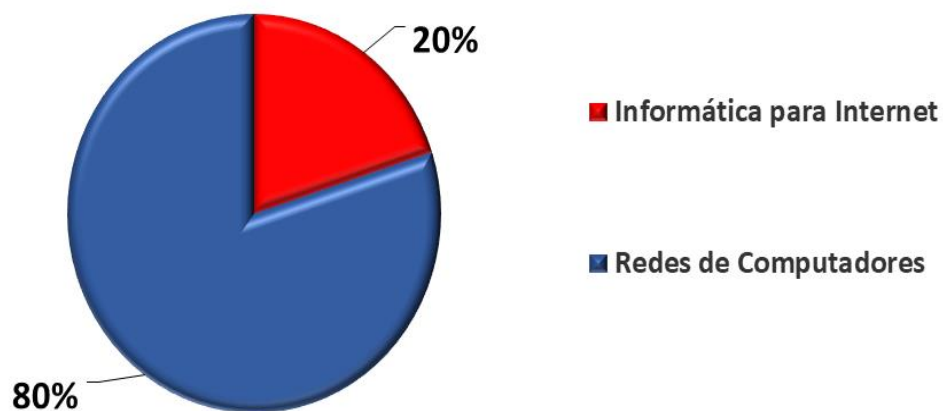
6 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção relatamos a pesquisa de campo realizada no período de 28/09/2021 a 24/04/2022, através de entrevista com roteiro, contendo 43 perguntas abertas e fechadas para levantar informações que nos permitissem, entre outras coisas, caracterizar os respondentes, identificar o perfil socioeconômico, grau de escolaridade, relações e condições de trabalho atuais, bem como a relação entre a formação obtida no Programa Pronatec/MedioTec – 2017/2018 e a vida acadêmica e profissional dos informantes. A pesquisa serviu também para que os participantes deixassem suas impressões sobre os cursos do referido Programa.

6.1 Perfil Socioeconômico

Na ata de Resultados Finais dos dois cursos fornecida pelo CEPAJOB, de 30 alunos do Curso de Informática para Internet, 26 finalizaram o curso com êxito em 2018. E, de 30 matriculados no curso de Redes de Computadores 25 concluíram em 2019, somando são 51 alunos, todos pertencentes ao turno da noite que foram certificados como técnicos no eixo tecnológico de Informação e Comunicação. Deste total apenas 10 aceitaram o convite para entrevista, sendo 2 do curso de informática para internet e 8 do curso de redes de computadores, conforme o com gráfico 1.

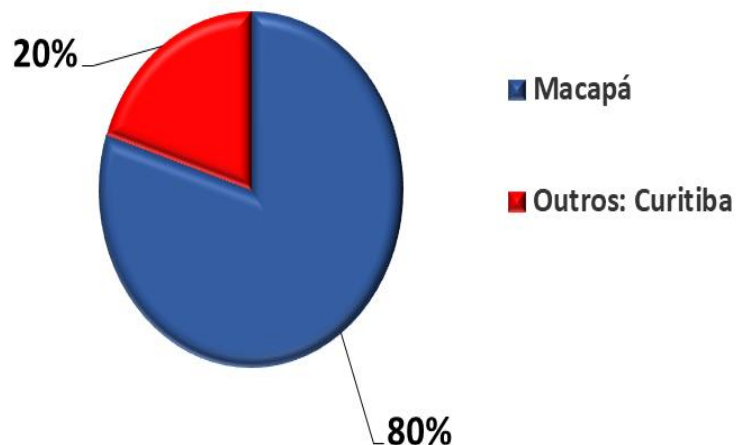
Gráfico 1 – Quantitativo de participantes por cursos



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Após análise do perfil sócio econômico com base nos dados fornecidos pelo CEPAJOB, que liberou o acesso aos registros de dados presentes no instrumento de matrícula fornecido, doravante denominado formulário de perfil socioeconômico dos alunos matriculados no Programa Pronatec/ MedioTec – 2017/2018, verificou-se que no início dos cursos de Informática para Internet em 2017 e Redes de Computadores em 2018, ao responderem o formulário do perfil socioeconômico, 100% dos alunos residiam no Município de Macapá. Ao fazermos uma análise comparativa entre os dados do período de matrícula e os dados de nossa pesquisa, identificamos, como demonstrado no Gráfico 2, que 80% dos egressos continuam residindo em Macapá e 20% residem atualmente em Curitiba devido a oportunidade de trabalho fora do domicílio.

Gráfico 2 – Município onde reside



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A possibilidade de terem um título em alguma área de formação e a expectativa de empregabilidade é, por exemplo, assinalada no estudo de Pereira e Oliveira (2019), para eles egressos de cursos profissionalizantes, tendo como premissa a forte influência da Teoria do Capital,

mesmo percebendo e vivenciando a exclusão social e a aparente inutilidade de sua formação profissional em sua região e na sua atual condição profissional, continuam reinterando a importância do curso, e muitas vezes criando expectativas de empregos em outros lugares[...]. (OLIVEIRA, 2019, p.935)

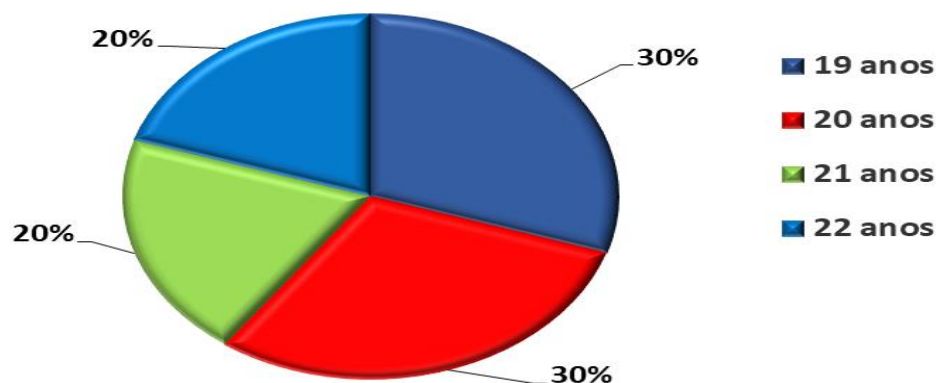
Denotamos que a expectativa de egressos da Educação Profissional, em relação ao término do curso, sobretudo, daqueles pertencentes a grupos sociais

mais vulneráveis, está diretamente relacionada à inserção automática na empregabilidade, o que faz com que não conseguindo emprego em seu domicílio busquem com maior urgência, ou almejem buscar em um futuro breve, vagas de emprego em outros espaços geográficos.

No que tange a faixa etária no ato da matrícula, em 2017 e 2018, os alunos tinham a idade entre 16 a 19 anos, atualmente, conforme o gráfico 3, correspondente a 30% para cada faixa etária totalizando 60% dos entrevistados estão na faixa etária de 19 a 20 anos, o que equivale a 6 participantes. Os demais encontram-se na faixa etária de 21 a 22 anos, 4 egressos, que correspondem aos 40%, sendo 20 % para cada faixa etária.

Vale ressaltar, o que Pereira e Oliveira (2019, p. 929) afirmam, para eles há duas questões constantes para os alunos se matricularem na Educação Profissional, “primeiro a falta de emprego e a segunda, a exigência de qualificação profissional exigida pelo mercado”. Visualiza-se que na faixa etária de 16 a 19 anos os jovens estão com foco direcionado à cumprir essa exigência laboral de qualificação profissional. Para tal buscam obter um número crescente e não unitário de certificações, o que requer investimento na formação contínua, segundo eles, por acreditarem que a conclusão da formação possibilitará uma posição mais elevada no quando da empregabilidade ou então que contribuirá para ascensão no ensino superior e obtenção de melhores salários.

Gráfico 3 – Idade do participante



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No gráfico 4, em relação ao item escolaridade no que tange a continuidade nos estudos, na hora de responder a entrevista 30% informaram que já ingressaram no Ensino Superior, nos cursos de Curso de Bacharel em Serviço

Social, Bacharel em Administração e Bacharel em Jogos Digitais. Portanto, como se observa um deles permanece direcionando seus estudos na informática.



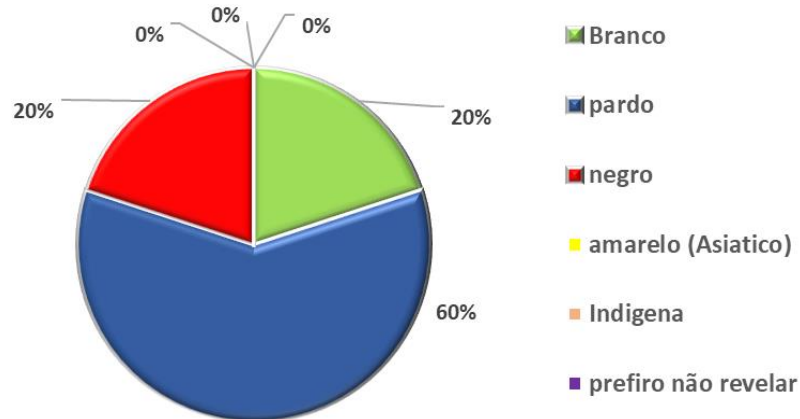
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No gráfico 5 é possível visualizar que nove entrevistados são do sexo masculino, correspondente a 90% dos egressos e 10% são do sexo feminino. Correlacionando a participação nos Cursos quanto ao gênero percebemos, portanto, nos cursos de Informática para internet e Redes de Computadores, a predominância do sexo masculino.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quanto ao Estado Civil, a maioria, 90 %, afirmaram que estão solteiros, apenas uma jovem (10%) estava casada desde quando iniciou o curso de informática para internet pelo Pronatec / MedioTec no ano de 2017. Em relação ao item raça ou cor, no gráfico 6, é perceptível que 60 % dos entrevistados consideram-se pardos, o que é correspondente a seis entrevistados, dois participantes consideram-se negros, relativos a 20%, e dois entrevistados declararam-se branco, o que correspondente a 20%.

Gráfico 6 – Raça ou cor

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Leal (2014, p.44) ressalta é necessário que se “identifique indivíduos ou grupos que se encontram expostos a [...] riscos de alterações significativas [...], que sofrem uma interferência negativa em suas condições de vida individual, familiar e comunitária”. Neste sentido, os aspectos sociais, e econômicos devem ser consideradas posto que as condições de vida ofertadas a determinados jovens interferem diretamente no modo de ser e estar no mundo, bem como na melhoria de vida.

O gráfico 7 diz respeito a qualidade e condições sociais. Entre os entrevistados dos egressos. Identificou-se que 40% moram em casa alugada e 60% moram em residência própria. Ainda em relação ao tipo de moradia, o gráfico Moradia II apresenta um percentual de 80% dos egressos moram em casas de alvenaria, 20% deles informam que sua residência é construída de forma mista, ou seja, de alvenaria e madeira.

Gráfico 7 – Tipo de moradia

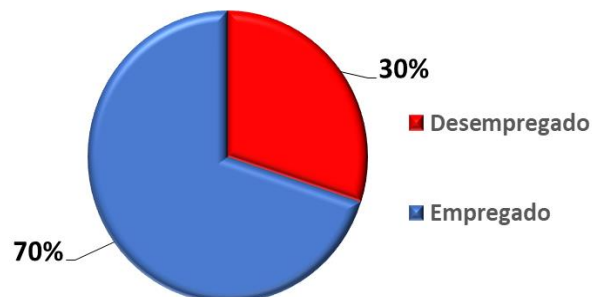
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quanto aos dados profissionais, foram elaboradas perguntas direcionadas para identificar a real situação dos egressos quanto a empregabilidade e oportunidade de acesso ao mundo do trabalho.

6.2 Empregabilidade e oportunidade de acesso ao mundo do trabalho

Identificamos que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/ MedioTec foi avaliado pelos egressos como a oportunidade que precisavam para conseguir melhorar seu estilo de vida através do acesso ao mundo do trabalho. No gráfico 8, vemos que dentre os 10 entrevistados, 70% conseguiu emprego após conclusão do curso pelo programa, com atuação em diversos ramos da área de informação e comunicação. Os demais se dizem estarem fora da atuação profissional por opção própria, dado que apesar de terem uma formação técnica, encontram-se investindo no Curso de Nível Superior. Apesar de não inclusos de forma deliberada, eles reconhecem como fator que dificulta a inserção deles no mundo de trabalho, a escassez de vagas e a falta de experiência como fatores preponderantes. O que corrobora para o que assinala Pereira e Oliveira (2019, p.931) quando descrevem que, “realidade é bem diferente do sonho da “empregabilidade” [...] Os egressos deparam-se com a realidade de que a educação não pode por si só alterar a estrutura ocupacional e social”. Ou seja, o acesso ao emprego não depende exclusivamente da formação, não basta conseguir a certificação, é primordial que Estado amplie os postos de trabalho, principalmente aos jovens sem experiência profissional.

Gráfico 8 - Empregabilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os egressos que estão trabalhando fazem menção a formação pelo programa como tendo sido essencial para sua empregabilidade, veem de forma positiva a oferta de curso pelo Pronatec/MedioTec como facilitador do processo de inclusão na sociedade e em quanto profissional, saindo da estatística do desemprego, assim como para o desempenho enquanto profissional. Isso porque o Eixo Tecnológico ao qual pertencem está em ascensão e na atualidade “o emprego exige cada vez uma qualificação mínima que perpassa por conhecimentos básicos de informática e uma capacitação específica na função do trabalho”, conforme afirma Leal (2014, p.43).

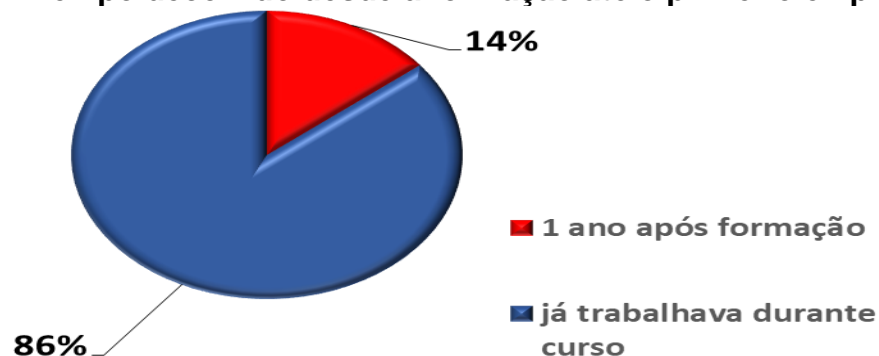
Considerando o Plano Pedagógico do Curso (PPC) a instituição, que oferta Educação Profissional, deve considerar além dos conhecimentos gerais obrigatórios da área de formação, as habilidades necessárias as atividades laborais.

Para Leal (2014)

Esse é o principal desafio do Pronatec, como programa de política pública federal,[...]. Não só qualificar, mas sim formar um cidadão, passar a ideia do empoderamento, proporcionar ao beneficiário a possibilidade de ter uma profissão. Isto é, muito mais do que a construção de conhecimentos e habilidades da escola formal, mas sim focando na transformação cultural e social do cidadão para o convívio em sociedade e sua inclusão no mercado de trabalho. (LEAL, 2014, p.46)

O gráfico 9, mostra que entre os 7 entrevistados que estão trabalhando foi possível identificar que 6 egressos (86 %) conseguiram emprego após conclusão do curso técnico e o tempo decorrido para conseguir o primeiro emprego durou em média um ano e dentre os egressos, 14% ou seja 1 egresso afirma que já estava empregado ao concluir o curso técnico pelo programa.

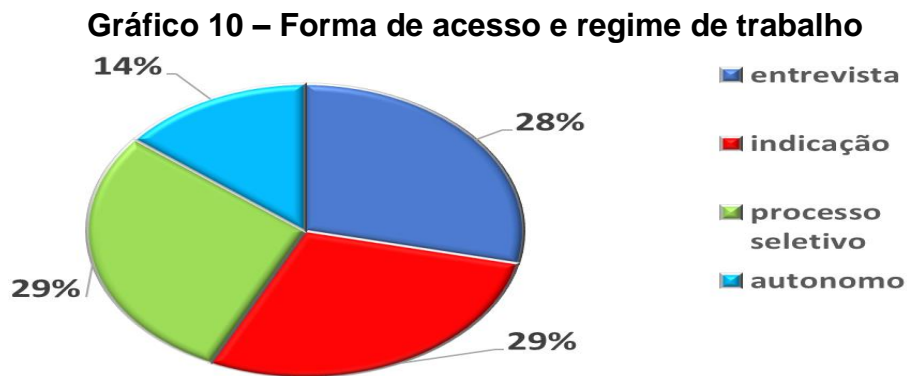
Gráfico 9 – Tempo decorrido desde a formação até o primeiro emprego



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

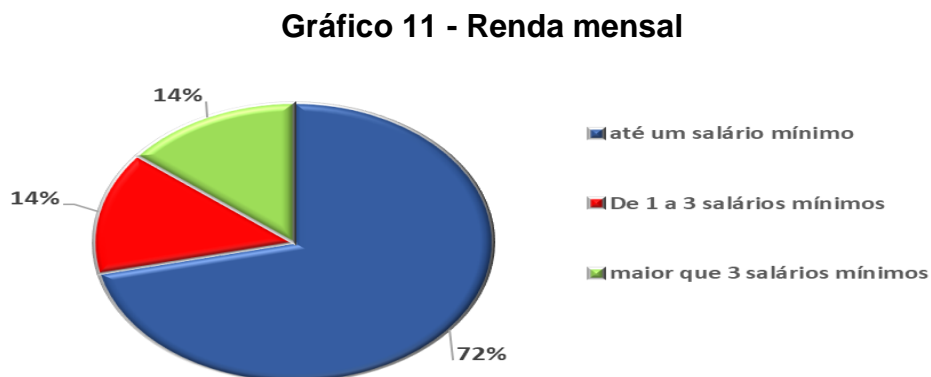
Entre os 7 entrevistados empregados 43% que estão atuando como técnicos na área. E 57% não foram contratados como técnico, mas afirmam que seu trabalho tem relação com a área do curso, uma vez que desempenham funções com base nas competências e habilidades adquiridas nele.

Quanto a forma de acesso e ao regime de trabalho cabe frisar que um egresso é empreendedor, está atuando de forma autônoma na função de técnico em Rede de Computadores com oferta de serviços terceirizados. Os demais têm contrato laboral formal em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho e ingressaram no emprego através de indicação de amigos, processo seletivo ou através de entrevistas, conforme gráfico 10.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No gráfico 11, dos entrevistados empregados (7) a maioria, ou seja, 72% recebem como rendimentos até um salário mínimo, 14% recebem de 1 até 3 salários mínimos e 14% recebe salário maior que 3 salários mínimos.

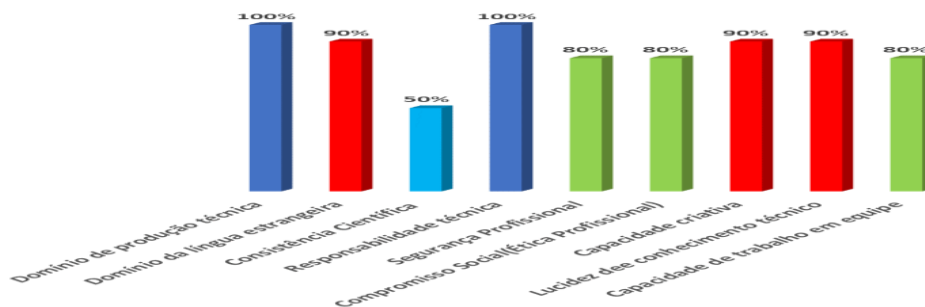


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em relação as características profissionais, por ordem de importância no gráfico 12, os egressos elencaram em primeiro lugar empatados os itens: domínio de produção e responsabilidade técnica como as características mais importantes que profissional precisa ter. Em segundo lugar também empatados com 90% temos os itens: Domínio da Língua Estrangeira; capacidade criativa e Lucidez do conhecimento técnico. Em terceiro lugar com 80% ficaram os itens: Segurança profissional; Compromisso social (Ética profissional) e Capacidade do Trabalho em Equipe. E por fim, com 50%, ou seja, metade dos entrevistados consideram a Consistência Científica como um dos itens de importância no fazer do profissional técnico.

No gráfico temos uma amostragem das características mais prementes e que todo profissional deve considerar importante. Neste sentido Leal (2014, p 75) ressalta “o mercado de trabalho está aguardando que [...] os alunos fiquem prontos para os desafios em funções simples ou continuem se capacitando para ocupações que nascem a todos os momentos com as novas tecnologias” para que continue no mercado de trabalho.

Gráfico 12 - Características profissionais

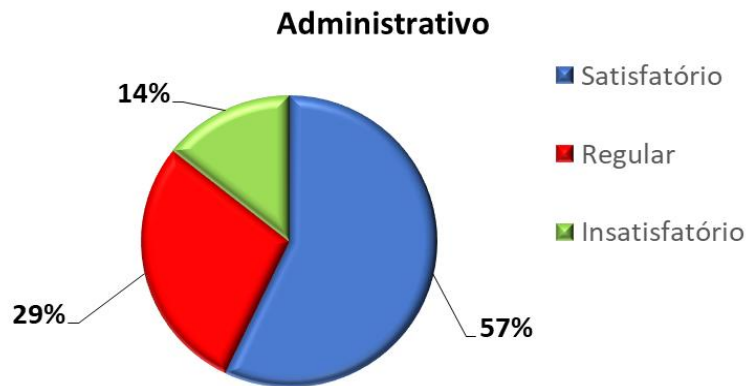


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O gráfico 13 apresentam de forma distinta o grau de satisfação nas relações e condições referentes ao trabalho quanto as questões administrativas e financeiras oferecidas aos egressos para o desempenho em seu labor.

Os egressos encontram-se satisfeitos com as condições administrativas ofertadas para seu desempenho profissional, o que corresponde a 57% dos respondentes, 14% estão insatisfeitos com as condições disponibilizadas para seu labor e 29% consideram urgente a melhoria.

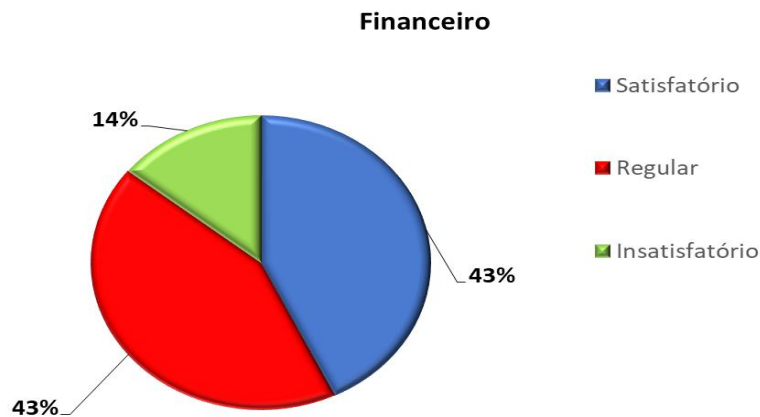
Gráfico 13 – Relações e condições de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.(2022)

No gráfico 14, relacionado as condições salariais, é possível perceber quanto ao aspecto financeiro que houve alteração no percentual no nível de satisfação, ou seja, 43% dos egressos encontram-se satisfeitos com o salário que estão recebendo, 43% consideram que seus vencimentos estão dentro do nível esperado e 14% estão insatisfeitos.

Gráfico 14 - Condições Salariais



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No que se refere as condições de trabalho vale ressaltar que,

A luta social contra a flexibilização, às vezes adotada, e que combate as más condições laborais a que alguns são submetidos, são vistas como questões prioritárias por sindicatos e por grupos internos formais e não formais das empresas. É dessa maneira que a legislação e os direitos dos empregados são negociados, por meio de acordos entre empregado e empregador, na busca de tornar essa relação a mais equilibrada possível, pois as decisões de cunho social e econômico tomadas podem representar uma melhor qualidade de vida para os empregados (RANGEL, 2018, p. 33)

No entanto, reforça-se a convicção que a partir do momento que jovem é inserido no mundo do trabalho, o mesmo devem assumir um papel de protagonista e responsável por sua trajetória profissional, tomando para si o sucesso na sua jornada laboral.

O capítulo a seguir é uma continuidade da entrevista realizada e refere-se aos impactos do programa na vida dos egressos, com a intenção de pautar em outros pontos, como: a duração dos cursos; a suficiência dos componentes curriculares; quanto à indicação do curso para outras pessoas. Ao mesmo tempo, procedem com a avaliação sobre a atuação dos professores que ministraram os componentes e das experiências vivenciada durante a formação.

Constatamos que a finalização da formação técnica, na forma concomitante, atribuem-se totalmente ao esforço e perseverança dos egressos, além da importância dos benefícios oferecidos durante o Programa, como a gratuidade, o auxílio da assistência estudantil para prover lanche, transporte e o kit escolar (material escolar e uniforme) durante a sua formação.

6.3 Os impactos do programa na vida de Egresso: ...Chegou a minha vez!!!

O texto a seguir é dividido em seções de perguntas e sua produção deriva das vozes de jovens que declararam mudanças relevantes em suas vidas após conclusão no programa Pronatec/Mediotec no CEPAJOB.

a) A duração do curso técnico, 18 meses, foi suficiente para a formação profissional

A intenção é perceber se o tempo de duração dos cursos foi suficiente para o profissional técnico na área de Informação e Comunicação. os cursos seguiram o que prevê o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, (CNCT) e o Plano Pedagógico dos Cursos (PPC) quanto a carga horária, nas vozes afirmam:

Quadro 8 - Quanto ao tempo de duração do curso foi suficiente

Respondentes	Respostas
E 1	<i>“Sim, a duração foi suficiente para dá tempo de assimilar o conteúdo e pôr em prática”</i>
E 2	<i>“Sim, vou falar sobre a qualidade de ensino do CEPAJOB, foi um curso em que a gente via de fato o empenho dos professores apesar do desgaste deles porque era no horário noturno, ou seja, os professores já vinham de uma rotina, do dia a dia trabalhando, naquela correria e, mesmo assim, entregaram um excelente ensino, a gente era muito cobrado. Em relação a execução, isso é o que mais importa, vai te fazer aprender de fato é a prática. Se tem uma coisa que a gente teve no curso é a prática, prática, prática, prática...Teoria e prática, teoria e prática, então, para mim esse curso foi excelente o ano todo”.</i>
E 3	<i>“Sim, 18 meses”</i>
E 4	<i>“Ah, com certeza, porque..., digo pela minha experiência... quando completei 18 anos, eu fiz o curso, teve a conclusão foi na época do período que eu estava no ensino médio ainda. [...] eu estava na metade do meu segundo ano e pegou o terceiro ano. Foi [...] preparatório por que eu podia, terminei meu ensino médio e já tinha uma formação, um curso técnico com certificado em minhas mãos. Então durante esse período de 18 meses, por ser um curso técnico, acredito que foi bem produtivo, deu pra aprender...”</i>
E 5	<i>não, porque faltou ensinar mais conteúdo, como cabeamento de fibra ótica só foi dado a teoria, sendo que hoje em dia a tecnologia está avançando e a gente necessita deste conhecimento e não foi dado”</i>
E 6	<i>“Sim, foram bem proveitosos”</i>
E 7	<i>“Sim, suficiente porque o tempo que nós tivemos nesse curso de Técnico de Informática para a Internet, podemos contemplar com maravilhosos professores dando o seu melhor ali em sala de aula e porque no curto tempo que a gente teve pôde absorver, o que eles puderam passar foi o melhor, bom demais ter participado do MedioTec”</i>
E 8	<i>“Sim, porque assim teve bastante tempo para aprender todas as coisas, para se profissionalizar, quando eu estava fazendo o curso eu sabia tudinho, agora que eu já dei uma esquecida, porque não pratiquei mais, porém eu sabia instalar o Windows no computador”</i>
E 9	<i>“sim, porque o período das primeiras matérias tive dificuldade de compreender os conteúdos, mas depois fui entendendo”</i>
E 10	<i>“Sim, pelo método de trabalho dos professores, foram bem dedicados, objetivos, nos ajudaram muito em diversos momentos do curso”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em relação a duração do curso fica caracterizado com as respostas que a instituição conseguiu atingir seus objetivos no programa quando fizeram a adequação de suas propostas às exigências e critérios legais. Para Costa (2019),

Entende-se que a experiência da Instituição foi essencial não só para superar as dificuldades iniciais, mas para encontrar soluções no sentido de

adequar-se as exigências do Programa e possibilitar o sucesso na formação profissional [...] (COSTA, 2019, p.71)

Ao aderir ao programa as instituições são orientadas com base em leis, resoluções, pareceres e notas técnicas a seguirem as normas e critérios, desde a pactuação da oferta dos cursos até o plano de curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, durante a execução.

No entanto, alguns egressos acreditam ser necessário rever o plano do curso, pois vivenciaram momento de lacunas na aprendizagem, confirmado na fala do egresso 5, conforme depoimento acima. O egresso 5 ao se reportar sobre a duração, ou seja, a carga horária estabelecida no plano pedagógico do curso apresenta a resposta “não”, pois considera uma necessidade específica em relação ao conteúdo e a forma como os docentes devem manter o equilíbrio entre a teoria e a prática permitindo que a formação possibilite uma atuação efetiva e eficaz nas atividades laborais, com a inserção de conteúdos introdutórios.

b) Os componentes curriculares ofertados nos cursos foram suficientes para a formação profissional

Este ponto é crucial para compreender se o egresso percebeu a importância da organização dos componentes curriculares no atendimento aos critérios de formação do perfil profissional. Em resposta afirmam:

Quadro 9 - Quanto aos Componentes Curriculares

Respondentes	Respostas
E 1	<i>“Sim, os conteúdos repassados tiveram um excelente desempenho na minha formação profissional”</i>
E 2	<i>“Eu acredito que não, só aqueles componentes eu não os considere suficientes, foi muito focado, então percebo isso hoje em dia, o curso técnico de redes é disponibilizado para pessoas que ainda estão concluindo o ensino médio, porém nem todo mundo que está concluindo o ensino médio entende o básico de informática. E, por isso, acredito que faltou ali por exemplo um curso de digitação, Word, Excel, porque a dificuldade que eu vi em alguns dos meus colegas (no começo, ali pelos três meses) era de lidar com a informática em si, com o computador, com essas situações de mexer em planilha, digitação, eu acho que são especificamente destas partes, quando você tem mais intimidade com o componente de trabalho, você trabalhando todo dia compensa, mas eu falo sobre outras pessoas até porque eu tive contato com informática antes do curso técnico, então pra mim foi fácil, porém, se tivesse esse conceito, essa introdução, o curso poderia ter melhorado muito”</i>

E 3	<i>“Não, porque, com o que os professores passavam tinha mais coisas para se aprofundar nos conteúdos, então era difícil na época tentar compreender tudo de uma vez, já que eu estava aprendendo a área de Redes. Eu consegui acompanhar os conteúdos, mas não consegui me aprofundar como deveria, então tive que correr atrás depois que eu saí do MédioTec”.</i>
E 4	<i>“Sim, com certeza, porque como expliquei eu ainda não “tô” procurando oportunidade de emprego, mas se fosse o caso, com certeza, os componentes que foram ensinados durante todo o curso ajudaria bastante na hora da construção do meu curriculum. Então, acredito que sim, a formação agregou bastante, se eu fosse atrás de uma oportunidade de emprego, teria um curriculum bem extenso”.</i>
E 5	<i>“Foram suficientes, porque como eu já tinha um pouco de conhecimento e um pouco de “pegada” na área, então eu consegui aprender muito mais do que outros que não conheciam muito e tinham mais dificuldade em aprender”.</i>
E 6	<i>“Sim, foram essenciais para um bom desenvolvimento dos meus conceitos a respeito da WEB”</i>
E 7	<i>“Sim, no caso tiveram muitas disciplinas, com ampla expansão de conhecimento em tecnologia de informática que eu nunca tinha visto em qualquer curso básico, além de aulas teóricas teve práticas, a gente foi visitar vários órgãos daqui do Estado do Amapá, de tecnologia da informação, isso foi muito legal!. E, como é tão grande, imenso o mundo da tecnologia, no caso nessas visitas técnicas que nós fizemos encontramos pessoas unidas com um só propósito de levar o melhor para cada site ou órgão, cada empresa, no caso produzir o melhor conteúdo e mostrar que a tecnologia só tem a evoluir com o tempo”.</i>
E 8	<i>“umas sim, outras não, por falta de equipamentos e ficava a lacuna, tinha professor que levava tudo, tinha que trazer de casa. Na parte de instalar a placa do computador, não tinha equipamento, mas foi suficiente para eu aprender tudo”.</i>
E 9	<i>Sim, porque aprendi o básico, necessário para o exercício da profissão e um pouco mais do que o básico”</i>
E 10	<i>Sim, por componentes, porque antes que eu entrasse para fazer o curso, não entendia nada de informática ou computação [...], eu não sabia nada, mas a partir de quando eu entrei no curso fez eu limpar minha mente e explorar o que é computação em geral, porque antes disso eu não tinha nenhuma condição para poder pensar, conseguir, terminar, aprender coisas que eu não sabia como montar um computador, tirar vírus, abrir programas, entrar em site, em geral. E, isso foi muito importante para que eu pudesse ter uma mente mais aberta para essa área, como profissional”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nesses depoimentos, percebemos que compreenderam a importância da revisão do plano de curso de forma específicas e o “projeto deverá estar vinculado a busca de soluções para as questões locais e regionais sem perder de vista os contextos nacional e mundial, potencializando o uso das tecnologias com

responsabilidade social, sendo, portanto, contextualizado a cada realidade específica” (MOURA, 2007, p. 24)

Contudo, ainda ocorreu de dois egressos perceberem a urgência de mais componentes na formação. Para os egressos E2 e E3 essas necessidades devem passar pelo crivo da razão, pois “não são os conteúdos isolados que devem gerar seus projetos de estudos, mas a articulação e interrelação em função do sentido social e pedagógico dos objetivos propostos em cada projeto. Portanto, estudantes e professores terão condições de construir, desconstruir e reconstruir seus conhecimentos” (MOURA, 2007, p. 27).

Neste sentido, as necessidades percebidas pelos egressos ocorreram durante a formação, em decorrência de um conhecimento ofertado pelos professores, ocorrendo assim a falta de conhecimentos prévios, sendo imprescindível sanar essa lacuna na aprendizagem com complementação de conhecimentos que deve ocorrer durante a formação técnica.

c) Você indicaria o curso para outras pessoas

Ao elaborar esta pergunta a intenção foi de identificar se os egressos indicariam o curso para outros estudantes. E obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 10 - Quanto à indicação do curso para outras pessoas

Respondentes	Respostas
E 1	“Sim, eu indicaria”
E 2	“Ah sim, além de ser um ensino técnico, eu vou falar que ele é mais do que um ingrediente de receita, você coloca aí uma condição a mais, por exemplo, num processo seletivo, se eu sou o dono de uma empresa e quero contratar pessoas que são boas em informática, ao invés de contratar um camarada que só sabe mexer em Word e entre um que mexe em Word, em digitação e é técnico em redes, com certeza vou no cara que é técnico porque sei que ele tem mais conteúdo do que aquele que só mexe em Word, então eu não vou ter o trabalho de formar, de ensinar o técnico porque já sabe, entende? Então, é por isso que eu recomendo e além disso, por outro motivo, isso te abre um mercado, a informática é um mercado, principalmente no Estado do Amapá. É um mercado onde a gente precisa de pessoas que entendam, que são profissionais. A gente tá iniciando um estado recém-criado, mas eu falo sobre o desenvolvimento, a gente tem essa carência, eu falo como um todo, as empresas e o governo em si, precisam de pessoas que entendam sobre informática, é um mercado que ‘tá’ começando a engatinhar no Amapá, por isso eu recomendo”
E 3	“Sim, indicaria. Ah, sou suspeito pra falar já que é a área que gosto, mas no início também não queria seguir a área de Redes, queria fazer outras coisas na vida como designer, motorista de ônibus. Acabou que com o tempo fui começando a entender como é que funcionava a matéria,

	<i>como que fazia sentido tudo, por meio de protocolos, sistemas, análises e afins, acabou que consegui me aperfeiçoar também na língua estrangeira inglesa, já é um grande avanço pro mercado de trabalho, não só na área de Redes, mas como pra vida também, tem cálculos, exatas, tem a língua estrangeira, então a gente vai se aperfeiçoando numa coisa e esse universo se expande para várias outras áreas, por isso tenho certeza que a pessoa não ficaria só na linha reta, teria vários caminhos para seguir em frente com a formação na área”.</i>
E 4	<i>“Indicaria sim, a área de redes tem um curso muito bom de empregabilidade, principalmente nessa área que tá crescendo muito ultimamente, da tecnologia. Então, a gente querendo, ou não, é um curso maravilhoso, abre as portas do teu caminho, foi ofertado de forma gratuita. Hoje em dia é muito difícil ver uma oportunidade dessa de curso”</i>
E 5	<i>Sim, porque é um curso que abrange a várias áreas da tecnologia. Hoje em dia, então praticamente a informática eu acho que é o essencial em tudo”</i>
E 6	<i>“Sim, pois foi onde comecei a compreender a internet verdadeiramente”</i>
E 7	<i>“Sim, porque cria um conhecimento a mais. Não é simplesmente criar um site, ser técnico de informática para internet, é você descobrir profundamente a evolução da TI, no caso é adquirir conhecimentos técnicos para a internet”.</i>
E 8	<i>“Sim, para adquirir conhecimento, para quem não sabe mexer no computador, é muito bom”.</i>
E 9	<i>“Sim, porque é algo essencial e pelo menos tive noção dos assuntos para exercício da profissão</i>
E 10	<i>“Sim”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Segundo Barreto (2020, p. 34) “ter acesso ao modelo educacional que integra formação geral e formação técnica pode significar uma mudança na realidade do estudante, da família, da comunidade e da região onde a escola se insere”. Percebemos a compreensão positiva do egresso sobre a importância do curso e das experiências vivenciadas na formação.

Foi possível entender que durante o processo de aprendizagem, envolvendo teoria e prática, o egresso percebeu que a área de informação e comunicação é abrangente, envolve um leque de oportunidade no mundo do trabalho e na vida do ser humano, que, portanto, trouxe mudança em sua vida. Daí a indicação para outras pessoas.

d) Avalie a atuação dos professores que ministraram os componentes

Neste item a intenção é sondar o que pensam, as opiniões e sentimentos quanto a relação alunos-docentes estabelecida na formação. Foi uma oportunidade também de compreender em que medida os conhecimentos apreendidos nos

cursos estão sendo efetivos na prática diária dos egressos. Ao serem indagados responderam o seguinte:

Quadro 11 - Quanto a atuação dos professores

Respondentes	Respostas
E 1	<i>“Todos os professores foram excepcionais na aplicação dos conhecimentos em sala, além de demonstrar domínio na área”</i>
E 2	<i>“Bons, excelentes profissionais”</i>
E 3	<i>“eu já me encontrei com eles também, pra perguntar sobre conteúdo, então foi ótimo. Não vou dizer que foi perfeito, até porque na época foi difícil pra mim que eu era um dos poucos que queria aprender, não ‘tô’ falando que a maioria das colegas era meio ruim de trabalhar, mas faltou um pouquinho de compreensão por parte do professor para com os alunos. Pois é, nesse caso, se eles tivessem mais ênfase na parte da explicação, eu não teria dificuldades em algumas matérias na área que tive de trabalhar lá no início, na área de redes, depois que eu tive que pesquisar e correr atrás de conteúdo pra conseguir entender o que havia sido explicado. Mas, de resto eu achei que foi razoável”.</i>
E 4	<i>“Os professores foram bem profissionais, explicaram de forma que tornou o assunto algo mais fácil, mais compreensível para o pessoal da nossa idade, então foram professores bem didáticos, tinham as suas individualidades, na forma de explicar, mas dava para compreender o assunto”</i>
E 5	<i>“Os professores foram bons, no caso excelentes com alguns conteúdos e abordagens, só um ou dois é que deixaram a desejar bastante, que se não fosse por minha vontade de aprender eu não teria aprendido, como outros que se saíram prejudicados em algumas matérias”</i>
E 6	<i>“Todos foram excelentes sem dúvidas, repassaram os conhecimentos com excelência”</i>
E 7	<i>“Nós tivemos no MedioTec professores e excelentes profissionais na área da educação, pontuando, professores que levam a simplicidade de estudar e que se tornam divertidos. Até eu receber a triste notícia que faleceu um professor, no caso do MedioTec, ele chegou a dar aula para nós, era um professor legal demais, mas na pandemia acabou falecendo. Ele era um professor divertido que trazia a aula, não se tornava chata, todo mundo gostava, sabia explicar bem o assunto, dominava a área e sempre mostrava bom interesse de poder dar de si o melhor pra nós aprendermos bastante sobre a disciplina... é isso”.</i>
E 8	<i>“Na escola nós já conhecíamos o pessoal, praticamente, porque era todo dia que nós chegávamos, eles iam na sala falar conosco, sempre recebiam, recepcionavam bem todos. Em relação aos professores eles explicavam bem, tinham bastante conhecimento, eram bem educados na hora da explicação, se precisasse, eles explicavam de novo”.</i>
E 9	<i>“Todos os professores foram excepcionais na aplicação dos conhecimentos em sala, além de demonstrar domínio na área”.</i>
E 10	<i>“Bom, claro que a gente não vai gostar de todos os professores obviamente, mas eu avalio todos, de zero a dez no geral eu ficaria com nove. Assim, gostei, não de todos dos componentes, como eu estava no curso ainda aprendendo a comunicação profissional, porque tinha muita coisa que eu não conseguia entender naquela hora que o professor falava em diversos componentes, como montar e desmontar, tirar vírus, mais ou menos por essa linha de raciocínio”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nas falas destacam-se vários elogios aos docentes pelo comprometimento, didática e uso de metodologias que aproximam docentes e discentes na promoção do acolhimento e incentivo a persistência para que não desistam do curso.

Em contraponto relatos trazem reflexões sobre alguns profissionais que passaram pelo programa, mas que a metodologia utilizada não conseguiu envolver a necessidade do cursista na época, como os relatos dos respondentes E3, E5 e E10.

Santos (2020, p.116) frisa “há que se refletir sobre situações que possibilitem aos professores promoverem o acolhimento e a perseverança na capacidade desses alunos, [...] e, a partir daí desafia-los com novos saberes e aprendizagens”. Sendo assim, válido será garantir que os docentes selecionados tenham condições de rever práticas para proporcionar reflexão de como desafiar os alunos na busca de novas aprendizagens que contemplem novas práticas que venha a impulsionar o engajamento dos alunos no processo formativo e de inserção no mundo do trabalho.

e)Em relação as sugestões, críticas e questionamentos sobre a formação recebida:

Quadro 12 - Sugestões, críticas e questionamentos

Respondentes	Respostas
E 1	<i>Não respondeu</i>
E 2	<i>“O curso de Técnico em Redes, [...] é um excelente curso porque tudo [...]foi bem ensinado, bem executado, então assim, o contato com os professores em si foi excelente na formação. Porém, falando sobre a necessidade do público que ele visa atender, deveria ter uma introdução que fosse mais capacitativa justamente para que o “camarada” que fosse fazer o curso pegue mais intimidade com o computador. Porque informática...a gente sabe como muda rápido, mas existia sim os adolescentes, como os meus colegas, que não tinham toda prática da parte do trabalho que o computador e a informática te proporcionam. Então, eu acho que seria muito viável se o curso tivesse um componente que introduzisse mais, para você aprender digitalização, coisas básicas da informática”</i>
E 3	<i>“Sim, no caso pra escolha do meu curso superior realmente foi o MedioTec, o curso do CEPAJOB que me influenciou a escolher o caminho que eu “tô” agora, até porque antes disso eu pensava, almejava seguir a área de designer gráfico, até por isso que em 2016 para 2017 (se eu não “tô” enganado) foi nessa data que eu comecei a estudar mais sobre programas de edição, fazendo cursos por fora sobre designer gráfico, mas então depois de ter pegado todas as explicações no MedioTec e conseguido me aperfeiçoar na área, só por lá, naquele pouco tempo que a gente estudou,1.060 horas, foi o que me fez seguir</i>

	<i>nessa área e deixar um pouco de lado os estudos na área de designer gráfico. Nesse caso, era só mesmo a compreensão dos professores em relação aos alunos, foi a parte que tive mais dificuldade para poder conseguir ter compreensão do assunto, até porque eu tive que correr atrás de estudar o material que ia recebendo, mas de resto foi uma experiência inovadora pra mim”</i>
E 4	<i>“eu entraria muito no ponto de que esse projeto tivesse dado continuidade porque foi um projeto muito bom, não falo só pelo meu curso porque existiam diversos cursos, foi uma oportunidade que muita gente ainda não estava conseguindo entender o que de fato era aquilo, porque imagina, uma pessoa do ensino médio, formado de forma básica conclui o ensino médio, faz o primeiro, o segundo e o terceiro ano normalmente. Agora...ter a oportunidade de ingressar em um curso técnico de forma gratuita, é mais uma forma de conseguir, a exemplo do curriculum, de agregar mais conhecimento para abrir as portas e oportunidades no mercado de trabalho. Então, Crítica, eu falaria da forma que ele ocorreu, de uma forma que é um programa muito bom só que deveria ser fiscalizado e com mais atenção para o curso, [...] que tivessem dado andamento, porque existem muitas pessoas, querendo ou não, elas precisam dessas formações [...] para ingressar no mercado de trabalho, então [...] que tivessem olhado com mais atenção, com mais carinho”.</i>
E 5	<i>“Basicamente, este curso de Redes de Computadores abriu minha mente para que eu pudesse seguir carreira na área de atuação. fez com que eu realmente encontrasse o que eu gostava na tecnologia. Um pouco antes disso, eu tinha um pouquinho de interesse, mas quando eu comecei a estudar sobre, eu acabei me interessando muito mais e fez com que hoje eu acabasse gostando muito e seguir carreira, então eu vou fazer Faculdade de Redes. Assim, eles(familiares) ficaram bastante felizes, porque eu comecei cedo na área, eu não vou ter cobrança de chegar, um pouco mais velho e não ter uma área de interesse. Então, nessa questão meus pais me apoiaram bastante”.</i>
E 6	<i>“Foi de grande aprendizagem e uma forma diferenciada de ver a interação com os sites e internet”.</i>
E 7	<i>“Eu lembro quando começou o curso foi com uma professora, não lembro mais o nome dela, agora é até difícil de lembrar. Eu lembro a matéria, foi de algoritmo, [...], eu achei tão interessante algoritmo no caso é uma função que tem no computador e tal, num site pra gente criar algoritmo e poder seguir adiante para poder desenvolver um site ou chegar perto disso, e começou o assunto e nós fizemos inúmeros trabalhos juntos, a galera também, a turma foi sempre 100% presente. Eu lembro que a gente viveu muitos momentos além de estudar, teve uma oficina no MedioTec com professores, aquela oficina que em toda escola tem, tipo uma oficina que a gente foi apresentar um site, ah... lembrei, foi apresentar um aplicativo na verdade criado nesse evento. Foi legal demais, começou de manhã e terminou de noite. Interessante que não era só o nosso curso de Informática para Internet, tinha vários cursos do CEPAJOB e a gente do MedioTec foi convidado a participar e explicar um produto, no caso nas oficinas, nos stands[...] entre outros. Teve visita técnica [...] fomos de ônibus com a turma e entre outras áreas de estudo, de aprendizado, foi muito bom mesmo, eu lembro como se fosse hoje, estudar profundamente Informática para Internet foi bem satisfatório, basicamente isso. E na minha vida, ajudou bastante, eu só cursava o ensino médio na época, quando eu consegui essa oportunidade de estudar, começar a fazer o ensino médio mais o técnico,</i>

	<i>o pessoal da minha família me viram como um exemplo de casa, como eu posso dizer... um orgulho, é essa palavra. Meus pais se sentiram orgulhosos, minha mãe me incentivou “vai meu filho”, para senhora ter noção eu atravessava a cidade de ônibus e ia lá pro CEPAJOB que é na zona sul e eu morava na zona norte, era todo dia, estudava a noite, cinco e meia da tarde saía, pegava meu ônibus e ia embora estudar. Todo esforço, com todo o empenho, eu consegui concluir e hoje eu sou fruto disso, eu tenho curso técnico de Informática para Internet. E no curso de administração, sim, ajudou bastante”</i>
E 8	<i>“Acho que o curso foi importante, os meus companheiros foram tipo irmãos para mim, nós fizemos uma família dentro de sala, até porque às vezes chegava triste de casa, ia para escola do ensino médio, da escola para o curso do MedioTec, chegava triste e quando chegava lá, o pessoal começava a se entrosar para falar um com o outro e a tristeza ia ficando de lado”</i>
E 9	<i>“Na minha vida aprendi muita coisa, mas tinha coisas que eu já sabia, alguns componentes poderiam ter carga horária maior para aprofundar o conhecimento. Quando entrei no curso era calmo, durante o curso fiquei rebelde e no final do curso compreendi como é viver em grupo, pois sou um pouco tímido, deve o curso colocar mais disciplinas que possam proporcionar esses conhecimentos na formação”.</i>
E 10	<i>“Antes do curso em geral eu não sabia que quando se está na fase dos 16 a 17 anos que a gente não consegue ter e fazer nada na vida, então meu pai me botou no curso. Eu disse OK, aí eu pensei assim, OK!!! Então vamos ver no que vai dar. Eu entrei...é claro, nos primeiros dias eu tive uma dificuldade, porque eu não sabia nada na área e comecei aprender um pouquinho, no geral, no todo eu gostei porque principalmente aprendi coisas que não sabia e também porque eu fiz amigos, obviamente, e até hoje convivo, falo com eles e eu indicaria sim esse curso para qualquer pessoa. Mas, em geral eu gostei de tudo, da explicação dos professores, claro que 100% eu não entendia, mas estava ao meu máximo entender em tudo e até hoje eu tenho professores do próprio curso que convivo e converso pelas redes sociais. E depois que eu terminei esse curso eu percebi que foi uma motivação, às vezes eu até agradeço ao meu pai por ter me botado nesse curso porque eu não tinha nada na mente e hoje eu quero virar um Tecnólogo em Informática (T.I), que é um técnico com ensino superior, no caso pretendo fazer um ensino superior na área, me tornar um Tecnólogo. E isso, agradeço ele (meu Pai) por ter aberto minha mente e ter um objetivo na minha vida”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Na última dimensão de análise dos resultados da entrevista em relação ao relato de experiência com a formação recebida no Pronatec/ MedioTec, desconsiderando o egresso 01 que optou por não responder o item, é possível identificar nos demais relatos que a formação proporcionou mudanças na vida dos egressos, tais como a análise do relato apresentado pelo E2 no qual foi possível perceber a necessidade de rever a matriz do curso no que diz respeito aos componentes introdutórios como base para o aluno entender os demais componentes curriculares.

É necessário durante a formação despertar o interesse e garantir a permanência do aluno no curso com engajamento e protagonismo no seu processo de aprendizagem para gerar competências e habilidades com vista a ampliar as capacidades profissionais do cursista. Torna-se primordial partir de um diagnóstico que identifique qual bagagem intelectual o aluno tem ao ser inserido em um curso técnico, o docente deve considerar em sua prática e a experiência já vivenciada, ou não, pelo discente.

Outro relato também se apresenta de forma positiva pelo E9 e afirma que se deve levar em conta a articulação entre o ensino médio regular e o técnico de forma que os componentes do curso técnico venham promover capacidades específicas de formação e na busca da cidadania ressaltando os objetivos de desenvolver as capacidades de interpretar, analisar, criticar, refletir, aprender e propor alternativas para problemas de natureza política, socioemocionais, culturais e econômicas.

Como fundamentação ressalta-se Brasil (2010, p. 8) “Muito embora persista certa ambiguidade provocada em especial pela expressão *articulação com o ensino regular*” (art. 40-LBD), “a legislação brasileira estabelece princípios, finalidades e orientações curriculares e metodológicas idênticos para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio”.

É possível perceber ainda que a oportunidade de ingressar no curso técnico proporcionou mudanças na vida dos egressos com a percepção do quanto à formação adquirida foi importante na geração de valores pessoais, de relacionamento com interação e socialização de conhecimentos entre os participantes dos cursos, bem como na continuidade do estudo para o ensino superior. Isso agrega o princípio da continuidade, como se apresentam nos relatos dos egressos E3, E4 e E6 que computaram experiências positivas do curso com mudanças em suas vidas em direção à novos caminhos profissionais.

Para Domingues (2016, p. 147) “o trabalho, ou busca dele, é um fator motivador de mudanças no meio familiar e a aquisição de um emprego, uma questão central em suas vidas”.

Outro fator importante é a presença dos pais na escolha do curso, na garantia de condições para sua sobrevivência e a importância de sua família na conclusão do curso, como ressaltam a semelhança nos relatos dos egressos E5, E7, E8 e E10.

Com estes relatos, foi possível uma visão dos aspectos relacionados a vida dos egressos sendo imprescindível para identificar os impactos positivos da formação em relação a continuidade dos estudos, a satisfação e realização pessoal, a melhoria de sua subsistência; a perspectiva em relação a empregabilidade, em sua emancipação, enquanto sujeito de valorização familiar, bem como na vida profissional.

7 CONCLUSÃO

O primeiro momento deste estudo proporcionou um mergulho nas produções científicas para compreensão da literatura existente e foi possível identificar o expressivo quantitativo de debates sobre políticas públicas com vista ao aprimoramento na oferta de formação para atender a produção flexível através de uma nova atuação profissional e comportamental de jovens do ensino médio e de trabalhadores.

A abordagem do contexto histórico da educação profissional no Estado do Amapá revela uma história de lutas um pouco tímida visando assegurar as práticas voltadas para a atuação técnica e qualificação profissional direcionada a preparação do trabalhador e dos jovens do E.M. Na análise, cabe frisar que todas as práticas direcionadas a educação profissional foi firmada no sentido de trazer à tona a criação de políticas públicas para esta modalidade de ensino com objetivo de criar um ambiente de aprendizagens diretas com o envolvimento dos jovens e trabalhadores através da criação de programas e projetos, tal como o Pronatec/MedioTec.

O Pronatec foi instituído como um programa responsável por elevar a matrícula na educação profissional e durante o período de oferta dos cursos, expandiu-se para os estados da federação e se estabeleceu como um dos maiores programas voltados para formação técnica e qualificação profissional promovido pelo Governo Federal.

Vale ressaltar, que a pesquisa apresenta como objetivo geral identificar os impactos da formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no desenvolvimento profissional e na empregabilidade dos egressos do CEPAJOB, sendo possível perceber que o programa ao mesmo tempo que visa envolver o jovem e os trabalhadores na formação técnica e qualificação profissional, se preocupa com o problema do desemprego e a entrada destes no mercado de trabalho.

Neste estudo, denominamos como primeiro objetivo específico identificar se o Pronatec/ Mediotec, como política pública atende a caracterização de seu papel social voltada para a formação e qualificação do jovem e trabalhador beneficiários do programa, com base em Leal, Lima et al e na investigação realizada com os egressos identifica-se que o programa é considerado uma política direcionada a

formação técnica e qualificação profissional que tem um valor social para os beneficiários do programa quando afirmam que foi com a formação técnica que conseguiram garantir a sua empregabilidade após um ano de conclusão do curso.

Para alcançar o segundo objetivo específico denominamos egressos do PRONATEC/MEDIOTECH os alunos que concluíram o ensino médio regular concomitante a formação técnica ofertada pelo programa. Sendo assim, traçamos o seguinte perfil socioeconômico: Os respondentes são jovens com idade de 19 a 22 anos, sendo uma do sexo feminino e nove masculino; a maioria se declara de cor parda; oito residem no Município de Macapá, Estado do Amapá e dois em Curitiba, no Estado do Paraná, sendo que 40% moram de aluguel e 60% em casas próprias, algumas são casas de alvenaria e outras mistas. Estes são jovens que concluíram os cursos técnicos de Informática para Internet e de Redes de Computadores ofertados pelo programa no CEPAJOB.

Em relação ao terceiro objetivo foi possível identificar as avaliações que os ex-alunos do CEPAJOB fazem da formação recebida em relação a empregabilidade e inserção no mercado de trabalho quando realizamos a pesquisa de campo, foi durante a entrevista, nas vozes dos egressos que ao venceram as dificuldades, finalizaram o ensino médio e que, portanto, obtiveram a oportunidade de serem inseridos no mundo do trabalho.

A realização da entrevista também oportunizou a percepção de que todos egressos acreditam na formação técnica como um estímulo à busca por novos horizontes, novas perspectivas de vida, sendo o Pronatec/MedioTec um caminho diferente para quem soube aproveitar essa oportunidade ofertada pelo CEPAJOB, no período de 2017 a 2018. Dentre os respondentes, 70% encontram-se desempenhando suas atividades laborais como autônomo em informática, no ramo de vendas, telemarketing, hospital, supermercado e em outros setores. E, todos acreditam que o curso técnico foi um facilitador no processo de inclusão no mercado de trabalho

É claro que em relação a inserção laboral a visão ocorre de formas diferentes, 70% relataram que a formação técnica abriu portas para serem inseridos na estatística da empregabilidade e os demais 30% acreditam que para ocorrer a empregabilidade, a entrada no ensino superior é a melhor opção. Ressalto, a formação técnica ofertada foi determinante para a inserção dos egressos no mercado laboral, pois esse mundo do trabalho tem suas exigências e seus critérios

seletivos, portanto um dos itens indispensáveis na admissão pelo empregador é a formação profissional.

Contudo, para alguns autores o programa não se volta para assegurar que a escola se preocupe com o monitoramento e acompanhamento em relação à ascensão no mundo do trabalho. O monitoramento e acompanhamento deve garantir a oferta de qualificação profissional para quem passou pela escola, obteve a formação técnica, foi inserido no mundo do trabalho e necessita de reinserção ou da garantia da permanência nas atividades laborais por meio da formação.

Os depoimentos advindos das vozes dos egressos, são de jovens que se inseriram no programa Pronatec/Mediotec e que sem perceber, as coisas foram fazendo sentido em suas vidas após conclusão dos cursos.

Nas vozes dos egressos também percebemos que o tempo de duração dos cursos foi suficiente para a formação do profissional técnico na área de Informação e Comunicação. Percebemos no estudo que os cursos seguiram o que prevê o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, (CNCT) e o plano pedagógico dos cursos (PPC) quanto ao cumprimento da carga horária. Ao dirigir a referida pergunta aos egressos coube-lhes afirmar se o tempo determinado foi considerado suficiente, ao mesmo tempo que frisaram a importância da dedicação dos docentes e seu papel como fator determinante na relação entre teoria e prática para compreender os processos de condução do ensino no prazo determinado.

Os egressos asseguraram que apesar do tempo ter sido suficiente seria necessário a revisão do plano do curso, pois vivenciaram momento de lacunas na aprendizagem e a urgência de um componente introdutório de práticas e conteúdos básicos para auxiliar o conhecimento operacional visando atender as especificidades dos alunos e seu “projeto de vida” devendo ser vinculado a busca de soluções para os contextos locais e regionais, com grande potencial o uso das T.Is. com responsabilidade social direcionado à cada realidade específica.

Outro ponto importante foi identificar se os egressos indicariam o curso para outros estudantes, neste item foi possível perceber como o acesso ao conhecimento técnico mudou a percepção dos egressos sobre trabalho e seu estilo de vida e, portanto, indicariam para outras pessoas, por ser uma área com vastas opções e que oportuniza o acesso rápido a empregabilidade. É visível, que o conhecimento adquirido é de fundamental importância para os mesmos, e isso

impulsionou uma abertura no mundo do trabalho pela amplitude que a informática alcançou na sociedade.

Outro item foi direcionado a intenção de avaliar a atuação dos docentes e em que medida os conhecimentos apreendidos estão sendo efetivos na prática diária dos respondentes. Nas falas dos egressos destacam-se vários elogios aos docentes como forma de avaliação pelo comprometimento, pela forma de ensinar, pelos incentivos e pelas metodologias que aproximaram docentes e discentes na promoção do acolhimento, na aquisição de conhecimento e na persistência para não desistir do curso.

Em contraponto, há relatos de alguns profissionais que passaram pelo programa, mas que a metodologia utilizada não conseguiu envolver o cursista, válido será garantir no período da avaliação que tenham condições de rever essas práticas associando a necessidade da reflexão-ação-reflexão na promoção de novos desafios tanto para os docentes como aos discentes.

No resultado das sugestões dos egressos identificamos como indispensável a revisão da matriz curricular do curso para inserir conhecimentos introdutórios como base para aquisição das capacidades e habilidades necessárias a formação técnica e profissional. Assim, é primordial partir de um diagnóstico no início de cada componente que identifique qual bagagem intelectual do aluno ao ser inserido em um curso técnico, portanto ao docente cabe considerar a experiência já vivenciada, ou não, pelo aluno para posterior prosseguimento e avanço na aprendizagem.

Nas respostas apresentadas como propostas destacamos a fala do egresso sobre a continuidade do programa MedioTec, pois agregou valores com amplitude imensuráveis em aos aspectos e reconheceu na formação recebida o quanto de conhecimento o curso proporcionou em sua vida profissional. É possível perceber que o curso técnico proporcionou mudanças na vida dos egressos, o quanto à formação adquirida foi importante na geração de valores pessoais, de relacionamento com interação e socialização de conhecimentos entre os participantes dos cursos, bem como na continuidade do estudo para o ensino superior. Isso agregou o princípio da continuidade na vida dos egressos e gerou a garantia de sobrevivência da família.

Assim, afirmamos a hipótese de que o PRONATEC/MEDIOTECH é uma política pública voltada para educação profissional com abrangência no atendimento

à formação técnica e de qualificação profissional em todo o território nacional. Ao mesmo tempo, assegura-se pelos estudos que essa política atingiu seus objetivos quanto a formação qualificada, a inserção dos jovens e reinserção dos trabalhadores no trabalho com valor social para os mesmos.

Neste estudo, como pesquisadora, foi possível a aquisição de uma experiência acadêmica determinante para minha prática profissional. Este novo conhecimento vem cheio de perspectivas e anseios em relação a prática laboral. A experiência mais hesitante foi aprender a manusear ferramentas virtuais que se tornou essencial como novo conhecimento.

proporcionou uma visão sobre vários aspectos da vida dos egressos com a formação recebida pelo programa, pois os egressos demonstraram satisfação e realização pessoal, a melhoria na perspectiva de vida, inserção laboral e sua emancipação enquanto sujeito de valorização familiar com reflexos na caminhada profissional.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com novos estudos direcionados investigar os impactos da formação no PRONATEC/ MEDIOTEC para o desenvolvimento profissional e empregabilidade dos egressos instigando novos debates sobre o papel das políticas públicas no desenvolvimento da educação e da empregabilidade no Estado olhando pelo viés dos atores e autores envolvidos neste estudo.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei 1.907/2015 de 24 de junho de 2015. Plano Estadual de Educação que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Macapá, 24 jun.2015. Disponível em: <https://www.normativasconselhos.mec.gov.br> . Acesso em: 10 jun.2022.

AMAPÁ. Reportagem sobre Memórias de Macapá: Brindes: “Lembranças inesquecíveis de uma época”!, **Blog Porta-Retrato-AP**, Macapá, 2012. Disponível em : <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2012/08/historico-da-escola-tecnica-de-comercio.html>

ANDRÉ, M. E.D. A. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 97, 2013.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **A influência das regras na formulação de políticas públicas: o caso do PRONATEC**. Brasília: EdUNB, 2018.

BRASIL. Alvará de 01 de abril de 1808 que permite o livre estabelecimento de fabricas e manufacturas do Estado do Brazil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 01 abr.1808, p. 01.

BRASIL. Decreto nº. 4.073 de 30 de janeiro de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun.2021.

BRASIL. Decreto nº. 5.812 de 13 de Setembro de 1943. Lei que cria os Territórios Federais do Amapá , do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 set.1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm. Acesso em: 14 jun.2021.

BRASIL. Decreto nº. 6.141 de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6141.html. Acesso em: 10 set.2021.

BRASIL. Decreto nº. 6.550 de 31 de maio de 1944. Lei que retifica os limites e a divisão administrativa dos territórios do Amapá , do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 maio 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6550-31-maio-1944-451989-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em:10 abr.2021.

BRASIL. Decreto nº. 9.613 de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 ago.1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em:12 set.2021.

BRASIL. Lei nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jun.2022.

BRASIL. Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.html. Acesso em: 12 jan.2021.

BRASIL. [Constituição(1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan.2021.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 20 dez.2020.

BRASIL. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 set. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.html. Acesso em: 12 jun.2022.

BRASIL. Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jul. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11741. Acesso em: 11 dez.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação Profissional técnica de nível médio em debate: texto para discussão**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 jun.2020.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 out.2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jun.2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html . Acesso em:20 jun.2020.

BRASIL. Portaria n. 817 de 14 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação do Pronatec. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 fev.2017. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/Portaria%20817_Republicada%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Portaria%20817_Republicada%20(2).pdf). Acesso em:11 set.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia MEDIOTEC**. Brasília: SETEC/MEC, 2018.

BRASIL. SETEC/MEC. **Nota técnica nº 278/2014 que apresenta um balanço do PRONATEC de 2012 a 2015**, Brasília: MEC, 2014.

CABRAL, Dilma. **Artigo sobre Colégios das Fabricas**. Arquivo Nacional MAPA, Memórias da Administração Pública Brasileira. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança, 2019. Disponível em: <https://www.mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155>

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**, Petrópolis: Vozes, 2016.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro César Silveira; SILVA, Solonildo Almeida da. A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, p.8, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662197027>. Acesso em:22 jun.2021.

CARVALHO, José Wilson Savino. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. Uberlândia: EdUFU, 2012.

CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO. **Projeto Político Pedagógico**. Macapá, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. PNE 2014-2024: desafios para a educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, 2014.

COSTA, Jucélia Ferreira da Silva. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): a experiência do Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará – IFCE**. 2019. 71f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88513>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DEMO, Pedro; MINAYO, Maria Cecília de Souza ; SILVA, Renan Antônio da. Vieses manhosos de uma academia que acha não os ter. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v.13, n. 29. p. 56-57, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1044/891>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DOMINGUES, Maria do Amparo Cardoso. **PRONATEC: um estudo com egressos no litoral do Paraná**. Curitiba: [s.n], 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Franciele Viana; MAGALHÃES, Elizângela Bezerra. **Educação Profissional Técnica Pós LDB 9394/1996: uma reflexão crítica**. Fortaleza: EdUFC, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=destaques>. Acesso em: 28 set. 2021.

KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba. PR: Intersaberes, 2014.p. 165.

LAURENTINO, Thiago da Silva; ALLOUFA, Jomária de Lima. Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Um estudo de caso no Município de Picuí – PB. **Revista ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, v.8, n.3, p.798-801, 2019.

LEAL, Paulo Ricardo Araújo. **Avaliação da inserção de egressos de cursos do PRONATEC no mercado de trabalho de Porto Alegre**. Porto Alegre: IPA, 2014.

LIMA, Marcelo *et al.* PRONATEC: para que e para quem? **HOLOS**, ano 34, p. 184, 2018.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As Políticas Públicas e o Direito a Educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus Plano Nacional de Educação. **Revista de Ciência da Educação e Sociedade**, p. 492-497, 2017.

LOPES, Roberlândia Evangelista; NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria de Irismar. Estado da questão como um método de pesquisa para evidência do objeto em estudos da enfermagem. Artigo 13. **Enfermagem em foco**, Fortaleza, p. 66-67, 2018.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1954-1956)**, Belém: Ed. Paka-Tatu, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. Fortaleza: EdUAB/IFCE, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, O desafio da Pesquisa Social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 15.

MORAIS, Job Duarte. **A Política de educação profissional no Estado do Amapá: análise da experiência dos cursos de turismo e informática do Centro de Educação Profissional do Amapá – CEPA**. Fortaleza: [s.n], 2010.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá na Perspectivas: uma abordagem histórico-geográfica**. Macapá: EdGráfica JM, 2005.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá: o passado é espelho do presente**. Macapá. EdGráfica JM, 2009.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Natal: CEFET-RN, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 06 mar. 2008.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3. ed. Brasília: Coleções Constituições brasileiras, 2012.

OLIVEIRA, Augusto, *et al.* **Amazônia, Amapá: escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. Semear *habitus* e cultura escolar: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). **IN: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: História e Democracia**, Brasília/ UNB, 24 e 28 de julho de 2017, p. 03 e 05.

PEREIRA, André Luís Gonçalves; OLIVEIRA, Ramon de. A inserção dos egressos dos cursos técnicos do PRONATEC no mercado de trabalho. **Revista do Centro de Ciências da Educação: Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 929 - 935, jul/set. 2019.

ROSA, Andreia Quadros. **Percepção de Egressos do Programa PRONATEC (Formação Inicial e Continuada) em Bagé de 2012 a 2016**. Pelotas: EdUFP, 2019.

SANTOS, Maria Helena. **Política do PRONATEC nas vozes dos egressos: “agora é minha vez”**. Campinas, SP: [s.n.], 2020.

SANTOS, M.I.; RODRIGUES, R.O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do programa

nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.2, p.12, 2012.

SILVA, Agnaldo Figueira da Rocha. **Os avanços na educação profissional concomitante no estado do Amapá**. (2015 a 2018). [S.l]: Appris, 2020.

SOARES, Marcelo André; RODRIGUES, Maria Emília Brito. **Amapá: vivendo nossa história**. Curitiba: Base, 2008.

TAQUETTE, Stella R. Construção de um relatório/artigo de Pesquisa Qualitativa. *In*: TAQUETTE, Stella R. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p.23. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Pesquisa_qualitativa_para_todos/0EwnEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover . Acesso em:20 jun.2021.

THESING, Mariana Luiza Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. A pesquisa em educação: aproximações iniciais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 3, p.18-43, jul/set, 2017.

THESING, M. L. C; COSTAS, F. A. T. A Pesquisa em Educação: aproximações iniciais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n.4, jul/set, 2017.

WALDOW, Carmem. As Políticas Educacionais do Governo Dilma, A formação para o trabalho e a questão do PRONATEC: reflexões iniciais. *In*: **X ANPED SUL**, Florianópolis, p.13, out. 2014.

YIN, R.K. **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

YIN, R.K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO - CEPAJOB



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO-PRONATEC/MEDIOTEC NA VIDA PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO AMAPÁ PROFESSORA JOSINETE DE OLIVEIRA BARROSO-CEPAJOB (2018 - 2019)

Orientador: **Prof.^a Dr.^a. Francisca Rejane Bezerra Andrade** Co-orientadora Doutoranda: **Hanuzia Pereira Ferreira** Mestranda: **Maria Rosete Ferreira do Amaral**

FORMULÁRIO – EGRESSO DO CURSO TÉCNICO

1. PERGUNTAS INICIAIS:

1.1 Data:
1.2 Nome do Estado/Município:
1.3 Nome do Centro:
1.4 Telefone: ()
1.5 Endereço:

2. PERGUNTAS DE CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE:

2.1 Nome do informante:	
2.2 Município onde reside:	
2.3 Idade:	E-mail:
2.4 Telefone (s) para contato:	
2.5 No Eixo Tecnológico de informação e Comunicação, qual o curso técnico que você concluiu:	
() Informática para Internet	() Redes de Computadores
2.6 Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar <input type="checkbox"/> outros
2.7 Estado Civil:	<input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> outros: _____

2.8 Cor ou raça:
 Branco Pardo Negro Amarelo (asiático) Indígena ou não declarar

2.9 Em relação a sua moradia:
 Própria Financiada Alugada Outros

2.9.1 Qual o tipo de Construção da moradia:
 Alvenaria Madeira mista Outros

2.10 – GRAU DE ESCOLARIDADE (ATUAL):

Nível	Situação	Curso / Instituição	Ano de Conclusão
Curso Técnico	<input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Em andamento		
2.11 Curso Superior	<input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Em andamento		
	<input type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Tecnólogo	2.12 ESPECIFICAR ÁREAS DO CONHECIMENTO, CURSO(S) E INSTITUIÇÃO(S): _____	
	<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções:	
2.13 Participa de algum programa do Governo Federal, Estadual ou Municipal , recebe algum benefício social (ex: bolsa família, Renda para viver melhor, etc.) ou possui cadastro único? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

3. DADOS PROFISSIONAIS:

3.1 Qual a sua situação em relação ao trabalho:	<input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> desempregado
3.1.1 Onde:	
3.2- Em caso negativo, quais os fatores que dificultaram conseguir emprego?	
3.3- Em caso positivo, quanto tempo de exercício?	
3.4- Quanto tempo transcorreu da conclusão do curso até o primeiro emprego?	
3.5- Você está atuando na área de formação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

3.6 Você se mantém atualizado enquanto profissional? Sim Não

Especificar:

3.7 Qual sua renda mensal ? Até um salário mínimo 1 a 3 salários mínimos maior que 3 salários mínimos

Obs.:

3.8 Na sua opinião, qual(is) a(s) característica(s) mais importante (s) que o Técnico em Redes de Computadores/Informática para Internet precisa desenvolver como profissional? Domínio de produção técnica Domínio de língua estrangeira Consistência Científica Responsabilidade técnica Segurança Profissional Compromisso social (ética profissional) Capacidade criativa Lucidez de conhecimento técnico Capacidade de trabalho em equipe Outros: _____**4. RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO (PERGUNTAS EXCLUSIVAS PARA O EMPREGADO):****4.1 Função exercida:** Técnico Auxiliar Técnico Outro: _____**4.2 Regime de trabalho:** Integral Parcial Temporário**4.3 Carga horária semanal:****4.4 Foram de ingresso no emprego:**

4.5 Qual a forma de contratação (tipo de vínculo trabalhista):		
4.6 Recebeu alguma capacitação (curso EaD, cursos de formação inicial e continuada, etc.) para atuar na profissão?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	Não
4.6.1 Qual a formação realizada:		
4.6.2 Comente: _____		
4.7 Quanto as condições de apoio administrativo e financeiro que lhes são oferecidas para executar as suas atribuições:		
4.7.1 Administrativo:		
<input type="checkbox"/> Satisfatório	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Insatisfatório
4.7.2 Financeiro:		
<input type="checkbox"/> Satisfatório	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Insatisfatório
Comente: _____		

5 SOBRE O CURSO TÉCNICO:

5.1 – A duração do curso técnico, 18 meses, foi suficiente para a formação profissional?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Justifique:		
5.2 – Os componentes curriculares ofertados no curso foram suficientes para sua formação profissional?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Justifique:		
5.3 – Você indicaria o curso técnico em Redes de Computadores/Informática para Internet para outras pessoas?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Justifique:		

5.4 – Além do curso realizado no CEPAJOB, você realizou outros cursos técnicos?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Especificar:		

5.5 – Avalie a atuação dos professores que ministraram os componentes

6- Espaço para sugestões , críticas e questionamentos sobre a formação recebida:

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA: Pesquisa de Campo

MUNICÍPIO: Macapá - Amapá

ENTREVISTADO:

CARGO:

DATA:

3. Dados Profissionais

3.1. Situação em relação ao trabalho

Entrevistado: (minutos)

4. Relações e condições de Trabalho (perguntas exclusivas para o empregado):

Entrevistado: (minutos)

5.1 – A duração do curso técnico, 18 meses, foi suficiente para a formação profissional?

Entrevistado: (minutos)

5.2 – Os componentes curriculares ofertados no curso foram suficientes para sua formação profissional?

Entrevistado: (minutos)

5.5 – Avalie a atuação dos professores que ministraram os componentes?

Entrevistado: (minutos)-

6- Espaços para sugestão, crítica e questionamento sobre a formação recebida:

Entrevistado: (minutos) -

Entrevistado: (minutos) -

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor(a) está sendo convidado(a), por meio deste termo, a participar da Pesquisa Científica cujo o tema é “Impactos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec/MedioTec na Vida Profissional dos Egressos do Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso-CEPAJOB (2017 - 2018). Esta pesquisa tem por objetivo investigar os impactos da formação do Pronatec/MedioTec no desenvolvimento profissional e empregabilidade dos egressos do Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso (2017-2018), no Município de Macapá-AP. Será utilizado durante a entrevista como um roteiro que poderá ser gravada se o(a) Senhor(a) concordar.

Dessa forma, pedimos sua colaboração com a garantia de que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízos, danos ou transtornos para aqueles que participarem. Sua identidade não será revelada e serão mantidas em sigilo todas as informações obtidas neste estudo. Vale ressaltar que sua participação é voluntária e o(a) Senhor(a) poderá deixar de participar a qualquer momento. Comprometo-me a utilizar os dados somente para a referida pesquisa e os resultados devem ser vinculados em demais artigos científicos, revistas especializadas, encontros científicos e/ou congressos, sempre resguardando sua identificação.

Declaro, por meio deste termo, que fui contatado para participar da Pesquisa Científica como egresso do Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete de Oliveira Barroso – CEPAJOB no Programa Pronatec/Mediotec. Afirmando que estou ciente que a pesquisa tem como finalidade exclusiva de contribuir com conhecimentos científicos sobre os cursos ofertados pelo referido programa, por esse motivo, o uso das informações por mim oferecidas serão submetidas a ética e rigor nos procedimentos adotados pela pesquisadora. Minha colaboração será participar da pesquisa em questão com informações sobre o desenvolvimento do curso e os resultados obtidos com a formação.

- () Declaro que li as informações supracitadas sobre a pesquisa
- () Aceito participar da pesquisa
- () Não Aceito.

Assinatura do participante

Maria Rosete Ferreira do Amaral
Pesquisadora

ANEXO A – ORIENTAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISA COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL



Ministério da Saúde
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

Aos (Às) coordenadores (as) de Comitês de Ética em Pesquisa,

Assunto: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Encaminho, anexo, documento referente às orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Atenciosamente,

CRISTIANE ALARCÃO FULGÊNCIO
Secretária Executiva da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação a procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual. Tais medidas visam preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes de pesquisa.

Estas orientações quando aplicadas aos participantes de pesquisa em situação de vulnerabilidade devem estar em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

Entende-se por:

0.1. Meio ou ambiente virtual: aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios.

0.2. Forma não presencial: contato realizado por meio ou ambiente virtual, inclusive telefônico, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa.

0.3. Dados pessoais: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), tais como números de documentos, de prontuário, etc.

0.4. Dados pessoais sensíveis - dados sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (artigo 5º da LGPD nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Nesse sentido, aplicam-se as seguintes orientações nas pesquisas com seres humanos que envolvam essas ferramentas:

1. EM RELAÇÃO À SUBMISSÃO DO PROTOCOLO AO SISTEMA CEP/CONEP:

Comunicado CONEP 0019229966 SEI 25000.026908/2021-15 / pg. 2

1.1. O pesquisador deverá apresentar na metodologia do projeto de pesquisa a explicação de todas as etapas/fases não presenciais do estudo, enviando, inclusive, os modelos de formulários, termos e outros documentos que serão apresentados ao candidato a participante de pesquisa e aos participantes de pesquisa.

1.2. O pesquisador deverá descrever e justificar o procedimento a ser adotado para a obtenção do consentimento livre e esclarecido, bem como, o formato de registro ou assinatura do termo que será utilizado.

1.2.1. Caberá ao pesquisador destacar, além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

1.3. Quando os Registros de Consentimento Livre e Esclarecido / Termos de Consentimento Livre e Esclarecido forem documentais, devem ser apresentados, preferencialmente, na mesma formatação utilizada para visualização dos participantes da pesquisa.

2. EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVEM CONTATO ATRAVÉS DE MEIO VIRTUAL OU TELEFÔNICOS COM OS POSSÍVEIS

PARTICIPANTES DE PESQUISA:

2.1. O convite para participação na pesquisa não deve ser feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros.

2.1.1. Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

2.1.2. Qualquer convite individual deve esclarecer ao candidato a participantes de pesquisa, que antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (questionário/formulário ou entrevista), será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ou Termo de Assentimento, quando for o caso) para a sua anuência.

2.2. Quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), na modalidade de consentimento (Registro ou TCLE), o pesquisador deve enfatizar a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

2.2.1. Deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

2.2.2. Caso tenha pergunta obrigatória deve constar no TCLE o direito do participante de não responder a pergunta.

2.2.3. Deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de Comunicado CONEP 0019229966 SEI 25000.026908/2021-15 / pg. 3 responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.

2.2.4. O participante de pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.

2.3. Quando a pesquisa em ambiente virtual envolver a participação de menores de 18 anos, o primeiro contato para consentimento deve ser com os pais e/ou responsáveis, e a partir da concordância, deverá se buscar o assentimento do menor de idade.

2.4. Caberá ao pesquisador responsável conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto a coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a assegurar os aspectos éticos.

2.5. Deve ficar claro ao participante da pesquisa, no convite, que o consentimento será previamente apresentado e, caso, concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa.

2.5.1. Ficam excetuados os processos de consentimento previstos no Art. 4º da Resolução CNS nº 510 de 2016.

2.6. Caberá ao pesquisador explicar como serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, quando a mesma se der exclusivamente com a utilização de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade do mesmo.

3. COM RELAÇÃO À SEGURANÇA NA TRANSFERÊNCIA E NO ARMAZENAMENTO DOS DADOS:

3.1. É da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa.

3.2. Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

3.3. O mesmo cuidado deverá ser seguido para os registros de Consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

3.4. Em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V), para os participantes de pesquisas que utilizem metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais, deve haver a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas.

4. QUANTO AO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS TRAMITADOS:

4.1. Os documentos em formato eletrônico relacionados à obtenção do consentimento devem apresentar todas as informações necessárias para o adequado esclarecimento do participante, com as garantias e direitos previstos nas Resoluções CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016 e, de acordo com as particularidades da pesquisa.

4.2. O convite para a participação na pesquisa deverá conter, obrigatoriamente, link para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio, que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento

4.3. Nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, o pesquisador deverá esclarecer a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro / consentimento.

4.4. Durante o processo de consentimento, o pesquisador deverá esclarecer o participante de maneira clara e objetiva, como se dará o registro de seu consentimento para participar da pesquisa.

4.5. Quando a pesquisa na área biomédica exigir necessariamente a presença do participante de pesquisa junto à equipe, o TCLE deverá ser obtido na sua forma física, de acordo com o previsto na Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.5.d. Esse consentimento deverá ser obtido ainda que o participante de pesquisa já tenha registrado o seu consentimento de forma eletrônica em etapa anterior da pesquisa. Os casos não contemplados neste documento, conflitantes ou ainda não previstos nas resoluções disponíveis, serão avaliados pelos colegiados do Sistema CEP/CONEP.

JORGE ALVES DE ALMEIDA VENANCIO
Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa